

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS  
DOUTORADO

SILVANA SOUZA SILVEIRA

**TEORIA DAS INFERÊNCIAS  
PRAGMÁTICAS DO TIPO IMPLICATURA:  
Por uma potencial aplicação para o  
ensino/aprendizagem do Português como L2**

Prof. Dr. Jorge Campos da Costa  
Orientador

Porto Alegre  
2007

SILVANA SOUZA SILVEIRA

**TEORIA DAS INFERÊNCIAS PRAGMÁTICAS DO TIPO IMPLICATURA:  
Por uma potencial aplicação para o ensino/aprendizagem do Português como L2**

Tese apresentada como requisito para obtenção do grau de Doutor, pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Letras, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Jorge Campos da Costa

Porto Alegre

2007

SILVANA SOUZA SILVEIRA

**TEORIA DAS INFERÊNCIAS PRAGMÁTICAS DO TIPO IMPLICATURA:  
Por uma potencial aplicação para o ensino/aprendizagem do Português como L2**

Tese apresentada como requisito para obtenção do grau de Doutor, pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Letras, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. .... – PUCRS

---

Prof. Dr. .... – PUCRS

---

Prof. Dr. .... – PUCRS

## **AGRADECIMENTOS**

Meus agradecimentos são para:

A Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, pela oportunidade concedida.

Meu orientador, Prof. Dr. Jorge Campos Costa, pelos conhecimentos trazidos.

Colegas da Faculdade de Letras da PUCRS, Carlos Rossa, Adriana Rossa, e Valéria Raymundo, pela leitura atenta e críticas pertinentes.

O professor Nivaldo, pelo apoio técnico.

Alunos da Faculdade de Letras da PUCRS, chineses e brasileiros, pela disponibilidade de responder ao instrumento.

Meus familiares, em especial à minha filha Adriana, pela compreensão e solidariedade.

*Minha pátria é minha língua.*

Fernando Pessoa

## RESUMO

Conhecer o léxico de uma língua e ser capaz de decodificá-lo não é o suficiente para compreender o significado implícito dessa língua. É necessário, também, reconhecer as intenções do falante no momento da enunciação. Este estudo apresentará, primeiramente, os fundamentos da significação explícita e da significação implícita, por meio de teorias semânticas e pragmáticas, respectivamente. Argumentaremos que é impossível pensar nessas teorias como autônomas, se levarmos em consideração que a língua é composta de aspectos semânticos e pragmáticos, prova de que há uma forte interface entre esses dois níveis. A fim de mostrarmos como os falantes de uma língua inferem no significado implícito, escolhemos a Teoria das Implicaturas de Grice (1975), refinada pela proposta de Costa (1984, 2005). Elaboramos um questionário composto de 21 diálogos ricos em Implicaturas Convencionais e Conversacionais para testar o potencial teórico das duas teorias e, também, para verificar se falantes nativos do português do Brasil e falantes não-nativos do português, especificamente falantes do mandarim, com um período de imersão na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre/RS, Brasil, apresentam diferenças significativas em suas inferências. Concluímos que Grice e Costa oferecem explicações consistentes e sistemáticas de como inferências pragmáticas são realizadas. O resultado do questionário mostrou que os dois grupos estudados não apresentam diferenças estatísticas significantes, embora, do ponto de vista qualitativo, tais diferenças parecem ser significantes, especialmente no que diz respeito à comunicação oral. Além disso, será oferecida como sugestão que os professores de L2 conheçam as teorias do significado abordadas nesta tese para que possam, dessa forma, otimizar a sua prática pedagógica.

Palavras-Chave: Inferência, Implicatura, Pragmática, Semântica, Português como L2

## ABSTRACT

Understanding implicit meaning does not depend merely on knowing the lexicon of a given language, and being able to decode that language. One must also recognize the speaker's intentions, which includes context of use, among other things. This dissertation will firstly introduce a theoretical account of both explicit and implicit meaning, by presenting the principles of semantic and pragmatic theories, respectively. We will argue that it is impossible to think of either theories as autonomous theories because language has proved to be composed of semantic (lexical and literal meaning) and pragmatic aspects, proving that there is a strong interface between these two levels. We have chosen Grice's (1975) Implicature Theory, improved by Costa's framework (1984, 2005) to explain how speakers of a language infer the implicit meaning of an utterance. In order to test the theoretical potential of those two theories, we designed a questionnaire composed of 21 dialogues including Conventional and Conversational Implicatures. Moreover, in order to see if native speakers and non-native speakers hold significant differences in the way they infer, we applied the questionnaire in two groups: native speakers of Brazilian Portuguese and proficient non-native speakers of Portuguese, specifically speakers of Mandarin, during a one-year immersion period at the Pontifical Catholic University of Rio Grande do Sul - PUCRS, Brazil. We concluded that Grice and Costa provide strong and systematic accounts to explain how pragmatic inferences are achieved. The result of the questionnaire showed that those two groups do not have statistic significant differences, although, from the qualitative point of view, these differences are still seen as significant, mainly if oral communicative exchanges are taken into account. In addition, we will suggest that L2 teachers should be aware of the implications of knowing those theories of meaning in order to optimize their pedagogic practice.

Key-words: Inference, Implicature, Pragmatics, Semantics, Portuguese as a Second Language

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	09
<b>1 SOBRE A SEMÂNTICA</b>	14
1.1 A Semântica e o Significado Explícito	14
1.2 A Semântica Lexical	15
1.3 A Semântica das Condições-de-Verdade ou Semântica Formal	23
<b>2 SOBRE A PRAGMÁTICA</b>	27
2.1 A Pragmática e o Significado Implícito	27
2.2 A Pragmática das Implicaturas de Grice	35
2.2.1 O Princípio Cooperativo e as Máximas da Conversação	39
2.2.2 Propriedades das Implicaturas	41
2.2.3 Produção das Implicaturas	46
2.3 A Pragmática dos Diálogos	48
<b>3 SOBRE A INTERFACE SEMÂNTICA/PRAGMÁTICA</b>	53
3.1 A Teoria da Relevância de Sperber e Wilson (1986) e Críticas a Grice	53
3.2 A Teoria das Implicaturas Conversacionais Generalizadas – Levinson (2000) e Críticas a Grice	57
3.3 A Teoria das Implicaturas Reformulada – Costa (1984, 2005) e Críticas a Grice	60
3.4 Na Interface Semântica- Pragmática	64
<b>4 SOBRE SIGNIFICAÇÃO IMPLÍCITA E APRENDIZAGEM DE L2</b>	72
4.1 Aquisição de L2	72
4.2 Histórico das Abordagens de Ensino de L2	75
4.3 A Pragmática como uma Abordagem de Aprendizagem de L2	81
<b>5 UMA ABORDAGEM EMPÍRICA DO PORTUGUÊS COMO L2: corroborando o papel da Pragmática</b>	88
5.1 Objetivos	88
5.2 Hipóteses	89
5.3 Sujeitos	90
5.4 Descrição do instrumento	90
5.5 Procedimentos	91
5.6 Procedimentos para análise dos dados	92
5.7 Apresentação das Questões e Discussão dos Resultados à luz de Grice, Sperber e Wilson, Levinson, e Costa	92
5.7.1 Análise descritiva da tabela	115
5.7.2 Discussão dos resultados por meio da Teoria das Implicaturas de Grice	116
5.8 Análise Inferencial dos resultados por meio do teste Qui-Quadrado	117
<b>CONCLUSÃO</b>	120
<b>REFERÊNCIAS</b>	124
<b>ANEXOS</b>	130

## INTRODUÇÃO

This Marvellous Invention- of all mankind's creations, language must take pride of place. Other inventions – the wheel, agriculture, sliced bread – may have transformed our material existence, but the advent of language is what made us human. Compared to language, all other inventions pale in significance, since everything we have ever achieved depends on language and originates from it. Without language, we could never have embarked on our ascent to unparalleled power over all other animals, and even over nature itself (DEUTSCHER, 2005, p.1).<sup>1</sup>

Essas são as palavras introdutórias de Guy Deutscher,<sup>2</sup> em seu livro *The Unfolding of Language* (2005, p. 1), que parecem justificar a relevância de tentar compreender os mistérios dessa “invenção maravilhosa”, tema geral deste trabalho.

Afinal, como os seres humanos se comunicam? Desde Aristóteles até a semiótica<sup>3</sup> moderna, representada por Peirce (1977), as teorias da comunicação baseavam-se em um único modelo, denominado “O Modelo de Código”.<sup>4</sup> Que existe um código envolvido na comunicação humana, não há dúvida, mas também parece não haver dúvida de que a compreensão envolve bem mais do que apenas a decodificação de um sinal lingüístico.

---

<sup>1</sup> Tradução nossa: *Esta invenção maravilhosa* - de todas as inúmeras criações do homem, a linguagem deve orgulhar-se do lugar que ocupa. As outras invenções – a roda, a agricultura, o pão de sanduíche – podem até ter transformado a nossa existência material, mas o advento da linguagem é o que nos torna humanos. Comparadas à linguagem, todas as demais invenções ficam enfraquecidas, pois tudo o que já alcançamos depende da linguagem e origina-se dela. Sem a linguagem, não teríamos alcançado o nosso poder sobre os outros animais e até sobre a própria natureza.

<sup>2</sup> Lingüista holandês, atualmente vinculado ao *Department of Ancient Near Eastern Languages*, na Universidade de Leiden, Amsterdã.

<sup>3</sup> A Semiótica (do grego *semeiotiké* ou "a arte dos sinais") é a ciência geral dos signos e da semiose, que estuda todos os fenômenos culturais como se fossem sistemas sógnicos, isto é, sistemas de significação. Ocupa-se do estudo do processo de significação ou representação, na natureza e na cultura, do conceito ou da idéia. Em oposição à lingüística, que se restringe ao estudo dos signos lingüísticos, ou seja, do sistema sógnico da linguagem verbal. A Semiótica tem por objeto *qualquer sistema sógnico* - artes visuais, fotografia, cinema, música, culinária, vestuário, gestos, religião, ciência etc.

<sup>4</sup> O modelo de código propõe que se entenda o processo de comunicação pelo que Ready (1979) chama de “metáfora do canal”, cuja idéia básica é a de que codificar seria como colocar as idéias em palavras (“empacotar”) e decodificar seria tirar as idéias das palavras (“desempacotar”), a partir de um processo supostamente simples de envio e recebimento de mensagens em que nenhuma habilidade comunicativa ou cognitiva adicional é necessária.

Na decodificação, toma-se um sinal como *input* e produz-se, como *output*, uma mensagem associada com o sinal, por intermédio de um código subjacente, que deve ser mutuamente conhecido pelos interlocutores, ao passo que na inferência toma-se um conjunto de premissas como *input* e produz-se, como *output*, um conjunto de conclusões garantidas pelas próprias premissas.

Para ilustrar a limitação de uma mera decodificação, citamos casos de ironia, metáforas e tautologias, todas ricas em linguagem implícita, que requerem uma complementação ao código para serem entendidas, exigindo que os interlocutores realizem inferências complementares à decodificação. O exemplo (1) tautológico a seguir ilustra a limitação explanatória que o modelo de código apresentaria:

(1) Se o chefe falou, está falado.

O modelo de código não teria condições de explicar que ao enunciar (1), na verdade, a pessoa tem a intenção de comunicar que não adianta contestar aquilo que já foi determinado pelo chefe, pois é ele quem dá a palavra final. Isso não está explicitamente dito, mas é entendido por um processo inferencial, externo ao código lingüístico, que parte de um conjunto de premissas e produz um conjunto de conclusões que se seguem logicamente das premissas, ou que, pelo menos, são garantidas por elas. O processo de decodificação, por outro lado, parte de um sinal e resulta na recuperação de uma mensagem que é associada a este sinal de acordo com um código subjacente. Em geral, as conclusões não são associadas às premissas por um código, e os sinais não garantem as mensagens que eles transmitem.

É inegável que o modelo de código serve como um alicerce para a comunicação, mas a compreensão daquilo que é comunicado verbalmente, com freqüência, vai além da decodificação, pois a comunicação é alcançada no momento em que o ouvinte reconhece as intenções do falante, a partir das evidências de suas intenções.

O foco de atenção deste trabalho é justamente o significado implícito comunicado pelos enunciados de uma língua, pois constitui um fenômeno lingüístico não-explicável pela teoria dos códigos nem pela semântica das Condições-de-Verdade,<sup>5</sup> à medida que a mesma se ocupa da proposição, enquanto significado expresso apenas pelo uso convencional da linguagem.

Observamos que a comunicação é uma atividade humana complexa que apresenta resultados positivos na maior parte dos casos. Entretanto, também observamos que nem sempre a compreensão é garantida, isto é, mal-entendidos ocorrem em interações comunicativas, sejam elas interculturais ou não.

---

<sup>5</sup> Originada nos trabalhos de Tarski (1930), cuja idéia essencial é que uma teoria do significado completa exige um procedimento de combinação entre sentenças e um conjunto de condições que, quando aplicado a cada uma das infinitas sentenças de uma língua, automaticamente produz um enunciado das condições necessárias e suficientes para a verdade da sentença.

Nesse sentido, os mal-entendidos e os reparos (esclarecimentos, correções) subseqüentes constituem um fenômeno complexo que requer o estudo de teorias interdisciplinares para descrevê-lo e explicá-lo, uma vez que envolve questões lingüísticas, cognitivas, sociais, pragmáticas e emocionais, entre outras. Por isso, a ciência lingüística tem evoluído em direção a um esclarecimento cada vez maior da significação em linguagem natural.

As várias teorias pragmáticas que vêm sendo formuladas, desde o início das discussões no século XIX estendendo-se até 1962, em torno da necessidade de uma semântica não limitada às Condições-de-Verdade das expressões, apontam para a existência de fenômenos relativos ao significado lingüístico que indicam que o uso da linguagem natural baseia-se em uma espécie de lógica não-trivial.<sup>6</sup>

Como a comunicação verbal nem sempre pode ser explicada por processos formais, a Pragmática surge para dar conta de certos fenômenos lingüísticos como a ambigüidade, a polissemia, a ironia e as figuras de linguagem em geral.

Este trabalho enfoca o papel da subteoria lingüística, conhecida como Pragmática, nas abordagens de ensino/aprendizagem de L2, tendo como objetivo descrever, explicar e apresentar algumas contribuições teóricas sobre como o significado implícito é compreendido, visando oferecer uma potencial aplicação para o ensino de L2. Para tanto, nossa pesquisa se dividirá da seguinte forma:

Os três primeiros capítulos apresentam as fundamentações teóricas da Semântica, da Pragmática e a interface entre ambas, da seguinte forma:

O primeiro capítulo apresenta os fundamentos da Semântica e da significação explícita, contextualizando, historicamente, essa área da Lingüística. Logo a seguir, abordamos os pressupostos teóricos da Semântica Lexical e da Semântica das Condições-de-Verdade, cujos objetos de estudo estão subjacentes ao entendimento pragmático.

O segundo capítulo ocupa-se da Pragmática e da significação implícita, também a contextualizando historicamente, para então apresentarmos a Teoria das Implicaturas<sup>7</sup> do filósofo da linguagem Paul Grice (1975). Fazemos uma apresentação detalhada da proposta de Grice (1975) sobre a teoria do significado, conforme o seu texto “Logic and Conversation”, cujo aspecto central é a primazia do significado do falante, incluindo o Princípio Cooperativo e as Máximas de Conversação. Ainda no segundo capítulo, mostramos a pragmática dos

<sup>6</sup> A lógica não-trivial, grosso modo, é a lógica que *não* se restringe aos padrões formais de raciocínio.

<sup>7</sup> *Implicaturas* são inferências baseadas tanto no conteúdo do que foi dito quanto em algumas suposições específicas sobre a natureza cooperativa da interação verbal ordinária.

diálogos, por representarem o protótipo da comunicação rica em linguagem implícita, a partir das abordagens de Herbert H. Clark<sup>8</sup> (1996) e Douglas Walton<sup>9</sup> (1998).

O terceiro capítulo discute a interface Semântica/Pragmática, a partir de Sperber e Wilson (1986,1995), Costa (1984,2005) e Levinson (2000). Igualmente mencionamos a avaliação desses teóricos com relação à capacidade descritiva e explanatória da proposta de Grice (1975).

No quarto capítulo, apresentamos um breve histórico das teorias de aquisição de L2 mais significativas para este trabalho e também referimos as abordagens de ensino de L2 que se apóiam nas teorias de L2. Indicamos haver uma carência de aspectos pragmáticos tanto nos materiais didáticos utilizados em sala de aula quanto na própria prática docente, e, a partir disso, sugerimos que a abordagem pragmática deva ser incluída no ensino de L2, se tivermos a pretensão de ensinar a linguagem em uso.

No quinto e último capítulo buscamos testar a potencialidade da Teoria das Implicaturas de Grice (TIG-1975), complementada por Costa (1984, 2005), para explicar a compreensão do implícito do Português como L2. Para tanto, elaboramos um questionário composto de 21 diálogos, pragmáticos por natureza, constituídos por três tipos de Implicaturas - as Convencionais, as Conversacionais Generalizadas e as Conversacionais Particularizadas. Finalizamos este capítulo com algumas implicações pedagógicas que poderão auxiliar o professor de Português como L2 na escolha e na elaboração de seu material didático.

Para fins de análise qualitativa dos dados, utilizamos as teorias apresentadas nos três primeiros capítulos, em especial a TIG, e aplicamos o teste qui-quadrado, para verificar como o cálculo estatístico interpreta os resultados.

Posto isso, consideramos que o presente trabalho se justifique pelas razões que seguem:

Em primeiro lugar, em decorrência da necessidade de se estudar a interface entre a Semântica e a Pragmática, uma vez que os estudos dessa interdependência ainda se defrontam com inúmeras questões a serem investigadas.

Ademais, constata-se que, com o fortalecimento da Semântica e da Pragmática no interior das ciências cognitivas, o processo inferencial passou a merecer atenção especial.

Paralelamente, este trabalho poderá oferecer contribuições no âmbito da linguística computacional, pois pesquisadores na área de Ciência da Computação já começaram a estudar

---

<sup>8</sup> Cientista cognitivo do Departamento de Psicologia da Universidade de Standford, EUA.

<sup>9</sup> Canadense, professor de Filosofia da Universidade de Winnipeg, Manitoba, Canadá. Conhecido pelos seus livros sobre argumentação, falácias lógicas e lógica informal.

a importância da teoria do diálogo, visto que ainda é um problema para modelos exclusivamente formais.

Além de sua importância teórica, acreditamos que nosso trabalho também apresente relevância de caráter prático-pedagógico, pois quanto mais cientes da importância de conhecer as fundamentações lingüísticas sobre os processos inferenciais envolvidos na comunicação humana, mais subsídios terão os professores para obter êxito na árdua tarefa de ensinar uma segunda língua, sobretudo para aprendizes adultos, conforme a Hipótese do Período Crítico (HPC), entre a infância e a puberdade, que defende que “há um período no desenvolvimento humano em que o cérebro está predisposto para adquirir com sucesso uma língua” (Lightbown & Spada, 1998). Esta hipótese sustenta, desta forma, que um adulto terá sempre uma pronúncia e uma construção gramatical diferente da dos falantes nativos ou dos falantes que tenham aprendido uma Língua Segunda (L2) quando eram muito novos.

Neste aspecto, o trabalho pretende oferecer uma utilidade potencial para o ensino do Português como L2, uma vez que grande parte dos diálogos apresentados nos livros didáticos de língua portuguesa como L2 propõe um modelo de linguagem que privilegia as estruturas gramatical e semântica, ainda distantes de aspectos pragmáticos do uso da língua. Isso, em hipótese alguma, significa dizer que se deva abandonar a sintaxe, a semântica e a fonologia, já que funcionam como um alicerce da língua. Entretanto, não se pode esquecer de que o alicerce tem uma função que, neste caso, é a comunicação. Daí, a importância de estudarmos o significado nas interfaces da Sintaxe, da Semântica e da Pragmática.

## 1. SOBRE A SEMÂNTICA

O presente capítulo apresenta uma breve contextualização histórica da Semântica e da significação explícita. Adotaremos a idéia de que a Semântica refere-se ao significado da sentença (proposição), que inclui o léxico, as Condições-de-Verdade e as inferências necessárias, enquanto que a Pragmática refere-se ao significado do falante, isto é, o significado da sentença mais as condições de uso (contexto). Em seguida, mostraremos os fundamentos da Semântica Lexical postulada por Pustejovsky (1995), e da competência lexical, conforme Marconi (1997), pela relevância teórica que apresentam a este trabalho. Além desses teóricos, também elegemos Quine (1967), pelo tratamento que dá ao significado composicional, Kempson (1977), por sustentar que a significação das palavras contribui com as Condições-de-Verdade das sentenças, e Robyn Carston (1988), por acreditar que a compreensão do significado esteja relacionada com a forma que a mente humana organiza a informação.

### 1.1 A SEMÂNTICA E O SIGNIFICADO EXPLÍCITO

Dizer que a Semântica é o estudo do significado parece, no mínimo, uma definição muito simplista, que pode trazer problemas para um trabalho científico. Essa definição é problemática porque é vaga. Vaga porque, ao tentar responder à pergunta “o que é o significado?”, geram-se respostas circulares, semelhantes às definições apresentadas pelos dicionários, do tipo: significado=palavra equivalente, no mesmo ou em outro idioma. Assim, na tentativa de minimizar o problema, sugerimos que a pergunta seja substituída por “quais são as propriedades do significado?”, pois, ao abordarmos o significado por meio de suas propriedades (sinonímia, antonímia, hiperonímia, hiponímia, homonímia e polissemia), teremos maior probabilidade de compreender melhor do que trata a Semântica.

Há várias possibilidades de investigação do significado. Tanto isso é verdade que temos diversos tipos de Teorias Semânticas, como, por exemplo: a Semântica Cognitiva, a Semântica Lexical, a Semântica Argumentativa, a Semântica Textual, a Semântica Discursiva, a Semântica das Condições-de-Verdade ou Formal ou Lógica, dentre outras. Contudo, não se pode afirmar que tais teorias sejam incompatíveis, uma vez que o objeto de estudo de todas elas – o significado – pode ser estudado de diferentes ângulos.

A Semântica, por tradição, sempre foi a área da lingüística que se ocupou do significado, porém, de uma perspectiva formalista, que considerava a linguagem natural como uma imperfeição lógica e, por isso, não merecedora de estudos científicos. A justificativa para essa discriminação era a de que o significado, pelo fato de não poder ser observado de uma forma direta, não poderia ser estudado de maneira objetiva, científica, dificultando a sua sistematização.

Essa visão lógica da linguagem, análoga à matemática, é encontrada em Frege (1892) e em Russell (1905). Para esses autores, a linguagem natural não apresentava condições de refletir a estrutura de mundo de forma sistemática, isto é, de forma lógica e precisa. Por exemplo, a dificuldade de explicar a possibilidade de uma expressão referir entidades inexistentes, como ‘o lobisomem’, ‘Saci-Pererê’. Dada a inexistência de ‘lobisomem’ e ‘Saci-Pererê’ no mundo real, torna-se inviável, para a abordagem lógica atribuir uma propriedade (verdadeiro ou falso) à proposição que contém as expressões “lobisomem” e “Saci-Pererê”, pois a condição de aplicação do predicado falha.

Surge, então, a Pragmática como uma tentativa de explicar aquela parte do significado que a Semântica considerava incerta e duvidosa: o uso da linguagem natural, com suas “imperfeições lógicas”.

A seguir, apresentaremos, ainda que de forma sucinta, os fundamentos da Semântica Lexical, conforme Pustejovsky (1995), complementada com algumas considerações sobre a competência lexical, de acordo com Marconi (1997).

A escolha dos teóricos mencionados justifica-se pelo fato de abordarem fenômenos lingüísticos inferenciais, como a polissemia, por exemplo, que geram Implicaturas (inferências pragmáticas), que é o tema central deste trabalho.

## 1.2 A SEMÂNTICA LEXICAL

Vejamos o que Marconi (1997, p.2), em sua obra *Lexical Competence*, diz-nos sobre competência lexical:

Clearly, lexical competence, the ability to use words, is an essential ingredient of semantic competence. So the question became, What does our

ability to use words consist of? What kind of knowledge, and which abilities, underlie it?<sup>10</sup>

Ser capaz de usar palavras é, por um lado, ter acesso a uma rede de conexões entre uma determinada palavra e outras palavras e expressões lingüísticas. É, por exemplo, saber que gatos são animais, que para chegar a algum lugar precisamos nos locomover, que uma doença pode ter cura, e assim por diante. E, por outro lado, ser capaz de usar uma palavra é saber como mapear itens lexicais para o mundo real, isto é, ser capaz de *nomear* (selecionar a palavra certa em relação a um determinado objeto ou circunstância) e *aplicar* (selecionar o objeto certo ou a circunstância adequada em relação a uma palavra dada).

A primeira habilidade pode ser chamada de *inferencial*, já que ela está subjacente ao nosso desempenho de raciocínio, tais como compreender que algumas regras gerais sobre animais aplicam-se aos gatos, por exemplo.

A outra habilidade pode ser denominada *referencial* ou denotacional, pois se ocupa da relação palavras/sentenças e as entidades e o estado das coisas no mundo externo. Por exemplo, ao dizermos “João está no parque”, sabemos que existe uma pessoa chamada João e que esta pessoa está em algum lugar. Isto é, há uma pessoa (João) que existe no mundo (parque).

Para os falantes de uma determinada língua, diferentemente dos lingüistas e filósofos da linguagem, compreender o significado isolado das palavras é o mais importante. Isto é, o fato de que, quando organizadas em sentenças, as palavras contribuem com o seu significado para compor o significado da proposição, e podem até mesmo perder o seu significado tido como original, não é tão importante para os usuários de uma língua, quanto o fato de que as palavras apresentam significado por si só, independentes do contexto da proposição.

Os usuários de uma língua não estão preocupados em analisar como o significado de “João corre” resulta do significado de “João” e “corre” - questões típicas da semântica *composicional*. Os dicionários surgiram a partir da necessidade de compilar, de forma organizada, os diferentes significados das palavras que compõem uma determinada língua, isto é, o léxico, possibilitando que os falantes em geral buscassem o significado das palavras desconhecidas.

---

<sup>10</sup> Tradução nossa: A competência lexical, ou seja, a habilidade em usar as palavras, é claramente um ingrediente essencial da competência semântica. Então, a pergunta passa a ser: Em que consiste a nossa habilidade de usar as palavras? Que tipo de conhecimento e quais habilidades estão relacionadas a essa competência?

A Semântica Lexical, cujo objetivo é estudar as propriedades do significado das palavras, surgiu porque se fez necessário um estudo mais aprofundado, comparativamente àquilo que é apresentado pelos dicionários, pois esses não dão conta de aspectos *estruturais* ou *composicionais*.

A ênfase dada ao aspecto composicional do léxico tem influência do trabalho de Frege (1892) na lógica e na matemática. Para ele, a verdade é a noção mais básica da lógica e a conexão dos pensamentos com a verdade é a noção mais fundamental para a semântica. O valor de verdade de uma proposição é dado pelo significado da proposição como um todo, isto é, o significado de uma proposição determina o seu valor de verdade, e o significado dessa proposição é outorgado por uma função do significado de suas partes. Dada a importância do significado de cada parte isolada, Frege manteve o interesse pelo *sentido* individual das mesmas.

Conforme Pustejovsky (1995), até meados da década de 1990, pouco havia sido pesquisado sobre o léxico. Enquanto tópicos sobre a forma sintática e a interpretação semântica eram debatidos por filósofos da linguagem como Wittgenstein<sup>11</sup> (1921), Tarski (1944) e Quine<sup>12</sup> (1943,1952,1967) em obras inteiras, poucas pesquisas eram dedicadas ao léxico, embora já se reconhecesse que muito da informação estrutural de uma sentença é mais bem representado por meio da ótica lexical.

Assim, para tentar equacionar os problemas não-resolvidos pelos teóricos recém-mencionados, como, por exemplo, a polissemia das palavras, Pustejovsky (1995) propõe a Teoria do Léxico Gerativo, em sua obra *The Generative Lexicon*. Essa teoria busca tratar da natureza polimórfica da linguagem e do uso criativo das palavras em contextos novos.

Para isso, Pustejovsky (1995) postulou três princípios: primeiro, é necessário uma noção clara de boa-formação semântica para caracterizar uma teoria do significado, isto é, desligar a noção de significado lexical de outras influências semânticas, como fatores da pragmática ou do discurso. Segundo, a Semântica Lexical deve procurar representações mais

---

<sup>11</sup> Wittgenstein - Na literatura, é comum referir-se ao autor como “o primeiro Wittgenstein”, do *Tractatus logico-philosophicus* (1921), no qual ele tenta resgatar as propriedades semânticas e pictoriais da linguagem cotidiana. No “segundo Wittgenstein”, das *Investigações filosóficas* (1953), ele assume uma compreensão pragmática do significado enquanto uso, i. e. pragmática.

<sup>12</sup> A unidade de comunicação é a sentença, e não a palavra. Esse princípio de Teoria Semântica foi durante muito tempo obscurecido pelo primado inegável, sob certo aspecto, das palavras. Sendo as sentenças em número ilimitado e as palavras em número limitado, necessariamente compreendemos a maioria das sentenças por construção a partir de palavras já familiares. Na realidade, não há conflito no caso. Podemos permitir às sentenças um monopólio total de “significado” em certo sentido, sem negar que o significado tem de ser construído. Podemos dizer, então, que conhecer palavras é saber como construir os significados das sentenças que as contêm. As definições de dicionários são simples cláusulas em uma definição recursiva dos significados das sentenças (QUINE, 1967, p. 306).

ricas que simples descrições de papéis temáticos e, terceiro, a Semântica Lexical deve estudar todas as categorias sintáticas para caracterizar a semântica da linguagem natural. Isso significa dizer que o léxico deve apresentar informações para a classe de palavras além da classe dos verbos.

Com base nesses princípios, Pustejovsky (1995) considera que os objetivos de qualquer teoria na área da Semântica Lexical são (i) classificar adequadamente os itens lexicais de uma língua em classes que relacionem suas expressões sintáticas e semânticas; (ii) representar formalmente a linguagem, para capturar a natureza gerativa da criatividade lexical e o fenômeno da extensão do sentido; (iii) descrever como as expressões da linguagem natural têm conteúdo e explicar como esse conteúdo pode ser modificado quando em contextos novos e, finalmente, (iv) fornecer um tratamento unificado tanto para o fenômeno da polivalência quanto para a mudança de tipos e da polissemia. Para o teórico, o léxico *não* pode ser representado como um conjunto estático de palavras. Isso quer dizer que uma Teoria Semântica Lexical não deve mapear apenas o significado de itens lexicais dentro da sentença de maneira estática e individual, mas capturar as relações semânticas existentes entre as palavras, de modo a facilitar esse mapeamento. A partir desse argumento, Pustejovsky (1995) destaca a importância da sintaxe, uma vez que o significado não pode ser completamente desvinculado da estrutura que o carrega. Foi a partir desses fundamentos que o autor desenvolveu sua Teoria Semântica Lexical Decomposicional.

De acordo com Pustejovsky (1995), há uma série de irregularidades linguísticas que podem ser geradas por um sistema, denominada Teoria do Léxico Gerativo, que apresenta como resultado um léxico com um número menor de entradas lexicais do que o apresentado por outros modelos de representação do significado, como o léxico de enumeração de sentido, com listas de palavras, cada uma com um sentido lexical estático. Nessa teoria, é possível atribuir duas proposições à sentença “João começou o livro”: (a) “João começou *a ler* o livro” e (b) “João começou *a escrever* o livro”. Poderíamos dizer que essas atribuições de sentido dependem do conhecimento de mundo, e que a lacuna dessa sentença – “João começou o livro” é preenchida por uma interpretação pragmática, complementar à proposição inicial. Vejamos a explicação da Teoria do Léxico Gerativo para esse fenômeno linguístico.

Como a Teoria do Léxico Gerativo está fundamentada em regras gerativas composicionais e em representações lexicais enriquecidas, é preciso usar a regra composicional de coerção de tipo, em que um constituinte semântico altera (coage) o tipo semântico de outro tipo com o qual se combina. Tomemos o exemplo do verbo “começar”, que exige como complemento um constituinte do tipo eventivo (*eventive*), como em “João

começou a correr”. Entretanto, em “João começou o livro”, o substantivo “livro” não é um evento, porém, aqui, “livro” é entendido implicitamente como um evento. Essa conversão de substantivo em evento ocorre devido à representação enriquecida do item lexical “livro”, que deve conter informações não apenas de inserção categorial, do tipo “um livro é uma publicação”, mas também sobre a forma de criação – “um livro é escrito por um autor” e sobre sua função – “um livro serve para ser lido”. Portanto, na representação semântica do item lexical “livro”, há dois eventos implícitos: o de ler o livro e o de escrevê-lo. Se for isso realmente o que ocorre, então a coerção de tipo pode se aplicar: o signo “livro”, que não é do tipo eventivo, é convertido em um evento de ler ou de escrever o livro, e a parte que falta na sentença “João começou o livro” pode ser inferida com base num mecanismo meramente semântico. Mas, para tanto, é preciso aceitar que o conteúdo semântico do signo “livro” informe-nos que o objeto ao qual ele se refere serve para ser lido. Se a informação de que “um livro serve para ser lido” for de conhecimento consensual, então pode entrar no cálculo semântico, porque não depende de inferências relativas à mente dos falantes. Entretanto, não podemos esquecer que um livro também serve para ser comprado, vendido, escrito, sorteado, exposto, por exemplo.

Observamos facilmente que o significado das palavras possui uma relação estreita com o significado das sentenças. Então, precisamos entender e explicar qual é a natureza da relação existente entre o significado das palavras e o significado das proposições.

Para explicar essa questão, Kempson (1977) sustenta que a significação das palavras deve, necessariamente, fazer uma contribuição às Condições-de-Verdade das proposições onde elas ocorrem. Tomando os seguintes exemplos:

- (2) João caminhou até a esquina.
- (3) João correu até a esquina.

percebemos que as Condições-de-Verdade em (2) e (3) são as mesmas, isto é, alguém se desloca até algum lugar, mas a interpretação dessas sentenças depende diretamente da interpretação dada às palavras contidas nessa proposição.

Essa dicotomia – significado da palavra/ significado da sentença – foi apresentada por Quine (1967) quando afirmou que “a palavra não é a unidade de comunicação, mas, sim, a sentença”. Para ele, a interpretação das sentenças deve ser feita de forma composicional ao nos referirmos à combinação das palavras que formam uma sentença. Segundo Quine (1967),

ainda, o que é finito em uma língua é o conjunto de palavras (o léxico), não o conjunto de sentenças (sintaxe).

Os exemplos apresentados indicam haver uma relação Semântica/Pragmática, onde o limite entre a inferência semântica e a inferência pragmática não está totalmente delimitado.

Vejamos, por meio dos exemplos a seguir, de que forma podemos perceber a dificuldade que a Semântica, sozinha, apresenta para explicar as Implicaturas, conforme será apresentado em detalhes no capítulo 2, tomando como base o significado do conetivo ‘e’.

- (4) Maria casou *e* teve um filho.
- (5) Maria é magra *e* João é gordo.
- (6) Maria demorou *e* terminou o trabalho a tempo.
- (7) Maria estudou no Universitário *e* passou em Medicina na UFRGS.

Em cada um dos enunciados acima, o conetivo ‘e’ apresenta uma idéia diferente. Uma teoria Semântica Formal não conseguiria explicar os diferentes significados do conetivo “e”. No exemplo (4), percebe-se uma idéia de seqüência temporal, do tipo *e então/e depois*, sugerindo que, primeiro, Maria casou-se *e então/e depois* teve um filho. Já no enunciado (5), essa idéia de seqüência não está presente. Aqui, o conetivo ‘e’ corresponde ao & lógico das tabelas verdade (p & q). O enunciado (6) não apresenta nem a idéia temporal nem do & lógico. Aqui, o conetivo ‘e’ transmite-nos uma idéia contrastiva, correspondente ao ‘mas’. Parece que o enunciador quis dizer: “Maria demorou, *mas* conseguiu terminar o trabalho no prazo determinado”. Já no enunciado (7), podemos entender o ‘e’ como ‘por esse motivo’, dando a idéia causa, isto é, pelo fato de Maria ter estudado no curso Universitário foi aprovada no curso de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Podemos demonstrar essa mudança de sentido se invertermos a ordem das orações dos enunciados, conforme a seguir:

- (4a) Maria teve um filho *e* casou.
- (5a) João é gordo *e* Maria é magra.
- (6a) Maria terminou o trabalho a tempo *e* demorou.
- (7a) Maria passou em Medicina na UFRGS *e* estudou no Universitário.

Em (5a), não há nenhuma alteração de sentido, os valores são mantidos e a idéia comunicada está garantida, corroborando a idéia do & lógico. (p & q, ou q & p). Entretanto,

no enunciado (4a), o sentido de primeiro casar e depois ter um filho muda substancialmente, pois a idéia de ter um filho passa a ocorrer antes do casamento de Maria. Em (6a), não temos condições de avaliar se o enunciador teve a intenção de apenas relatar dois fatos ou se ele quis dizer que *apesar* de ter demorado a concluir o trabalho, ele conseguiu realizar a tarefa. Em (7a), parece não haver conexão entre as duas frases, pois há uma incoerência de idéias.

Qual seria, então, a explicação de um semanticista para essas diferenças de significado?

Para Levinson (1983), os semanticistas poderiam escolher dois caminhos distintos: (a) defender a tese de que existem quatro significados diferentes para o conetivo ‘e’, o que o torna ambíguo; ou (b) sustentar a idéia de que o significado das palavras de uma forma geral é vago e freqüentemente influenciado pelo contexto.

Se fosse escolhido o caminho (a), cairíamos na circularidade das definições dos dicionários, em que toda e qualquer palavra dependerá de uma explicação por meio de outra palavra. Na verdade, o que é comunicado inclui um elemento não-convencional pragmático, o que Grice (1975) denominou Implicatura Conversacional, conforme detalharemos no Capítulo 2.

O fato de algumas palavras ou expressões receberem diferentes interpretações em diferentes contextos, como é o caso de (4), (5), (6) e (7), não as torna semanticamente ambíguas. A diferença intuitiva no significado pode ser considerada em um nível semântico, pela atribuição de mais de um sentido literal. Entretanto, ela também pode ser considerada em um nível pragmático, segundo a Implicatura Conversacional, que em muitos contextos tem relação direta com aquilo que é dito. De acordo com Grice, quando uma “ambigüidade intuitiva” puder ser considerada tanto no nível semântico quanto no pragmático, o nível pragmático deve ser preferido em detrimento do semântico. A razão dessa escolha é porque as explicações pragmáticas são econômicas, no sentido de que os princípios são gerais e as suposições, bastante motivadas.

E, se a escolha fosse o caminho (b), o que poderiam dizer os semanticistas com relação às palavras que são antônimos, mas que podem possuir o mesmo significado dependendo do contexto? Ou situação em que a mesma palavra possua significados diferentes, dependendo do contexto, conforme os exemplos a seguir:

- (7) O João nos deu um *belo* susto!
- (8) O João nos deu um *belo* quadro.

Em (7), ‘belo’ pode ser interpretado como grande, enquanto que em (8), ‘belo’, claramente significa bonito.

Outro exemplo:

(9) O bebê de Maria está *bem gordo!*

(10) A mulher de João está *bem gorda!*

No enunciado (9), o fato de o bebê estar “bem gordo” constitui-se em um atributo positivo, ao passo que em (10) não, pois o contexto cultural da atualidade não considera “mulher bem gorda” um atributo positivo. Em outras palavras: bebê bem gordo = bebê bonito e saudável; mulher bem gorda = mulher feia e não-saudável.

Então, torna-se difícil saber quando palavras aparentemente sinônimas têm sentido não apenas diferente, como em (7) e (8), mas oposto, como em (11) e (12):

(11) “Tive um filho *temporão*”.

(12) “Esta árvore só dá fruto *temporão*”.

Tanto em (11) como (12) “temporão” significa “fora de época”. Entretanto, um filho temporão é um filho que nasceu *tarde*, em relação aos demais, e um fruto temporão é aquele chegou mais *cedo* do que o esperado.

Assume-se que um falante nativo não teria problemas para entender os enunciados (7), (8), (9), (10), (11) e (12). Ele não teria dúvidas de que a expressão “um belo susto” refere-se a “um grande susto” e não que pudesse significar “um susto bonito”, por exemplo. Em se tratando de falante não-nativo, essa interpretação não parece ser tão automática assim, pois os falantes não-nativos tendem a ficar mais presos ao significado literal das palavras, isto é, tendem a ficar em um nível de decodificação e não de inferência.

Já para Robyn Carston (1988), as diferentes interpretações do ‘e’ não são decorrentes dos diferentes significados contidos nessa própria palavra, conforme propôs Levinson (2000), mas, sim, do resultado da forma como a mente humana organiza a informação dentro do que ela chama de *scripts* (cenários), fazendo uma série de conexões entre os fatos e o estado das coisas no mundo. Em suma, para ela, a compreensão está intimamente relacionada às propriedades gerais da mente, indicando que uma conotação cognitiva da pragmática muito forte.

As inferências geradas pelas Implicaturas parecem oferecer uma resposta para esses problemas que a Semântica sozinha não consegue resolver. É inegável que as expressões em linguagem natural tenham um significado literal, unitário e estável, mas há também uma parte não-estável que se sobrepõe, denominada Implicaturas.

A compreensão semântica é apenas parcial, pois a escolha de uma palavra sobre outra é prova de que há uma intenção comunicativa que vai além da semântica. Rossa (2002)<sup>13</sup> exemplifica essa intenção comunicativa de uma forma muito clara:

- (13) (a) O que você acha da Maria?  
 (b) Ela é legal.

A explicação semântica para o diálogo é “Maria é uma pessoa simpática/legal”, mas não encerra a idéia de que ela seja uma pessoa adorável, porque ‘legal’ tem conteúdo semântico mais fraco do que adorável. Podemos considerar essa explicação incompleta, pois quando um falante responde (b), ele tem uma *intenção comunicativa* maior, isto é, ao usar a palavra ‘legal’, ele não está se comprometendo com o que está dizendo. Caso alguém diga que o falante em (b) não goste de Maria, ele pode negar (ou cancelar) tal suspeita, dizendo que não é esse o caso. O fato é que ele não assume que gosta nem que “desgosta” dela. Sua opinião sobre Maria é a mais neutra possível dentro da escala: adorável>amável> legal.

Vimos que para compreender o implícito em linguagem natural precisamos de um primeiro nível, que é o semântico (o conhecimento do significado das palavras), mas isso não é suficiente porque o significado das palavras não é estável. Há fatores, como o contexto e as intenções do falante, por exemplo, que interferem no significado.

Passemos, então, do nível do léxico para o proposicional, apresentando os fundamentos da Semântica das Condições-de-Verdade, para verificar se este nível dá conta do significado implícito da linguagem natural.

### 1.3 A SEMÂNTICA DAS CONDIÇÕES-DE-VERDADE OU SEMÂNTICA FORMAL

Já dissemos que o significado pode ser estudado de diferentes perspectivas, uma vez que as diferentes teorias semânticas o enxergam de formas diferentes. A Semântica Lexical,

---

<sup>13</sup> In: *Na interface semântica/pragmática*. Porto Alegre: Edipucrs, 2002, p.319-346.

como vimos na seção anterior, estuda as propriedades do léxico. Já a Semântica Formal ocupa-se de um tipo de semântica, também denominado Semântica das Condições-de-Verdade, que teve sua origem na investigação de linguagens formais, construídas pelos lógicos, com base na lógica matemática.

A Semântica Formal concentra-se no estudo da relação que existe entre as expressões lingüísticas e o mundo, pois elas falam sobre alguma coisa. Isso quer dizer que as línguas naturais são utilizadas para se estabelecer uma referencialidade, para se falar sobre objetos, fatos, pessoas, etc., que, de fato, existem no mundo.

Entretanto, o mundo sobre o qual se fala quando se usa a linguagem pode ser o mundo real ou o hipotético. Para conhecer o significado de uma proposição de acordo com esta abordagem formal, precisamos conhecer as suas Condições-de-Verdade. Para tanto, há que se saber em que circunstâncias, no mundo, determinada proposição pode ser considerada verdadeira ou falsa. As Condições-de-Verdade sustentam o processo de inferências necessárias, livres de contexto; enquanto que as condições de uso sustentam o processo comunicativo, ou seja, inferências não-necessárias.

Faz-se necessário, neste momento, traçar uma distinção entre sentenças e enunciados<sup>14</sup>. Sentenças são entidades abstratas, independentes de contexto, pois não estão vinculadas a nenhum tempo ou espaço (dêiticos) específico, ao passo que os enunciados dependem do significado da sentença mais o contexto em que foram proferidos. Por isso, dizemos que o significado de um enunciado é mais rico do que o significado da sentença da qual deriva, pois muitas vezes o que é comunicado vai além daquilo que é dito explicitamente, como é o caso das inferências pragmáticas do tipo Implicaturas, conforme apresentaremos no Capítulo 2 deste estudo.

Assim, grande parte dos enunciados não tem um valor de verdade, pois a proposição que veiculam depende da referência das expressões referenciais dêiticas e não-dêiticas. Tomemos a sentença (14) para exemplificar a questão da referência:

(14) ‘Hoje está chovendo aqui’. Ao ouvir alguém enunciar (14), não há condições de avaliar se é verdadeiro ou falso, sem que se saiba a que lugar a expressão dêitica ‘aqui’ se referia e em que momento a expressão ‘hoje’, também dêitica, foi usada. Entretanto, as

---

<sup>14</sup> Quando estivermos nos referindo à Semântica, adotaremos o termo “proposição”; à Sintaxe, usaremos o termo “sentença” e à Pragmática, “enunciado”. Exemplo: sentenças diferentes podem expressar a mesma proposição, quando elas têm o mesmo significado - “Snow is white” e “A neve é branca” são duas sentenças com a mesma proposição.

sentenças podem ter Condições-de-Verdade, quando são usadas para fazer declarações, conforme ilustrado em (15):

(15) ‘A neve é branca’ é verdadeiro se, e somente se, a neve é branca.

Este exemplo clássico de Tarski (1974), na verdade, mostra que há uma ligação intuitivamente óbvia entre verdade e realidade. A Semântica Formal admite essa ligação e conseqüentemente aceita o princípio de que saber o significado de uma sentença é saber as suas Condições-de-Verdade. Em outras palavras, uma proposição é verdadeira se, e somente se, denotar ou fazer referência a um estado de coisas que existe de fato no mundo, isto é, uma proposição verdadeira deve estar em correspondência com a realidade, enquanto que uma proposição falsa, não.

Entretanto, não é sempre assim que a comunicação ocorre em linguagem natural, uma vez que é dependente do contexto de uso. É nesse momento que a Pragmática aparece - para estudar os enunciados cujo significado não se caracteriza exclusivamente em termos de Condições-de-Verdade, mas, sim, em termos de adequação e plausibilidade.

Este capítulo abordou o significado do ponto de vista da Semântica Lexical e da Semântica das Condições-de-Verdade. Vimos que a Semântica Lexical, por se ocupar das propriedades do significado do léxico apenas, não dá conta do significado dos enunciados porque este depende também do contexto e dos usuários da língua. Vimos também que o objeto de estudo da Semântica das Condições-de-Verdade é o significado referencial da sentença e as inferências necessárias. Entretanto, o significado dos enunciados não se restringe apenas a questões de referência e a inferências necessárias, já que parte do significado de uma sentença consiste no uso que se faz dela, como é o caso dos dêiticos, por exemplo, nos quais questões de identidade (o falante) e o local (espaço físico) de um enunciado são características do uso de um enunciado (linguagem em uso). Além disso, nem sempre a linguagem em uso apresenta tais condições de verdadeiro ou falso. Ao nos referirmos a entidades que nem existem no mundo, como “Papai Noel” e “lobisomen”, por exemplo, nossos referentes são imaginários e, por isso, as Condições-de-Verdade não se aplicam. Não é uma questão de ser verdadeiro ou falso, mas, sim de ser adequado ao contexto. A Semântica das Condições-de-Verdade ocupa-se apenas das sentenças, que são entidades abstratas, independente de contexto.

Embora não se ocupe de aspectos de uso (falante e contexto) da língua, este tipo de Semântica é importante para o nosso trabalho. Primeiro, porque ela se propõe a analisar

algumas questões relacionadas ao significado das línguas naturais. Segundo, pelo fato de ser utilizada, explícita ou implicitamente, nas análises de outras Semânticas, contribuindo, assim, com a Pragmática e com a Sintaxe (funcional ou gerativa).

Reconhecemos que a decodificação depende do nosso conhecimento do significado das palavras. Entretanto, o significado semântico, freqüentemente, não corresponde ao significado que o falante pretende comunicar por meio de um enunciado, como é o caso da ironia e das figuras de linguagem.

Como a Semântica Lexical e a Semântica das Condições-de-Verdade não podem dar conta do significado implícito dos enunciados, que é o tema central deste trabalho, precisamos de um componente pragmático, o qual será abordado no próximo capítulo.

A questão a ser examinada de agora em diante é relativa à natureza da relação entre uma interpretação Semântica das palavras e das sentenças de uma determinada língua e uma interpretação Pragmática, cujo principal objetivo é explicar como os falantes de qualquer língua usam as sentenças para transmitir mensagens que não têm nenhuma relação necessária com o conteúdo lingüístico da sentença usada.

## 2. SOBRE A PRAGMÁTICA

O objetivo deste capítulo é apresentar um breve resumo das origens históricas da subteoria lingüística conhecida como Pragmática, bem como algumas definições do termo Pragmática, para, então, apresentarmos em detalhes a Teoria das Implicaturas de Grice (1975), TIG, reconhecida teoria da comunicação que supõe a existência de um princípio de cooperação subjacente à conversação. Para tanto, apresentaremos suas Máximas da conversação, juntamente com as propriedades das Implicaturas.

### 2.1 A PRAGMÁTICA E O SIGNIFICADO IMPLÍCITO

A Pragmática, em sua concepção clássica, ainda com pouca homogeneidade teórica, surge no século XIX estendendo-se até 1962, destacando-se como seus principais representantes teóricos Peirce (1897), Morris (1938), Carnap (1939), Bar-Hillel (1954) e Austin (1962). O período moderno, de 1962 até os dias atuais, é representado por Searle (1969), Stalnaker (1972), Montague (1974), Grice (1967,1975), Thomason (1977), Kempson (1977), Gazdar (1979), Leech (1983), Sperber e Wilson (1986,1995) e Levinson (1983, 2000).

Morris (1938),<sup>15</sup> inspirado nas idéias de Peirce (1897), de que havia relação entre os signos e seus intérpretes, atribuiu o nome de “Pragmática” ao estudo dessas relações, enquanto que a Sintaxe ficou sendo o estudo das relações formais entre si, e a Semântica, como o estudo das relações dos signos com os objetos aos quais são aplicáveis (MORRIS, 1938, p. 84).

Embora muitas definições de pragmática tenham sido formuladas, acreditamos que as que apresentamos a seguir sejam capazes de consolidar a idéia do conceito, que em sua grande maioria, incluem: o significado do falante, o contexto, os usuários e a linguagem em uso:

“Pragmática é o estudo das regras indexicais para relacionar a forma lingüística a um determinado *contexto*” (BATES, 1976, p. 3).

---

<sup>15</sup> Morris diz que tudo pode ser signo, consoante a nossa interpretação, deixando em estado mais abrangente o conceito de signo. Porém, Morris também diz que os signos se dividem em: (a) *sintático*, (ao nível da estrutura dos signos, o modo em como eles se relacionam e as suas possíveis combinações), (b) *semântico*, (analisando as relações entre os signos e os respectivos significados) e, por último, ao nível pragmático, estudando o valor dos signos para os utilizadores, as reações destes relativamente aos signos e o modo como os utilizamos).

“No domínio da Pragmática [...] cabem tópicos como a metáfora, a estilística, recursos teóricos em geral, e todos os fenômenos relacionados a aquilo que podemos chamar de estrutura temática – o modo como o *falante* apresenta seu *enunciado*” (KEMPSON, 1977, p. 192).

“A Pragmática é igual ao significado menos as condições-de-verdade.” (GAZDAR, 1979, p.2)

“A Pragmática tem a meta complementar de explicar como os determinantes semânticos são estabelecidos pelas marcas identificáveis do *contexto* – as circunstâncias e as atitudes dos *usuários* da língua” (STALNAKER, 1980, p. 905).

“[...] não podemos compreender a natureza da própria linguagem a menos que compreendamos a pragmática: como se usa a linguagem em comunicação” (LEECH, 1983, p. 1).

“[...] a Pragmática, definida de várias maneiras, como os estudos de *enunciados* reais; o *estudo do uso* ao invés do significado; o estudo daquela porção do significado que não se caracteriza exclusivamente em termos de condição de verdade; o estudo do desempenho e não da competência, etc...” (LYONS, 1987, p. 163).

“[...] a Pragmática é o estudo do significado do *falante*” (YULE, 1996, p. 3).

“Quanto às propriedades pragmáticas, a Pragmática tem a ver com a maneira pela qual o sistema lingüístico é usado” (CHOMSKY, 1997, p. 84).

“A Pragmática é o estudo do uso da linguagem na comunicação, especialmente das relações entre as sentenças e os contextos e situações em que são usados. A Pragmática estuda: a) como a interpretação e o uso dos enunciados dependem do conhecimento do mundo real; b) como os falantes usam e entendem os Atos de Fala; c) como a estrutura das sentenças é influenciada pela relação entre o falante e o ouvinte...” (RICHARDS et al., 1992, p. 284).

Cumpramos aqui reforçar a diferença entre *sentença* (unidade de estudo da semântica formal) e *enunciado* (unidade de estudo da pragmática). Assim, um *enunciado* pode consistir de apenas uma palavra ou pequena frase, como “Olá!”, “Bom-dia”, etc., ou mesmo coincidir com um *período*, em que se distinga(m) a(s) oração(ões) e os diferentes termos da(s) mesma(s); e ainda: tais *unidades de discurso* (*enunciados*) não apresentam formas preestabelecidas, nem regras de correção e aceitabilidade, como no caso dos *períodos* e *orações*. O trabalho dos lingüistas pragmáticos será, portanto, o de identificar “regularidades” em face da maior ou menor frequência com que elas ocorrem.

No campo especificamente lingüístico, a Pragmática vai dar origem a correntes de estudo diversas: Lingüística Aplicada, Análise do Discurso, Análise do Erro, etc.; e a novas

teorias de aquisição/aprendizagem/ensino de línguas, não só da língua nativa, mas principalmente da língua estrangeira/segunda língua.<sup>16</sup> Assumem papel de destaque nesses estudos - no mundo anglófono: M. A. K. Halliday, Ruqaiya Hasan, Gillian Brown, George Yule, Jack C. Richards, Rod Ellis, Nina Spada e Stephen Krashen, entre outros.

A Pragmática, em seu sentido mais amplo, tem sido definida de diversas formas, refletindo as linhas teóricas de autores distintos. Leech (1983) e Thomas (1983) dividiram a Pragmática em dois componentes: Pragmática lingüística e Sociopragmática. A primeira refere-se aos recursos usados na comunicação e os significados relacionais e interpessoais. Tais recursos incluem estratégias pragmáticas, tais como linguagem direta/indireta, clichês e uma gama de formas lingüísticas que poderão intensificar ou amenizar os atos comunicativos. A segunda, a Sociopragmática, refere-se à interface sociológica da Pragmática, que varia de acordo com aspectos sociais dos falantes, como, por exemplo, poder, direitos e obrigações, comportamento, dentre outros. Salientamos que o presente trabalho focará as questões referentes à Pragmática lingüística, abordando apenas as formas lingüísticas e suas respectivas funções.

Embora a Pragmática lingüística já tivesse sido delineada nos estudos do segundo Wittgenstein (*Investigações filosóficas*), desde a década de 1950, só recentemente passou a constituir um campo de investigação autônomo. Conforme Leech e Thomas (1990, p. 174):

[...] pragmatics was born out of the abstractions of philosophy rather than of the descriptive needs of linguistics (and this .... accounts in part for the difficulties which were later experienced by linguists when they tried to apply pragmatic models to the analysis of stretches of naturally-occurring discourse). Even when pragmatics started to become important for linguistics, it was again, at least in the English-speaking world, informed by the work of philosophers.<sup>17</sup>

---

<sup>16</sup> Segundo Klein, em *Second Language Acquisition* (1986), o termo “Língua estrangeira” é normalmente usado para denotar a língua aprendida no ambiente no qual não é usada para fins comunicativos. A teórica cita o latim como um exemplo clássico na atualidade. “Segunda língua”, por outro lado, é aquela usada como instrumento de comunicação e é tipicamente aprendida/adquirida em um ambiente social no qual a língua é efetivamente usada. Apesar de reconhecermos as divergências conceituais entre língua estrangeira e segunda língua existente na bibliografia atual, optamos por usar o termo “segunda língua” ou L2 neste trabalho. Para maiores detalhes, consultar Bauch e Kasper, 1979.

<sup>17</sup> Tradução nossa [...] a pragmática nasceu a partir das abstrações da filosofia e não das necessidades descritivas da lingüística (e isso se explica, em parte, pelas dificuldades que mais tarde foram encontradas por lingüistas quando tentaram aplicar modelos pragmáticos à análise de discursos naturais). Mesmo quando a pragmática começou a tornar-se importante para os lingüistas, foi, novamente, pelo menos no mundo da língua inglesa, orientada pelo trabalho de filósofos.

O interesse pelo estudo da Pragmática, segundo Levinson (1983, p.35-47), aumentou consideravelmente nas últimas décadas, por várias razões. Primeiramente, por motivos históricos, o interesse cresceu, em parte, como uma espécie de reação à visão de Chomsky de que a linguagem é um dispositivo abstrato (“*abstract device*”), ou habilidade mental dissociada do uso, usuários e funções.

Posteriormente, filósofos da linguagem perceberam que havia estruturas da Semântica, muito ligadas à estrutura da Pragmática por meio dos fenômenos do tipo entonação (referente à melodia) e acento (referente à intensidade/ênfase que se produz uma sílaba). Levinson também destaca que a Semântica apresenta dificuldades para tratar de expressões dependentes de contexto, como, por exemplo, os atos de fala, pressuposições, metáforas, ironias, etc.

Outra motivação que despertou o interesse pela Pragmática é o fato de que alguns lingüistas da atualidade perceberam que havia uma lacuna entre as teorias lingüísticas da linguagem e as explicações sobre a lingüística usada para a comunicação. Em outras palavras, fica cada vez mais claro que uma teoria Semântica sozinha, explica, apenas em parte, como a compreensão da linguagem ocorre. Por isso, tentaremos argumentar em prol de uma abordagem Pragmática, complementar à Semântica e à Sintática, para o ensino de L2.

Bar-Hillel (1954) apresentou uma contribuição teórica importante, em seu artigo “Expressões Indiciais”,<sup>18</sup> em que destaca o papel do contexto para a determinação da referência de uma sentença, conforme se mostra nos exemplos clássicos a seguir:

- (16) O óleo e a água não se misturam.
- (17) Está nevando.
- (18) Estou cansado.

Observa-se que (16) pode ser entendida e avaliada independentemente de qualquer contexto. Entretanto, (17) e (18) apresentam problemas quanto à determinação do estado de coisas a que se referem, ocasionados pela presença de elementos indiciais, que fazem com que a significação dependa do contexto. A adequação de (17) depende do lugar e do momento em que foi enunciada, enquanto que em (18) há necessidade de também determinar quem a proferiu e em que circunstâncias. Bar-Hillel chama a sentença (16) de asserção, porque, independentemente do contexto, formará sempre uma proposição verdadeira, enquanto que (17) e (18) dependem do contexto para que possam ser consideradas verdadeiras ou falsas.

---

<sup>18</sup> Traços da língua que se referem diretamente às características da situação na qual o enunciado ocorre. Sua significação, assim, depende da situação. Estes traços são comumente chamados de dêiticos.

Wittgenstein (1958), em *Investigações filosóficas*, esteve entre os primeiros a ressaltar a importância de elementos extralingüísticos na busca do significado lingüístico. Em seu conceito de *jogos de linguagem*, mostra que o contexto de uso de uma expressão determinará seu significado em cada uma de suas ocorrências.

Seguindo a mesma linha filosófica de Oxford, em sua teoria dos *Atos de Fala*, Austin (1962) propõe que toda utilização da língua constitui um ato, o *ato de fala*, e que o significado das expressões e sentenças é determinado segundo as condições de adequação de tais atos. Em sua teoria, Austin descreveu um ato de fala como sendo o ato social que o falante realiza ao enunciar algo. Desde então, surge uma nova perspectiva que reformulou nossa concepção acerca da linguagem. A Pragmática foi reconhecida como uma disciplina independente, abordando questões como “o estudo das razões pelas quais as sentenças são usadas, das condições do mundo real sob as quais uma sentença pode ser adequadamente usada como um enunciado” (STALNAKER, 1972, p.380).<sup>19</sup>

A análise pragmática dos atos de fala considera todos os enunciados contendo as funções binárias de “declarar” e “fazer coisas”, de ter um significado e uma força. De acordo com essa perspectiva, um enunciado possui (i) um senso de referência a eventos específicos, pessoas ou objetos, (ii) uma força que pode ir além do significado literal e, assim, adicionar efeitos comunicativos como, por exemplo, aqueles associados com um pedido de desculpas, uma ordem, ou uma solicitação e (iii) um efeito que é pretendido, mas que não é uma consequência necessária de um enunciado.

O enunciado “Você pode me dizer as horas?” é sintaticamente uma pergunta que apresenta uma força de solicitação, podendo ser facilmente entendida como “Que horas são?”. Da mesma forma, um falante pode usar uma estrutura imperativa para fazer um pedido, como em “Abra a porta!” ou uma estrutura interrogativa para expressar reprovação, como em “Você sabe quanto foi a conta do telefone este mês?”, para chamar a atenção de alguém pelo fato de estar falando ao telefone por muito tempo.

Austin (1962) denominou esses três tipos de atos de (i) *Ato Locucionário*, que é o ato de *dizer*/afirmar alguma coisa, com certo sentido e certa referência (ii) *Ato Ilocucionário*, que é *fazer* alguma coisa pela realização do ato locucionário, e o (iii) *Ato Perlocucionário*, que se refere ao *efeito* causado quando um ato ilocucionário é realizado.

Outro conceito importante da Teoria dos Atos de Fala é a Hipótese Performativa. Austin percebeu que enquanto alguns verbos apenas davam nome às ações, outros realizavam

---

<sup>19</sup> O autor está adotando a visão de que um “enunciado” pertence ao domínio da pragmática, já que não pode ser dissociado do falante e do ato de fala, enquanto que “sentença” pertence ao domínio da semântica.

as ações, ao mesmo tempo em que as denominavam. Por exemplo, verbos como “prometer”, “ordenar”, “declarar”, pedir desculpas, etc., indicam a força ilocucionária da sentença. Em outras palavras, ao enunciar “Eu prometo” ou “Eu declaro”, o falante está denominando e realizando a ação ao mesmo tempo.<sup>20</sup> Esses verbos performativos são freqüentemente utilizados na linguagem do cotidiano, como observamos nos enunciados (19) e (20):

(19) Eu prometo que não faço mais isso.

(20) Eu te peço desculpas pelo atraso.

O enunciador poderia perfeitamente ter dito “Não faço mais isso”, sem sequer usar a palavra “prometo”. Da mesma forma, em (20), o enunciador poderia simplesmente dizer “Desculpa”, sem utilizar um verbo performativo.

Já vimos que a existência de um código lingüístico envolvido na comunicação humana, quando queremos comunicar nossos pensamentos, é inegável. Entretanto, o pensamento comunicado não se reduz somente àquilo que os sinais representam. Há uma lacuna entre a representação semântica das sentenças e os pensamentos realmente comunicados por enunciados. Essa lacuna é preenchida pela inferenciação, e não somente pela codificação.

Entendemos por inferência a operação pela qual o receptor, utilizando o seu conhecimento de mundo, estabelece uma relação não explícita entre dois elementos, com o objetivo de compreender e interpretar, como ocorre em uma relação dialógica, por exemplo.

O processo de inferenciação é bem diferente do processo de decodificação: enquanto na decodificação toma-se um sinal como *input* e produz-se, como *output*, uma mensagem associada com o sinal por meio de um código subjacente, que deve ser mutuamente conhecido pelos interlocutores; na inferenciação, toma-se um conjunto de premissas como *input* e produz-se, como *output*, um conjunto de conclusões que são garantidas pelas próprias premissas.

O modelo de código apresenta problemas para a comunicação, pois ele depende de certo conhecimento mútuo entre os interlocutores. A teoria do conhecimento mútuo diz que o conhecimento do código faz com que o falante saiba que o ouvinte sabe que o falante sabe, *ad infinitum*, do que se está falando, e, por isso, a comunicação é bem-sucedida. Essa teoria não explica como informações novas são acrescentadas ao texto, o que um modelo inferencial

---

<sup>20</sup> Por essa razão, o título do livro de Austin é “Como fazer coisas com palavras” (*How to do things with words*).

possibilita. Portanto, para compreender aquilo que é comunicado pelo não-dito, devemos nos valer de modelos inferenciais que descrevem e explicam como se atinge essa compreensão.

Mais recentemente, Louise Cummings (2005, p.74) observa que a noção de inferência constitui o alicerce da Pragmática.<sup>21</sup> Por exemplo, se dissermos que todos os motoristas usam cinto de segurança e que João é um motorista, podemos facilmente concluir que João usa cinto de segurança. Essa conclusão forma a base do processo inferencial. Entretanto, em um nível menos óbvio, apenas um ouvinte com capacidade de inferir consegue entender que quando um falante diz “está frio aqui nesta sala”, na verdade ele (o falante) espera que o ouvinte entenda esse enunciado como um pedido indireto para fechar a janela ou ligar a calefação, por exemplo, e não apenas uma constatação.

Cummings (2005, p.80-84) divide as inferências em três categorias: dedutivas, elaborativas e conversacionais.

As inferências dedutivas estão intimamente relacionadas com a lógica e com a semântica das Condições-de-Verdade, enquanto que as elaborativas relacionam-se à psicologia e à inteligência artificial. Já as inferências conversacionais estão intimamente associadas à Pragmática, por estarem mais associadas a processos inferenciais abduativos e a questões de adequação, e não a aspectos formais e psicológicos, como fazem as inferências dedutivas e as elaborativas.

Não exploraremos as duas primeiras categorias de inferência por fugirem do escopo de nosso trabalho, que examina as inferências das conversações dialógicas do cotidiano, apesar de reconhecermos que todas elas contribuem para a compreensão do fenômeno pragmático, dentro de uma perspectiva multidisciplinar.

Por ser uma das mais respeitadas teorias do significado, escolhemos como referencial teórico para este trabalho a Teoria das Implicaturas de Grice, que foi um filósofo essencialmente preocupado com a comunicação e o significado da linguagem, tendo exercido grande influência sobre filósofos e lingüistas contemporâneos.

Na década de 60, uma discussão filosófica iniciada no final do século XIX, início do século XX, tentava determinar as definições mais corretas dos dispositivos conceituais empregados para analisar a linguagem humana. Em decorrência dessa discussão, e inspirado nos trabalhos de Frege, Paul Grice dividiu os filósofos em dois grupos distintos, aos quais chamou de formalistas e informalistas.

---

<sup>21</sup>“There is an important sense in which the notion of inference forms the cornerstone of Pragmatics” In: *Pragmatics: a multidisciplinary perspective*, p.74.

O primeiro grupo - o dos formalistas - estava preocupado com a imperfeição da linguagem natural em relação à formal. De acordo com os formalistas, a linguagem natural era imperfeita, do ponto de vista lógico, por não apresentar, dentro dos seus elementos de significação, símbolos que pudessem corresponder às linguagens formais. A solução proposta pelos formalistas foi de criar uma linguagem ideal, tendo por base o modelo das linguagens formais. Assim seria resolvido o problema gerado pela linguagem natural.

O segundo grupo - o dos informalistas - não aceitava a idéia de que a adequação de uma língua pudesse ser julgada por sua capacidade de servir à ciência. Conforme seus integrantes, a idéia de uma linguagem idealizada era inconcebível, pois, para eles, uma expressão podia ser perfeitamente compreendida a partir de uma análise de sua significação, mesmo que esta significação não possuísse uma representação formal exata. O grupo dos informalistas não desconsiderava a importância dos símbolos lógicos para um tratamento das linguagens naturais, contudo observava que existiam outros tipos de argumentos e inferências que não podiam ser tratados de maneira adequada pela lógica formal.

Para Paul Grice, essa discussão filosófica dos formalistas e informalistas, acerca da adequação ou não do uso de uma linguagem ideal, era, na realidade, uma simplificação de posições complexas. Tanto isso é claro para Grice que ele não se posiciona em relação à questão; pelo contrário, afirma que sua intenção é manter que a suposição básica de ambos os grupos, de que realmente existem divergências, é um erro. E que esse erro ocorre pela não-observação adequada da natureza e da importância das condições que governam a conversação. O questionamento a ser feito deveria ser: “Quais são as condições gerais que, de uma forma ou de outra, aplicam-se à conversação independentemente de seu tópico?”.

A posição de Grice é bastante interessante, pois ele admite diferenças entre a linguagem natural e a lógica. No entanto, não vê as diferenças como erros ou problemas da linguagem natural. Para que a conversação possa ser analisada de uma forma mais geral, é que Grice propõe a sua Teoria das Implicaturas, conforme apresentaremos na próxima seção.

Vimos nesta seção que a Pragmática é o estudo de como a linguagem é usada na comunicação e destacamos os conceitos de *língua em uso*, *enunciado* e *ato da fala*. Também apresentamos as diferenças entre decodificação e inferenciação no processo comunicacional.

A próxima seção apresentará uma outra forma de abordar o significado implícito dos enunciados, denominada Teoria das Implicaturas de Grice (TIG), que procura mostrar como o falante transmite o significado pretendido e de que forma o ouvinte é capaz de compreendê-lo, assim como as implicações desse fenômeno na compreensão de L2.

## 2.2 A PRAGMÁTICA DAS IMPLICATURAS DE GRICE

As teorias pragmáticas têm como principal objetivo explicar como os falantes de qualquer língua conseguem usar as sentenças dessa língua para transmitir mensagens que não têm, necessariamente, relação com o conteúdo semântico da sentença usada.

Esta seção abordará um dos modelos inferenciais pragmáticos mais representativos do século XX, proposto pelo filósofo da linguagem, Paul Grice, em 1957, em sua obra *Meaning*.

O filósofo da linguagem apresenta a sua Teoria das Implicaturas, na tentativa de explicar como o significado é alcançado, sobretudo os efeitos de sentido que vão além do que é dito explicitamente. Em outras palavras, Grice propôs-se a minimizar a idéia de uma linguagem natural logicamente imperfeita, construindo uma categoria de inferências pragmáticas, as Implicaturas, que poderiam dar conta de efeitos comunicativos problemáticos para uma semântica de base lógica.

Cabe aqui definir, de forma mais detalhada, o conceito de Implicaturas, segundo Grice: trata-se de proposições que estão implicadas pelo enunciado de uma frase em um determinado contexto, ainda que essa proposição não faça parte do que é efetivamente dito. Esse conceito é um recurso teórico, que visa a oferecer um tratamento complementar à Semântica. Sendo assim, Implicaturas são inferências tipicamente pragmáticas, fundamentadas no conteúdo daquilo que é dito, em suposições e cálculos, conforme detalharemos neste estudo.

Grice modula o conceito de Implicatura da seguinte forma: um sujeito X, ao dizer p, implica q se e somente se:

O sujeito X está observando as Máximas da conversação ou, pelo menos, o Princípio Cooperativo;

Ainda que o sujeito diga p, o ouvinte Y acredita que este pense que q;

O sujeito X acredita que tanto ele como o ouvinte Y podem concluir que, para preservar o Princípio Cooperativo, faz-se necessário chegar à conclusão q.

Para que a Implicatura ocorra, Grice destaca que o ouvinte Y deve ter o conhecimento, ou ao menos acreditar, que X possui conhecimentos necessários para que ele, Y possa fazer o cálculo. Esse conhecimento pode ser sistematizado como segue:

O conteúdo convencional do que é dito (p);

- O Princípio Cooperativo e suas Máximas e Submáximas;
- O contexto do que é dito (q);
- Um certo conhecimento prévio;
- O conhecimento compartilhado de X e Y dos itens anteriores.

Assim, na preocupação de encontrar uma forma de descrever e explicar os efeitos de sentido que ultrapassam aquilo que foi efetivamente dito, Grice (1975) apresenta a sua Teoria das Implicaturas por meio de um exemplo destacado em seu artigo “Logic and Conversation”: duas pessoas (A) e (B) estão conversando sobre uma terceira pessoa (C). (A) pergunta a (B) sobre a atuação de (C) em seu emprego. A resposta de (B) é a seguinte: “Muito bem, eu acho, ele gosta de seus colegas e ainda não foi preso”. O que Grice observa aqui é que há, no mínimo, duas formas de significação distintas. O que (B) diz sobre (C) poderá implicar ou sugerir que (C) poderia ter sido preso, pois sabia que (C) possuía maus antecedentes. A segunda significação poderá ser a seguinte: como (B) não tinha muito que dizer sobre a situação profissional de (C), ele (B) disse qualquer coisa que veio a sua cabeça, mas sabia que pelo menos a informação era verdadeira. É com base nesse contexto que Grice introduz os termos implicitar (*implicate*), implicatura (*implicature*) e implicado (*implicatum*).

A partir desses termos, Grice organiza toda a sua explicação sobre o dito - a proposição em seu valor semântico, por ele chamado de convencional ou literal, e o implicado - o significado que foge da determinação por Condições-de-Verdade, sendo derivado a partir do contexto da conversação e apreendido pelos receptores por meio de um raciocínio lógico (humano) e objetivo. Ele também apresenta uma maneira de abordar os significados implícitos, encontrados nos diálogos de pessoas engajadas em uma conversação, oferecendo, com isso, uma alternativa ao modelo de código,<sup>22</sup> ao descrever a comunicação através do cálculo das intenções do falante, processo esse realizado pelo ouvinte, através da inferência.

Nessa primeira tentativa de dizer o que é o significado, Grice deixa claro que, para ele, deve ser possível explicar o significado de uma expressão em termos daquilo que os usuários da língua querem dizer, ou significam-nn,<sup>23</sup> com a expressão em uma determinada ocasião. Quanto ao que o falante diz, Grice (1975) explica, está intimamente relacionado ao significado convencional das palavras ou sentenças enunciadas, o que leva a crer que o que é

---

<sup>22</sup> Enquanto o modelo de código trabalha com a transferência de conhecimento, sem explicar como se apreende informação nova, um modelo inferencial trabalha com o raciocínio (inferência).

<sup>23</sup> Meaning nn – significado não-natural.

dito é a parte do significado verificável por meio das Condições-de-Verdade da expressão. O significado convencional das sentenças, segundo ele, não é determinado apenas pelo o que é dito, mas também pelo convencionalmente implicado.

Uma das propriedades mais significativas do conceito de Implicatura é o fato de permitir a explicação de um fenômeno da linguagem natural que preocupa lingüistas e filósofos pela sua complexidade e importância: Um enunciado (E) expressa uma proposição (p) e que transmite, além disso, (Q). Em outras palavras, um enunciado é capaz de produzir mais significado do que aquilo que efetivamente disse. Exemplificando:

- (21) (a) “Que dia é hoje?”  
 (b) “Já paguei o nosso aluguel”.

Ao responder “Já paguei o nosso aluguel”, (b) está implicando que:

- (i) sabe que (a) não deseja apenas saber qual é a data que consta no calendário;  
 (ii) (a) não precisa se preocupar porque ele não esqueceu de efetuar o pagamento do aluguel do apartamento onde moram.

Uma Teoria Semântica, sozinha, não teria condições de explicar a resposta de (b), por isso nossa proposta é de explicarmos o fenômeno das Implicaturas por meio da interface Semântica/Pragmática.

A parte do significado não-convencional divide-se em *conversacionalmente* implicada e *não-conversacionalmente* implicada. Trataremos, aqui, apenas do significado implicado conversacionalmente, ao que Grice denominou *Implicaturas Conversacionais*, as quais se explicam segundo a sua teoria da comunicação.

Em vez de tomar as sutilezas da linguagem como imperfeições, e, por essa razão, motivos para não estudá-la, como faziam os lógicos até a metade do século XX, os estudiosos que romperam com o logicismo resolveram enfrentar justamente esse aspecto; passaram a tentar captar as inferências não-triviais carregadas pelos enunciados reais, como se pode observar através do exemplo que segue, quando duas pessoas estão à mesa comendo uma lasanha. A pessoa que cozinhou quer saber se a convidada gostou da comida e, em vez de perguntar “Você gostou da comida?”, prefere usar a forma implícita:

- (22) “Você não vai dizer nada?”

A visita responde:

(23) “Não posso falar de boca cheia, mas me dá mais um pouquinho?”

Como se pode entender que a resposta de (23) é “Gostei muito da comida?” Qual é o limite do “dito”, do “quase-dito” e do “implicado?”

Então, para explicarmos a compreensão de fenômenos lingüísticos dessa natureza, adotaremos a definição de Pragmática como o estudo das relações entre linguagem e contexto, básico para um tratamento da compreensão da linguagem, onde a compreensão inclui inferências que ligam o que foi dito com o que é mutuamente suposto ou foi dito antes. Apesar de uma definição desse gênero reconhecer que a inferência desempenha papel fundamental na Pragmática, ela apresenta um desafio que se pretende abordar no presente trabalho, qual seja: demonstrar que o processo inferencial do diálogo em linguagem natural não é aleatório. Ele segue, sim, uma lógica, que obviamente não é a lógica formal. Porque, se não fosse assim, como explicar que as pessoas se comunicam com bastante êxito, apesar da aparente falta de lógica?

Conforme apresentamos, a Teoria dos Atos de Fala tentou ir além do significado literal das palavras e das estruturas, classificando os enunciados de acordo com suas funções implícitas. Mais adiante, veremos de que forma essa tentativa se sobrepõe ao conceito de Implicatura Conversacional, introduzida por Grice, em 1967. O autor percebeu que as diferenças entre os operadores lógicos  $\wedge$ ,  $\vee$ ,  $\sim$ ,  $\rightarrow$  e seus pares da linguagem natural, isto é, *e*, *ou*, *não*, *se ... então* não eram diferentes em significado, mas, sim, diferentes na maneira como eram usados. Observemos os exemplos (24) e (25):

(24) João tropeçou *e* caiu.

(25) João é atleta *e* joga futebol.

Em (22), o conetivo ‘e’ significa “e então”, dando uma idéia de seqüência de fatos, ou causa e efeito. Ficaria muito estranho dizer “João caiu e tropeçou”, ao passo que em (23), o ‘e’ tem o mesmo significado do conetivo lógico. Isso quer dizer que podemos perfeitamente inverter a ordem dos predicados e dizer “João joga futebol e é atleta”.

Diferentemente dos lógicos, Grice afirma que as diferenças são decorrentes do fato de que os tipos de discurso da linguagem natural são governados por princípios irrelevantes ao

uso dos operadores correspondentes, em termos de serem verdadeiros ou falsos, como ocorre na lógica formal. Já que os operadores lógicos não davam conta da linguagem natural, Grice propõe a seguinte questão: como conseguimos entender mais do que é explicitamente dito?

Foi na tentativa de responder a essa pergunta que Grice apresentou o Princípio Cooperativo, conforme apresentaremos na próxima seção.

### 2.2.1 O princípio Cooperativo e as Máximas da Conversação

Segundo Grice, ao nos comunicarmos, somos orientados, sem consciência disso, por princípios e regras da conversação. Tais regras levam-nos a dialogar da forma mais cooperativa possível. Isto é, a comunicação é regida por um princípio geral, conforme já mencionado, que Grice chama de “Princípio Cooperativo” (PC), postulando o seguinte: “Make your conversational contribution such as required, at the stage at which it occurs, by the accepted purpose or direction of the talk exchange in which you are engaged”.<sup>24</sup> (1975, p. 45)

Em outras palavras, assume-se que as pessoas normalmente irão fornecer a quantidade de informação adequada à interação, que serão verazes, relevantes e tão claras quanto conseguirem. Esse princípio compõe-se de Máximas e Submáximas, classificadas em quatro categorias, a saber:

1- Máxima da Qualidade: relacionada inicialmente à Supermáxima “Procure afirmar coisas verdadeiras” e, indiretamente, a duas Máximas mais específicas:

- (i) Não afirme o que você acredita ser falso;
- (ii) Não afirme algo para o qual você não possa oferecer evidência adequada.

2- Máxima de Quantidade: relacionada à quantidade de informação que deve ser fornecida em uma mensagem. A ela correspondem duas máximas:

- (i) Faça com que sua mensagem seja tão informativa quanto necessária, conforme os propósitos da conversação;
- (ii) Não dê mais informações do que o necessário.

---

<sup>24</sup> Tradução nossa: “Faça a sua contribuição conversacional conforme o exigido, no estágio em que ela ocorrer, de acordo com o objetivo da conversa na qual você está participando”.

3- Máxima da Relação: ligada à Máxima “Seja relevante”.

4- Máxima de Modo: ligada à Supermáxima “Seja claro”.

- (i) Evite obscuridade de expressão;
- (ii) Evite ambigüidade;
- (iii) Seja breve (evite prolixidade desnecessária);
- (iv) Seja ordenado.

Cabe aqui salientar que as Máximas, diferentemente do que muitos argumentam, não têm a intenção de serem prescritivas, pelo contrário, elas são descrições daquilo que é observado na linguagem natural, conforme Leech (1983, p. 9): “The maxims form a necessary part of the description of linguistic meaning in that they explain how it is that speakers often ‘mean more than they say’”.<sup>25</sup>

Assim, dizer que as pessoas normalmente respeitam o Princípio Cooperativo não é uma utopia ou uma visão moralista do assunto. É, sim, reconhecer que certos princípios éticos introduzem valores comunicativos ao estudo da linguagem, tais como verdade, honestidade, confiabilidade, veracidade. Por tradição, os lingüistas evitavam abordar tais valores, excluindo-os dos estudos lingüísticos por sua falta de objetividade.

Para Grice, as pessoas jamais dialogam sem observar um princípio cooperativo. Embora possa ser considerado questionável pelos mais céticos, Grice observa que o Princípio Cooperativo deve ser entendido em um nível mais profundo, conforme ele próprio no diálogo:

(A) Onde está Bill?

(B) Há um carro amarelo na frente da casa de Sue.

A resposta de (B), se tomada literalmente, viola as Máximas da Quantidade e da Relevância, pois parece que (B) não está cooperando com (A), por oferecer pouca informação e mudar de tópico. Podemos, entretanto, encontrar cooperação em um nível menos superficial se assumirmos que (B) é, de fato, cooperativo e então nos perguntarmos que conexão possível poderia haver entre o lugar onde Bill está e o lugar onde está o carro amarelo, e, assim, chegarmos à conclusão: se Bill tem um carro amarelo, é bem possível que ele esteja na casa de Sue. Em casos desse tipo, as inferências surgem para preservar a suposição de cooperação.

---

<sup>25</sup> Tradução nossa: As Máximas constituem uma parte necessária da descrição do significado lingüístico, no sentido de que elas explicam como o significado do falante freqüentemente vai além daquilo que ele efetivamente diz.

Grice denominou esse tipo de inferência *Implicatura*<sup>26</sup> e salienta que nem sempre aderimos às Máximas em um nível superficial, mas, sempre que possível as pessoas interpretam as outras de acordo com as Máximas em pelo menos algum nível.

Segundo o teórico, existem dois tipos de Implicaturas: as Conversacionais e as Convencionais.

As Implicaturas Conversacionais são aquelas externas ao sentido literal do enunciado, sendo determinadas por certos princípios básicos do ato comunicativo. O autor dividiu-as em dois tipos: as Generalizadas (não dependem de um contexto específico) e as Particularizadas (altamente dependentes de contexto).

As Implicaturas Convencionais, por sua vez, são: (i) presas à força convencional do significado das palavras; (ii) reconhecidas pelo interlocutor mediante seu conhecimento lingüístico, não dependendo de um trabalho de cálculo dedutivo e (iii) diferentes das Conversacionais pelo fato de não assumirem que o falante esteja observando o Princípio Cooperativo.

Ressaltamos que o próprio Grice reconhece que a fronteira entre as Implicaturas Conversacionais Generalizadas e as Implicaturas Convencionais é bastante tênue. Diz ele: “It’s all too easy to treat a generalized conversational implicature as if it were a conventional implicature” (GRICE, 1975, p. 56).

Para explicar as Implicaturas, Grice apresentou as propriedades que as mesmas devem ter, conforme demonstramos a seguir.

### 2.2.2 Propriedades das Implicaturas Conversacionais

As propriedades das Implicaturas Conversacionais são: (i) calculabilidade; (ii) cancelabilidade; (iii) não-destacabilidade; (iv) indeterminabilidade; (v) não-convencionabilidade (externas ao sentido da sentença).

Além dessas, uma contribuição relevante é a de Levinson (1983), quando destaca outra propriedade importante das Implicaturas Conversacionais: o seu caráter universal. Isto é, espera-se que em qualquer língua em que se afirme (24) ou (25), as implicaturas-padrão serão (26) e (27), respectivamente:

---

<sup>26</sup> O termo *Implicatura* deve ser contrastado com *implicação lógica*, *acarretamento* e *conseqüência lógica* que são geralmente usados para designar inferências derivadas apenas do conteúdo lógico ou semântico.

(24) Aquele homem tem dois filhos.

(25) O tecido é branco.

(26) Aquele homem tem *apenas* dois filhos.

(27) O tecido é *todo* branco.

A seguir, mostraremos a que cada propriedade se refere:

(i) Calculabilidade: por meio da calculabilidade pode-se construir um argumento, demonstrando como do sentido literal, de um lado, e do Princípio Cooperativo (PC) e Máximas, do outro, um ouvinte poderá chegar à inferência X, preservando o PC, isto é, o procedimento proposto poderá ser formalizado de modo a possibilitar “n” demonstrações. Em outras palavras, esta propriedade permite a construção de uma forma de cálculo, onde, por um processo inferencial, se torna possível a dedução da Implicatura.

Grice afirma que se uma Implicatura não for reconhecida pelo trabalho de cálculo lógico, ela não pode ser conversacional. Consideremos o exemplo abaixo:

(28) “Que estranho. Já são 8 horas e o seu João não trouxe o jornal”.

Com este enunciado, o falante está implicando que o seu João sempre traz o jornal antes das 8 horas. Como são 8 horas e ele ainda não trouxe o jornal, alguma coisa diferente deve ter acontecido. Este raciocínio pode ser demonstrado por meio de um cálculo:

- 1) O falante diz que  $p$ .
- 2) Se o falante diz que  $p$  e está respeitando o Princípio Cooperativo, então implica  $q$ .
- 3) Se o falante não pretende implicar  $q$ , então pode cancelar  $q$ .
- 4) O falante não cancelou  $q$ .
- 5) O falante pretende implicar  $q$ .

Através desse cálculo, o enunciado ficaria assim:

- 1) O falante diz “Que estranho. Já são 8 horas e o seu João não trouxe o jornal”.(p)
- 2) Se o falante diz “Que estranho. Já são 8 horas e o seu João não trouxe o jornal”. (p) e está respeitando o Princípio Cooperativo, então implica que: “Seu João sempre traz o jornal antes das 8 horas e como já são 8 horas e o jornal não chegou, algo de errado deve ter acontecido”. (q)

3) Se o falante não pretende implicar que “Seu João sempre traz o jornal antes das 8 horas e como já são 8 horas e o jornal não chegou, algo de errado deve ter acontecido”. (q), então ele pode cancelar “Seu João sempre traz o jornal antes das 8 horas e o jornal não chegou, algo de errado deve ter acontecido”. (q)

4) O falante não cancelou “Seu João sempre traz o jornal antes das 8 horas e o jornal não chegou, algo de errado deve ter acontecido”. (q)

5) O falante pretende implicar “Seu João sempre traz o jornal antes das 8 horas e o jornal não chegou, algo de errado deve ter acontecido”. (q)

Trata-se de um trabalho de cálculo lógico que Grice considera uma propriedade básica para que se considere uma Implicatura Conversacional Particularizada.

(ii) Cancelabilidade

Uma Implicatura Conversacional pode ser cancelada, em um contexto particular, pelo acréscimo de uma oração que afirma ou implica que o falante abandonou o que havia implicado anteriormente. Consideremos o seguinte exemplo:

(29) “O Ronaldinho ganha um milhão de dólares por mês, *se não mais*” !

O acréscimo de “se não mais” cancela a implicatura “Ronaldinho ganha *apenas* um milhão de dólares”, sem produzir nenhuma contradição no contexto conversacional.

(iii) Não-Destacabilidade

Esta propriedade diz respeito ao fato de as Implicaturas Conversacionais estarem estreitamente ligadas ao conteúdo semântico do que é dito, e não exclusivamente à forma como se apresentam. Em outras palavras, a Implicatura permanecerá mesmo que se diga a mesma coisa por meio de sinônimos ou paráfrases, por exemplo:

Diálogo 1:

(30) (a1) “O que significa ‘destacabilidade’?”

(b1) “Verifica no Aurélio”.

Diálogo 2:

(31) (a2) “Não compreendo o que ‘destacabilidade’ quer dizer”.

(b2) “Consulta o dicionário”.

Os diálogos 1 e 2 acima são sinônimos em termos de resultado geral, pois em ambos a Implicatura provável é a de que (b) não tem condições de dizer qual é o significado de “destacabilidade” e, por isso, diz para (a) que deveria consultar o dicionário, pois a resposta está lá.

(iv) Indeterminabilidade: quer dizer que as Implicaturas alteram-se dependendo do contexto. O cálculo da Implicatura poderá referir-se a um leque aberto de implícitos, que podem ser indeterminados. Um dos melhores casos para ilustrar a indeterminabilidade é o uso de metáforas e de expressões idiomáticas, como podemos observar no seguinte exemplo:

- (32) (a) “O que você acha da nova namorada do teu irmão?”  
 (b) “É uma bonequinha!”

A resposta de (b) pode ser um elogio ou uma crítica, pois tanto se pode entender que (b) a considere tão bonita e engraçadinha, parecendo-se com uma boneca, ou que, pelo fato de ser tão artificial e estática, tenha mais características de objeto (boneca) do que de um ser humano.

Como o cálculo da Implicatura pode, às vezes, referir-se a uma lista aberta de implícitos, esses podem ser indeterminados como, aliás, é comum nos casos de subentendidos.

(v) Não-Convencionabilidade: esta propriedade refere-se à diferença que Grice estabelece entre Implicaturas Convencionais e Conversacionais, ou seja, não fazem parte do significado convencional das palavras do enunciado. Encontra-se nas expressões idiomáticas uma grande riqueza de exemplos de não-convencionalidade, como a seguir:

- (33) (a) “Como foi a entrevista?”  
 (b) “Colocaram-me numa saia justa!”

A resposta de (b) produz uma Implicatura Conversacional à medida que (a) deduz, tendo em vista a sua pergunta e o aparente abandono da Máxima da Relevância na resposta de (b); o entrevistado (b) deseja implicar que as perguntas feitas durante a entrevista foram tão difíceis e constrangedoras, que o lembraram da situação de uma mulher que, usando uma saia justa, precisar entrar ou sair de um automóvel, por exemplo.

Além das propriedades que as Implicaturas Conversacionais apresentam, Grice as subdivide em dois tipos: Implicaturas Generalizadas e Implicaturas Particularizadas.

Grice apresenta uma forma de se deduzir uma Implicatura Conversacional (1975, p. 50):

He said that p; there is no reason to suppose that he is not observing the maxims, or at least the CP; he could not be doing this unless he thought that q; he knows (and knows that I know that he knows) that I can see the supposition that he thinks that q is required; he has done nothing to stop me thinking that q; he intends me to think, or at least is willing to allow me to think that q; and so he has implicated that q.<sup>27</sup>

As Implicaturas Conversacionais Generalizadas são aquelas que não dependem de especificações de um contexto particular. Elas se caracterizam por não quebrarem as Máximas e pressupõem a presença de um código, conforme o enunciado (34):

(34) “Patrícia foi a *um* casamento ontem”.

Aqui, não há quebra de Máxima, pois independente do contexto, o enunciado acima implica que o casamento não foi de seu filho, nem tampouco de sua filha, pois se assim fosse, a forma escolhida seria “Ontem foi o casamento da filha/do filho *da* Patrícia”.

As Implicaturas Conversacionais Particularizadas são aquelas que, para serem calculadas, exigem informações de um contexto específico. O exemplo,

(35) “Maria está bem, *agora*”, pressupõe um contexto particular, como, por exemplo:

- Maria andava infeliz.
- Maria estava doente.
- Maria tinha brigado com o namorado.
- Maria estava desempregada

---

<sup>27</sup> Ele disse que p; não há razão para se supor que ele não esteja observando as máximas ou pelo menos o Princípio Cooperativo; ele não poderia estar fazendo isto, a menos que ele pensasse que q; ele sabe (e sabe que eu sei que ele sabe) que posso perceber a suposição de que ele pensa que q é exigida; ele não fez nada para impedir que eu pense que q, ele pretende que eu pense ou pelo menos quer me deixar pensar que q; portanto ele implicou que q.

### 2.2.3 Produção das Implicaturas

Grice apresenta três tipos de situações em que as Implicaturas poderão ocorrer, considerando a relação entre os interlocutores e o Princípio Cooperativo:

- I: quando nenhuma Máxima é (aparentemente) violada;
- II: quando uma Máxima é violada para preservar outra;
- III: quando uma Máxima é violada propositadamente para produzir uma Implicatura Conversacional.

A seguir exemplificamos cada uma das situações descritas:

I - Nenhuma Máxima é aparentemente violada.

(36) (a) “Estou sem dinheiro”.

(b) “Tem um caixa automático na esquina”.

Aparentemente, há uma quebra da Máxima da Relação. Entretanto, (b) diz que há um caixa automático na esquina porque espera que (a) seja capaz de inferir que ele deve ir até o local mencionado, a fim de resolver o seu problema, sacando dinheiro. Por isso, diz-se que (b) está observando o Princípio Cooperativo.

II: Uma Máxima é violada para preservar outra, porque é considerada mais importante:

(37) (a) “Você consegue sustentar sete filhos, com sua profissão de mecânico?”

(b) “A gente se esforça, não é?”

A resposta de (b) quebra a Máxima de Modo, por falta de clareza, já que a resposta esperada seria “sim” ou “não”. Entretanto, parece que (b) responde assim para implicar que, honestamente, não pode dar uma resposta exata para (a), preservando, então, a Máxima da Qualidade. Essa é uma interpretação possível, uma vez que, se (b) está sendo cooperativo, ele autoriza (a) a buscar uma inferência desse tipo.

III: Uma Máxima é violada propositadamente para produzir uma Implicatura Conversacional.

Dentro desta classificação estão as figuras de linguagem, como a metáfora, a ironia, a hipérbole e a tautologia, dentre outras.

Exemplo de quebra da Máxima de Modo, por falta de clareza:

- (38) (a) “Como é o xadrez?”  
 (b) “Não é um jogo de damas”.

Ao responder “Não é um jogo de damas”, (b) explora propositadamente a polissemia da palavra “damas”, que produz, no mínimo, duas Implicaturas, pois podemos inferir, em um determinado contexto cultural, que o xadrez não é um jogo adequado para senhoras, ou que o xadrez é bem diferente (talvez mais fácil) do jogo de damas.

Exemplo de quebra de Máxima de Qualidade, por afirmar algo para o qual não se possa oferecer evidência adequada:

- (39) (a) “Quantos anos tem o teu chefe?”  
 (b) “Deve ter quase 70. Dizem que falta pouco para ele se aposentar”.

Nesse exemplo, (a) percebe que (b) não tem condições de dizer a idade precisa de seu chefe, mas infere que ele (b) quer implicar que ele, o chefe, já não é tão jovem quanto parece.

Exemplo de quebra de Máxima da Quantidade, por falta de concisão:

- (40) (a) “Na tua opinião, qual é a palavra mais bonita da língua portuguesa?”  
 (b) “Arquipélago, saudade, fê, beleza, júbilo, querência, poesia, lomba, gole, peteca, uva, xarope, elo, árvore, chuva, sol, pedra, mar, ...”

Aqui, (b) propositadamente lista uma série de palavras, algumas, inclusive inesperadas para a pergunta, pois deseja implicar, provavelmente, que qualquer palavra da língua portuguesa pode ser considerada bonita, ou ainda, que dada à falta de relevância e clareza da pergunta, qualquer resposta poderia servir.

Exemplo de quebra da Máxima da Relação, por mudança de tópico:

- (41) (a) “Vamos à discoteca amanhã?”

(b) “Sou casada”.

Ao dizer “Sou casada”, (b) está negando o convite. Apesar de estar violando a Máxima da Relação, mudando de tópico, está cooperando, pois acredita que (a) seja capaz de entender que pelo fato de ser casada não poderia acompanhá-la.

Conforme já observamos, a noção de Implicatura Conversacional sobrepõe-se às noções discutidas por outros lingüistas, como na Teoria dos Atos de Fala, por exemplo. De acordo com essa Teoria, os falantes podem usar uma estrutura declarativa para fazer um pedido (“Apreciaria se você falasse mais baixo”. = “Você poderia falar mais baixo?”) ou uma interrogativa para expressar reprovação (“Você sabe quanto foi a conta do telefone este mês?”). Searle (1975) denominou esse fenômeno lingüístico de Ato de Fala Indireto. De acordo com Levinson, “um ato de fala indireto é um enunciado cujo significado literal e/ou a força literal é conversacionalmente inadequado ao contexto e precisa ser consertado (*repaired*) por algum tipo de inferência” (1983, p.270). Portanto, se é o significado ilocucionário que informa o ouvinte sobre as verdadeiras intenções do falante, então é a violação de uma Máxima que resulta num enunciado com significado ilocucionário indireto.

As noções discutidas nesta seção, principalmente aquelas relativas às Implicaturas produzidas pelo desrespeito deliberativo (*flouting*) às Máximas do Princípio Cooperativo, despertam interesse de lingüistas e professores de línguas, sobretudo quando se trata de comunicação em L2, porque são formas reais de comunicação, com fenômenos lingüísticos evidentes que causam falha comunicacional se não forem entendidos através desse *flouting*.

A próxima seção apresentará algumas características pragmáticas dos diálogos, já que escolhemos a forma dialógica para ilustrar a linguagem em uso.

### 2.3 A PRAGMÁTICA DOS DIÁLOGOS

A teoria do diálogo, embora seja um assunto antigo, que surgiu na época da Escola de Erlangen, apenas na década de 1970 reaparece na área da filosofia analítica, com os trabalhos de Hamblin, Barth e Krabbe, Rescher, Hintikka e Grice. Desde os anos de 1990, alguns cientistas, em especial aqueles da área da computação, também têm se mostrado bastante interessados nas fundamentações da teoria do diálogo, reconhecendo a sua importância em áreas e sistemas multiagentes e tecnológicos.

Percebe-se, também, cada vez mais, que pesquisadores e filósofos da linguagem estão empenhados em analisar e avaliar os argumentos usados na comunicação do dia-a-dia de forma sistemática. Em vez de ignorar os problemas que a argumentação apresenta, porque é ora falaciosa ora lógica, pesquisadores passam a tratá-la como se fosse um “*move*”<sup>28</sup> que as pessoas fazem ao dialogar, no qual os participantes tentam raciocinar juntos, configurando, assim, uma abordagem mais prática e realista para a análise e a avaliação da argumentação usada na linguagem natural, ampliando toda a noção de racionalidade.

Observamos que, por ser dinâmico, há muita flexibilidade lingüística na estrutura do diálogo. E, por ser flexível, admite diversas formas de dizer a mesma coisa, às vezes de forma lógica e explícita, mas freqüentemente de maneira mais implícita e não tão lógica. Por isso, elegemos a forma dialógica para ilustrar a Teoria das Implicaturas, sinalizando a necessidade de incluir as inferências pragmáticas nos materiais de ensino de L2.

Em *Using Language*, Herbert Clark (1996) afirma que o lugar fundamental para o uso da linguagem é a conversa ou o diálogo espontâneo entre duas ou mais pessoas.

Apesar de sua estrutura ser constituída de partes hierarquicamente combinadas, a conversa não é planejada, embora tenha um propósito. Mesmo assim, a idéia de alternância é governada por regras que resultam em uma seqüência ordenada do uso da fala – as regras de alocação da palavra. Para Clark, essas são limitadas, pois acredita não poderem ser aplicadas a todas as situações. É necessário, pois, muita coordenação entre as pessoas, sendo ela bem maior em projetos conjuntos. Conclui-se que conversas ordenadas são um prova da grande habilidade que os indivíduos têm de coordenar umas ações com as outras.

Ao citar Fillmore (1981, p. 152, Apud: Clark), para quem “a linguagem da interação face a face é o uso básico e primário da linguagem, sendo todos os outros mais bem-descritos em termos de seu modo de desvio desta base”, Clark vai além, lançando dois tipos de princípios de uso da linguagem: aqueles da interação face a face, e aqueles que determinam como os usos secundários derivam dela. Destaca, então, a interação face a face pelo fato de ser: (a) universal às sociedades humanas (elimina contextos escritos e que dependem de tecnologia, por não serem universais); (b) mais tolerante e não exigir habilidades especiais (a leitura e a escrita requerem mais tempo de aprendizado); (c) cenário básico para as crianças adquirirem sua primeira língua “a interação face a face é o berço do uso da linguagem”. (p.9)

---

<sup>28</sup> “Move”, literalmente “movimento”, mas talvez mais bem-traduzido como “jogada”, “lance”.

No sentido formal, um diálogo é uma troca com certo tipo de estrutura. Enquanto que em um diálogo real (em linguagem natural) as regras não ficam bem claras, no diálogo formal alguns tipos de regras são apresentados com bastante rigor e precisão. O valor do diálogo formal é que ele pode ser aplicado a um diálogo em linguagem natural (real) e usado como uma ferramenta para auxiliar na análise de cada caso. Dito de outra forma, estruturas da dialética formal poderão colaborar para formalizar a argumentação dos diálogos em linguagem natural, segundo Douglas Walton (1998).

Em *The New Dialectic* (1998), Douglas Walton apresenta sua Teoria do Diálogo, que, assim como Costa (1984), reconhece o valor da TIG, ao afirmar que a Teoria do Diálogo foi introduzida na Filosofia moderna por Grice, em *Logic and Conversation* (1967), por meio das Máximas Conversacionais e do Princípio Cooperativo.

Por outro lado, o autor também aponta para as suas limitações, argumentando que a estrutura da conversação de Grice colocou um problema que o próprio Grice não resolveu: o fato de que poderá haver diferentes tipos de trocas conversacionais. Grice parece ter se preocupado apenas com o diálogo informativo e não com o diálogo seqüencial.

A crítica de Walton à TIG é a de que Grice não se preocupou em classificar a conversa (ou o diálogo) de acordo com os objetivos de cada um, conforme Walton o fez. Em outras palavras, Walton critica Grice, dizendo que a estrutura conversacional que ele apresentou colocou todo ato comunicativo no mesmo *rag-bag*<sup>29</sup> (*sic*). Para contornar o problema, a nova dialética de Walton classifica os diálogos em seis tipos, de acordo com os objetivos conversacionais dos participantes e do diálogo em si: *persuasion dialogue, the inquiry, negotiation dialogue, information-seeking dialogue, deliberation e eristic dialogue*.<sup>30</sup>

Por exemplo, se o objetivo de um participante for persuadir, o objetivo do diálogo será resolver ou esclarecer a questão; se o objetivo de um participante for encontrar e verificar evidências para um delito, o objetivo do diálogo será o de fornecer provas, se o objetivo dos participantes for dar ou obter informação, o objetivo do diálogo será a troca de informação, e assim por diante.

De acordo com a teoria de Walton e Krabbe (1995), poderá haver *dialectical shifts*, isto é, trocas de contexto, de um tipo de diálogo para outro durante a mesma seqüência de argumentação, isto é, um diálogo do tipo “negociação”, poder mudar de rumo e se tornar um diálogo do tipo “informativo”. Suponha-se que um arquiteto e sua cliente estejam em conflito

<sup>29</sup> *Rag-Bag*: literalmente “saco de trapos”, ou seja, saco de lixo.

<sup>30</sup> Diálogo de persuasão, de indagação, de negociação, de busca de informação, de deliberação, e de discussão/briga. Para uma compreensão mais detalhada dos diferentes tipos de diálogo, consultar Walton (1989, p.10) e Walton (1989<sup>a</sup>, p.355).

quanto à cor que será escolhida para pintar a sacada. Após alguns minutos de negociação, o arquiteto lembra que há uma norma condominial que impede que as pessoas pintem suas sacadas de qualquer cor e informa o seu cliente sobre o fato. Essa argumentação passará do nível “negociação” para “informação”.

Apesar de a teoria de Walton oferecer uma classificação bastante detalhada dos diversos tipos de diálogos existentes, incluindo também os tipos de “jogadas” que cada participante faz, ela não se preocupa em explicar como a compreensão do significado implícito é alcançada, quando os participantes mudam o curso do diálogo. Em outras palavras, se o diálogo for do tipo argumentativo, inicia seguindo uma determinada forma lógica, característica apenas do tipo argumentativo, e, de repente, muda para o tipo informativo, a forma lógica não se aplica necessariamente. O próprio Walton reconhece ser esse o problema central de sua teoria:

The problem of how to formally represent such functional embeddings of dialogues has not yet been solved. It is by no means a purely philosophical problem, and also represents a real problem for the development of computer dialogue systems, for example, in multi-agent dialogue systems.<sup>31</sup>

Vimos neste capítulo que a Teoria das Implicaturas de Grice (TIG) foi proposta como uma teoria da comunicação, pela qual o teórico procura explicar a racionalidade das trocas conversacionais, pois ele acredita que existam leis implícitas que dirigem o ato comunicativo. Para explicar essa racionalidade, Grice supôs a existência de um princípio, o Princípio Cooperativo (PC), localizado na base da comunicação humana e respeitado pelos interlocutores, composto de quatro máximas principais: a de qualidade, a de quantidade, a de relação e a de modo. Estas quatro Máximas dividem-se em Submáximas. Apresentamos a definição de Implicatura como sendo proposições veiculadas por um determinado enunciado, em um determinado contexto, ainda que a proposição não seja parte daquilo que é efetivamente dito. Também mostramos os dois tipos de Implicaturas: as Conversacionais, que dependem de um contexto específico, e as Convencionais, dependentes do significado literal/convencional das palavras. Vimos que as Implicaturas Conversacionais dividem-se em dois outros grupos: as generalizadas e as particularizadas. As generalizadas são aquelas que não quebram as Máximas nem necessitam de um contexto específico, daí a origem do nome

---

<sup>31</sup> Tradução nossa: O problema de como representar formalmente encaixes funcionais dos diálogos ainda não foi resolvido. Não é um problema puramente filosófico, e também representa um problema real para o desenvolvimento de sistemas dialógicos computacionais, como, por exemplo, em sistemas dialógicos multifuncionais.

“generalizadas”. As Implicaturas Particularizadas, por sua vez, quebram as Máximas e ocorrem em um contexto específico, isto é “particular”. Uma Implicatura poderá ser gerada em três situações: (i) quando nenhuma máxima é violada, (ii) quando uma Máxima é violada para preservar a outra e (iii) quando uma Máxima é propositadamente violada para produzir um efeito conversacional. Finalizamos esta seção apresentando as propriedades das Implicaturas: a calculabilidade, a cancelabilidade, a não-destacabilidade, a não-convencionalidade e a indeterminabilidade.

Como ilustraremos a TIG com diálogos, apresentamos a posição de alguns teóricos reconhecidos sobre a Teoria dos Diálogos, como Douglas Walton (1998) e Herbert Clark (1996), principalmente por este afirmar que o lugar fundamental para o uso da linguagem é a conversa ou o diálogo espontâneo entre duas ou mais pessoas.

Embora reconheçamos que nem sempre é possível aplicar a forma lógica apresentada pela dialética formal para analisar o diálogo, também reconhecemos que há uma base lógica na comunicação em linguagem natural, indicando que há casos em que é possível aplicar um cálculo lógico-pragmático, conforme veremos mais adiante.

No capítulo que segue, discutiremos as posições de Sperber e Wilson (1986,1995), Levinson (2000) e Costa (1984, 2005) sobre o trabalho de Grice, que destacam o seu alcance e as suas limitações teóricas, procurando mostrar a interface Semântica-Pragmática por meio de exemplos dialógicos.

### 3. SOBRE A INTERFACE SEMÂNTICA/PRAGMÁTICA

Este capítulo não se propõe a apresentar uma solução para um problema talvez insolúvel: delimitar a fronteira entre a Semântica e a Pragmática. O que pretendemos é apresentar discussões de teóricos e pesquisadores que possam nos auxiliar a avançar no entendimento dessas duas áreas da lingüística. Foram eleitos para esta discussão Sperber e Wilson (1986,1995), Costa (1984, 2005) e Levinson (1983, 2000).

#### 3.1 A TEORIA DA RELEVÂNCIA DE SPERBER E WILSON E SUAS CRÍTICAS A GRICE

Desde que surgiu, a Teoria das Implicaturas de Grice (1975) tem sofrido algumas críticas <sup>32</sup> de filósofos e lingüistas respeitados, como, por exemplo, Levinson (1983, 2000), Douglas Walton (1998), Sperber e Wilson (1986, 1995) e Costa (1984, 2005), conforme verificaremos nas seções a seguir.

Já vimos que todo enunciado pode apresentar mais de uma interpretação possível - e todas compatíveis com a informação lingüisticamente codificada. Esse parece ser o problema central da Pragmática.

Para explicar o implícito, Sperber e Wilson (1986, 1995) apresentam a Teoria da Relevância, doravante TR, tomando como ponto de partida o modelo inferencial de Grice (1975) e a concebem como um modelo ostensivo-inferencial de comunicação, baseado na cognição humana. Constitui-se, pois, uma nova alternativa para descrever e explicar, do ponto de vista psicológico, a compreensão espontânea de enunciados, inclusive a compreensão daquilo que não foi dito.

Os autores propõem um princípio cognitivo que se caracteriza pela tendência natural que os seres humanos têm de otimizar o ato comunicativo, na tentativa de dar ou receber o máximo de efeito contextual, com o menor esforço possível de processamento. Em outras palavras, quanto maior o efeito contextual, e menor o custo de processamento, mais otimizada será a relação entre ambos, e, como conseqüência, maior será a relevância, e, provavelmente, o entendimento do ato comunicativo.

Assim, para Sperber e Wilson, a comunicação humana é o resultado de um processo de interação entre falantes/escritores e ouvintes/leitores, que alteram os seus ambientes

---

<sup>32</sup> Neste trabalho, a palavra “crítica” deve ser entendida como avaliações, posicionamentos, sejam eles negativos ou positivos.

cognitivos mutuamente, seja por reforço de uma suposição existente, por contradição e eliminação de uma suposição existente, ou pela combinação de uma suposição existente para gerar uma implicação contextual.

Entretanto, os teóricos enfatizam que essas alterações não acontecem apenas em decorrência do processo de codificação e de decodificação de instruções lingüísticas, conforme postula o Modelo de Códigos. Observando a interação entre falantes e ouvintes, Sperber e Wilson chegam à conclusão de que os seres humanos processam e armazenam a informação de uma forma muito mais complexa do que a mera reprodução de significado literal, isto é, por meio de inferências.

Sperber e Wilson consideram apenas a comunicação intencional aberta, na qual o falante deseja que o seu significado seja reconhecido, e é fazendo o seu melhor que ele ajuda o ouvinte a compreender. Nesse caso, é do próprio interesse do falante fazer seu enunciado tão relevante quanto possível, i.e., tão rico em efeitos cognitivos e tão econômico quanto possível para processá-lo, desde que isso não vá contra seus próprios interesses e preferências.

Com relação à Relevância, Sperber e Wilson afirmam que há muitas diferenças entre a teoria deles e a abordagem de Grice. Para esses teóricos, o Princípio da Relevância é muito mais explícito do que o Princípio Cooperativo e as Máximas da conversação. Outra diferença, segundo afirmam, é o fato de Grice atribuir um grau de cooperação à comunicação maior do que eles atribuem, pois consideram que o único objetivo que os interlocutores necessariamente têm em comum é alcançar compreensão, isto é, fazer com que a intenção do falante seja reconhecida pelo ouvinte, enquanto que Grice assume que a comunicação deve ter um propósito comum, ou pelo menos uma direção mutuamente aceita além do objetivo de alcançar compreensão.<sup>33</sup> Sperber e Wilson não negam que isso, de fato, aconteça na conversação, entretanto, isso não se segue do Princípio da Relevância, nem é automaticamente comunicado por todo e qualquer estímulo ostensivo. O conhecimento desse propósito comum, se é que existe, é apenas um fator contextual entre outros.

Alcançar relevância ótima, para Sperber e Wilson, consiste em exigir menos do que exigem as Máximas de Grice, já que é possível ser relevante sem ser “tão informativo quanto requerido”, conforme a Máxima da Quantidade postula. O fato de as pessoas não fornecerem quantidade suficiente de informação não, necessariamente, deveria ser considerado como uma violação dos princípios da comunicação.

---

<sup>33</sup> No original: “Communication must have a common purpose or set of purposes, or at least a mutually accepted direction over and above the aim of achieving uptake”. (GRICE 1975, p. 45)

Outra diferença fundamental entre essas duas teorias é que o Princípio Cooperativo e as Máximas são tomados como normas que os interlocutores devem conhecer para que possam se comunicar adequadamente, enquanto que o Princípio da Relevância é um princípio mais geral, não comparável a regras que devem ser seguidas, ou violadas. É um Princípio que se aplica sem exceção: “todo ato de comunicação ostensiva comunica a presunção de relevância”. Em suma, do ponto de vista de Grice, a comunicação ocorre porque se espera dos comunicadores que eles observem um princípio cooperativo. Entretanto, para Sperber Wilson, isso ocorre porque quanto mais relevante for o enunciado, mais provavelmente ele prenderá a atenção do ouvinte e apontará para o significado pretendido.

Para Sperber e Wilson, a diferença mais importante está relacionada com o que eles entendem por comunicação e o que é comunicação para Grice. Eles criticam Grice pelo fato de não ter oferecido nenhuma explicação para a comunicação explícita, a não ser apenas considerá-la como o modelo de código, um conjunto de convenções. As Implicaturas são explicadas como suposições que o ouvinte deve fazer para preservar a idéia de que o falante observou as máximas, ou pelo menos o Princípio Cooperativo, enquanto que o Princípio da Relevância se propõe a explicar a comunicação ostensiva como um todo, tanto explícita quanto implícita.

Salientamos, mais uma vez, que o nosso trabalho enfoca apenas a comunicação implícita, mais especificamente as Implicaturas, que são inferências pragmáticas canceláveis.

Um problema crucial para a Pragmática, conforme afirmam Sperber e Wilson, com os quais concordamos, é o fato de que nem sempre os falantes compartilham do mesmo ambiente cognitivo. Se um falante pretende que um enunciado seja entendido de certa forma, ele deve esperar que o ouvinte seja capaz de acessar um contexto adequado à interpretação desejada.

Os “mal-entendidos” seriam, então, o resultado de uma combinação mal feita (*mismatch*) entre o contexto imaginado pelo falante e aquele escolhido pelo ouvinte. Em outras palavras, falante e ouvinte escolhem contextos diferentes. O maior desafio para a Pragmática é descrever como um ouvinte encontra um contexto apropriado para compreender o que foi dito, adequadamente.

De acordo com Sperber e Wilson (1995, p.15), “um contexto é um construto psicológico, um subconjunto das suposições do ouvinte sobre o mundo. São essas suposições, mais do que o “estado real das coisas”,<sup>34</sup> que afetam a interpretação de um enunciado”. Nesse sentido, para eles, o contexto não é limitado à informação sobre o ambiente físico imediato ou

---

<sup>34</sup> “The real state of the world”.

ao enunciado proferido, isto é, outros fatores também desempenham um papel importante na interpretação de um enunciado, como, por exemplo, expectativas sobre o futuro, hipóteses científicas, crenças religiosas, suposições culturais gerais, crenças sobre o estado mental do falante e experiências pessoais. O contexto não deve ser tomado exclusivamente como determinado pelo conhecimento enciclopédico, já que também é construído à medida que a conversação avança.

O desafio que se impõe, então, é explicar como as pessoas escolhem o contexto relevante para cada ato comunicativo.

Vejam o exemplo (45) de Sperber e Wilson para ilustrar o papel do contexto na comunicação:

- (45) (a) “Você aceita um café” ?  
 (b) “Café me manteria acordada”.

Aqui, se (b) deseja transmitir a idéia de que gostaria de ficar acordada, devemos inferir que aceitaria uma xícara de café. Entretanto, se (a) pressupor que (b) não quer ficar acordada irá interpretar a resposta de (b) como uma recusa. Conforme Sperber e Wilson, respostas como essas mostram que os mecanismos da comunicação verbal não garantem que a comunicação tenha sucesso.

Para a TR, algumas suposições tornam-se mais ou menos manifestas para o falante e o ouvinte durante o processo de comunicação, e não *a priori*. A esse conjunto de suposições manifestas em graus diferentes, Sperber e Wilson denominam ambiente cognitivo, o qual definem como “um conjunto de fatos que são manifestos ao indivíduo”<sup>35</sup> (1995, p. 39).

É importante ressaltar, também, o que dizem esses autores sobre o ambiente cognitivo: “dizer que duas pessoas compartilham de um mesmo ambiente cognitivo não significa dizer que eles fazem as mesmas suposições, é simplesmente dizer que eles são capazes de fazer isso”<sup>36</sup> (1995, p. 41).

A conclusão a que chegamos é a de que, se a cognição humana é orientada para a relevância, todo falante que conhecer o ambiente cognitivo do seu ouvinte terá grande probabilidade de inferir adequadamente qual suposição provavelmente ele (o ouvinte) fará.

<sup>35</sup> “A set of facts that are manifest to an individual”.

<sup>36</sup> ... to say that two people share a cognitive environment does not imply that they make the same assumptions: merely that they are capable of doing so.

Acreditamos que isso possa se aplicar à língua materna, mas, em L2, a inferência não parece ser tão automática assim.

Na próxima seção, apresentaremos a Teoria das Implicaturas Conversacionais Generalizadas, de Levinson (2000), que procura dar conta de uma área relativamente pequena das inferências pragmáticas derivadas da natureza estável e generalizada da linguagem. Apesar de as Implicaturas Generalizadas apresentarem relações próximas às regras da gramática tradicional, por outro lado devem ser complementadas por uma teoria de Inferências Conversacionais Particularizadas.

### 3.2 A TEORIA DAS IMPLICATURAS CONVERSACIONAIS GENERALIZADAS - LEVINSON (2000) E SUAS CRÍTICAS A GRICE

Levinson (2000) trata das Implicaturas Conversacionais Generalizadas, doravante ICG, apresentando uma nova proposta para a teoria do significado, sugerindo uma abordagem para esse tipo de Implicatura e para outros tipos de interpretações, denominadas *default*, isto é, a interpretação preferida, ou interpretação-padrão, decorrente de convenções tácitas ou hábitos de uso.

Para o teórico, uma teoria da comunicação deveria considerar três níveis de significado, e não apenas dois, conforme fez Grice. Além do significado semântico da sentença ou *sentence type-meaning* e do enunciado ou *utterance token-meaning*, Levinson (2000) sustenta que há um outro tipo de significado, em um nível intermediário, de acordo com interpretações *default*, que é a interpretação preferida, chamada de *utterance type-meaning*. Essa interpretação não está localizada nem no nível da interpretação convencional semântica nem na ocorrência específica pragmática. Esse nível de significação não representa o objeto da Pragmática propriamente dita, que aborda o enunciado-ocorrência ou *utterance-token*, altamente dependente de um contexto particular. O foco de atenção dessa significação é, sim, o resultado de uma certa generalização no uso da linguagem (interpretação *default*) que caracteriza uma parte da Pragmática mais presa à Semântica, como, por exemplo, os atos de fala, as pressuposições, as Implicaturas convencionais e as expressões formulaicas.

Vejamos o exemplo que o próprio Levinson (2000, p.16) nos oferece para ilustrar a diferença entre os dois tipos de inferência pragmática, uma contendo o contexto particularizado (ICP) e a outra o generalizado (ICG):

Contexto 1

(A) Que horas são?

(B) Alguns convidados já saíram.

ICP: deve ser tarde. (Inferência dependente de *Contexto Particularizado*)

ICG: nem todos os convidados saíram. (Inferência dependente de *Contexto Generalizado*)

Contexto 2

(A) Onde está João?

(B) Alguns dos convidados já saíram.

ICP: talvez João tenha saído.

ICG: nem todos os convidados saíram.

Segundo os exemplos apresentados, Levinson (2000) procura mostrar a diferença entre a inferência dependente de contexto particularizado (ICP), que varia do contexto 1 para o 2 e a inferência dependente de uma interpretação preferencial, de uma generalização de uso por meio do uso do quantificador “nem todos”, que é a mesma para o exemplo 1 (ICP) e 2 (ICG).

A partir daí, Levinson constrói sua teoria e a classifica em três categorias, cada uma representando um tipo diferente de heurísticas<sup>37</sup>, conforme a seguir.

*A primeira Heurística - Q:* postula que “O que não é dito não é”,<sup>38</sup> correspondente à primeira submáxima da *Quantidade* de Grice (faça sua contribuição tão informativa quanto o requerido), ligada à quantidade de informação. O autor cita o contraste escalar <todos, alguns> de forma que dizer “Alguns meninos vieram” implica que o falante teria escolhido uma alternativa mais forte (todos) se ele tivesse condições de afirmar isso. Em outras palavras, escolher uma alternativa mais fraca implica a impossibilidade de optar por outra. Segundo Costa (1984), essa heurística parece teoricamente muito vaga, pois não se sabe quem ou o que determina o requerido. O próprio Levinson reconhece o problema que tal heurística apresenta, visto que ela só funcionará com uma restrição a um conjunto de alternativas salientes, ou em contraste.

<sup>37</sup> Relativo ao método de ensinar e/ou aprender, no qual ensina-se/aprende-se a partir das próprias experiências e descobertas.

<sup>38</sup> No original: “What isn’t said, isn’t”.

*A segunda Heurística - I:* Se “o que é expresso de forma simples pode ser entendido como estereotipicamente exemplificado”.<sup>39</sup> Em outras palavras, o que é dito de forma “marcada” ou incomum deve ser entendido como um contraste à forma “normal”, ou usual. Esta heurística está associada à segunda submáxima da *Quantidade* de Grice (não dê mais informação do que é requerido). Por exemplo, quando alguém diz: “Pam foi ao supermercado”, de acordo com a interpretação *default* (padrão/preferida), inferimos que ela foi ao supermercado para fazer compras e não para falar com o gerente, pois, se ela tivesse ido ao supermercado para outra atividade que não a de fazer compras, provavelmente o enunciado seria “Pam foi ao supermercado para falar com o gerente”.

*A terceira Heurística – M:* “O que é dito de forma anormal, não é normal”,<sup>40</sup> associada à máxima de *Modo* de Grice (seja claro, evite obscuridade de expressão). Explicamos esta heurística pelo exemplo: “Pam fez o seu filho comer toda a sopa”. Inferimos que a mãe forçou o filho a comer a sopa. Essa inferência é decorrente da forma “desviada” ou “anormal” do enunciado, pois, se a criança tivesse comido a sopa com vontade, a forma canônica seria “Pam deu comida ao filho”.

Um dos problemas que Levinson tenta resolver é o da visão tradicional que considera a Semântica como um fornecedor de informação à Pragmática. Em sua opinião, as Implicaturas Conversacionais Generalizadas operam na proposição semântica no momento em que a proposição recebe suas Condições-de-Verdade. Isso significa dizer que a Semântica das Condições-de-Verdade depende da Pragmática.

Levinson (1983, p.97-100) destaca as várias razões pelas quais a Teoria das Implicaturas de Grice é de grande utilidade para a lingüística. Em primeiro lugar, pelo fato de o modelo Grice ter oferecido uma explicação pragmaticamente funcional para fenômenos lingüísticos. Não há, segundo Levinson, na organização da linguagem, princípios que expliquem como compreendemos o significado subentendido a partir do enunciado de sentenças, como o explica o conceito de Implicatura Conversacional.

Uma segunda razão levantada por Levinson é que um conceito, como o de Implicaturas Conversacionais, oferece uma explicação de como é possível obterem-se mais informações a partir das expressões da língua do que aquela veiculada pelo seu significado convencional. Portanto, a teoria de Grice apresenta uma maneira de explicar aquela parte do significado transmitido não explicável pela semântica das Condições-de-Verdade.

<sup>39</sup> No original: “What is simply described is stereotypically exemplified”.

<sup>40</sup> No original: “What’s said in an abnormal way, isn’t normal; or marked message indicates marked situation”.

Em terceiro lugar, a noção de Implicaturas vem simplificar a estrutura e o conteúdo das descrições semânticas, evitando uma proliferação de ambigüidades de significado para linguagem natural.

Finalmente, Levinson menciona a capacidade que essa teoria tem de explicar uma série de fenômenos isolados, como o uso de contradições e tautologias.

Apresentaremos na próxima seção o modelo de Grice ampliado por Costa (1984, 2005), em que o último oferece um novo *status* à Máxima da Relevância, tornando a proposta de Grice mais sistemática e também apresenta um princípio, através de sua Teoria da Conectividade Não-Trivial, que explica a tendência inata que o ser humano possui para se comunicar.

### 3.3 A TEORIA DAS IMPLICATURAS REFORMULADA – COSTA (1984, 2005) E SUAS CRÍTICAS A GRICE

Segundo Costa, é inegável que Levinson tenha seu mérito como lingüista, pois fez uma descrição detalhada do processo inferencial. O problema, para Costa, é que ele não apresentou fundamentação suficiente que pudesse explicar seu princípio, como faria um filósofo da linguagem, por exemplo. Em outras palavras, Levinson não se comprometeu com aspectos cognitivos da linguagem, ou seja, não traçou diferenças entre o processo de decodificação e o de inferenciação. Costa conclui que a proposta de Levinson enfraquece à medida que ele próprio sugere que os casos das heurísticas sejam reduzidos a apenas uma heurística do tipo: “o que é dito de forma direta implica a interpretação padrão, o que é dito de forma “desviada” implica a interpretação não-padrão”.

Para Costa, a TIG pode ser refinada e ele o faz em dois momentos. Primeiramente em sua dissertação de mestrado, em 1984, oferecendo uma reordenação das Máximas e introduzindo um cálculo lógico-pragmático às Inferências do tipo Implicatura Conversacional Particularizada. Em 2005, ele apresenta uma proposta denominada Teoria da Conectividade Não-Trivial (TCNT), cujo princípio explica a tendência inata que o ser humano possui para se comunicar.

Costa conectou a noção de relevância à supermáxima geral da TIG, verificando que ela, na verdade, existe como uma relação articuladora em todos os níveis, por isso denominou-a “propriedade pragmática por excelência”. Por exemplo, a Máxima de Quantidade estabelece uma relação mais relevante entre o dito e a expectativa informacional

do ouvinte; a Máxima de Qualidade caracteriza a relevância maior na relação entre o dito e o falante; na Máxima de Relação, a relevância está entre o dito e o tópico da conversação; e na Máxima de Modo, entre a forma e o conteúdo semântico do dito. Para Costa, Relevância, como um princípio geral, diz respeito à maior relevância possível, que não deve ser confundido com a Máxima de Relação de Grice: “Seja Relevante”. Para evitar mal-entendidos, ele sugere que “seja relevante” deva ser substituído por “seja adequado”, no nível do dito.

Vale destacar aqui que “Relevância” para Grice e para Costa é um conceito meramente instrumental, isto é, não tem o mesmo sentido que “Relevância” para Sperber e Wilson, que propõem a Relevância como um princípio cognitivo que se caracteriza pela tendência natural de otimizar uma informação, com o menor esforço possível, e apresentam uma resposta para uma teoria de códigos e para a interpretação de fenômenos lingüísticos comunicacionais em geral, conforme já referimos neste estudo.

Assim, a Relevância, no modelo proposto por Costa, passa a constituir um dos passos do cálculo dedutivo não-trivial, conforme apresentamos a seguir:

- A- Interlocutor 1 (pergunta)
- B- Interlocutor 2 (resposta)
- C- Contexto (conjunto de proposições potenciais conhecidas por (A) e (B), ou que podem ser aceitas como plausíveis).
- E- O enunciado (o dito por B)
- Q – Implicatura (Estou muito cansado)

Exemplo:

(A) Como foste de viagem?

(B) Estou morto!

(C) Contexto

a.(B) viajou de avião do Brasil para a Índia.

b.O tempo de viagem é de aproximadamente 24 horas.

c.Uma viagem de 24 horas é muito cansativa.

d.(B) já retornou da viagem.

e.Morto não fala.

f. Etc....

- 1- (B) afirmou E
- 2- (B) deve estar cooperando
- 3- (B) sabe que A sabe C
- 4- (B) só será relevante afirmando E se pretender que (A) pense Q
- 5- (B) não fez nada para evitar que (A) pense Q
- 6- Sendo assim, (B) afirmou E, e implicou Q

Embora haja a quebra da Máxima da Qualidade, pelo uso de uma metáfora e de uma hipérbole, “estou morto”, (B) ainda assim está cooperando por acreditar que (A) seja capaz de inferir que, na verdade, o que quis dizer é que o cansaço que sentia era tão grande dando-lhe a sensação de que não tinha mais vida nem energia. Sentia-se como se estivesse morto. Assumimos que todo falante adulto do português tem condições de inferir esse sentido. Neste trabalho, pretendemos examinar se esse cálculo inferencial é realizado de forma tão natural e automática por um falante não-nativo.

Cabe destacar que esse cálculo não procura representar o raciocínio executado pelas pessoas em seu dia-a-dia, ele é um construto teórico, uma solução lógica, na tentativa de modelar a inferência de significados implícitos contidos nos enunciados em linguagem natural. O cálculo das Implicaturas é apenas uma tentativa de mostrar que a linguagem natural segue uma lógica, que não é compatível com os modelos formais, por ser mais flexível e mais rica (frouxa), conforme já apresentamos nos capítulos anteriores.

Além disso, voltamos a destacar um aspecto importante relativo às propriedades das Implicaturas: o fato de serem indeterminadas, isto é, há um leque aberto de interpretações possíveis, pois o contexto, sendo indeterminado, funciona como um balizador que autoriza as diferentes interpretações.

Segundo Costa (2005), tanto a Teoria da Relevância quanto a das Implicaturas, embora de grande valor descritivo, não conseguiram explicar de forma satisfatória todos os detalhes envolvidos na rede comunicacional da linguagem natural. Após décadas de estudos sobre os fenômenos lingüísticos inexplicáveis apenas pela Semântica, Costa apresenta sua Teoria da Conectividade Não-Trivial (TCNT), para tratar de um princípio superior ao Princípio da Cooperação e da Relevância, princípio que explica a tendência inata que o ser humano possui para se comunicar, pois o significado implícito manifesta-se na linguagem por meio de outros efeitos também, que não se encaixam na descrição das Implicaturas, ou não são satisfatoriamente explicados por essa noção de base lógica.

Costa (2005) propõe a Teoria da Conectividade Não-Trivial (TCNT) e a apresenta a partir de: a) seus fundamentos, b) sua arquitetura conceitual c) seu potencial de aplicação.

Os fundamentos da TCNT dividem-se nos seguintes princípios: a) Princípio da Conectividade Não-Trivial; b) Princípio de que a linguagem humana é essencialmente sintaxe, semântica e pragmática; c) Princípio da Interatividade Comunicativa; e d) Princípio da adequação Descritiva e Explanatória da Lingüística nas Interfaces.

(a) Princípio da Conectividade Não-Trivial:

Devemos entender por não-trivial o fato de não obedecer aos padrões rígidos da lógica formal, mas, sim, a propriedade de ser uma conexão interativa e criativa e não apenas mecânica. Conseqüentemente, tal princípio certamente se expressará por meio de uma linguagem especial humana, e, além disso, deverá fornecer compromissos informativos não redundantes. Esse princípio é constituído pela: (1) sintaxe, no que diz respeito às condições de boa formação; (2) semântica, quando trata de informatividade não-trivial e de veracidade (no sentido de plausibilidade e não de Condições-de-Verdade da lógica formal); e (3) pragmática, no que diz respeito à adequação (é o que Grice denomina de relevância) e objetividade (que é a tendência natural que as pessoas têm para se organizar).

(b) Princípio de que a linguagem humana é essencialmente sintaxe, semântica e pragmática:

Os princípios sintáticos, semânticos e pragmáticos universais enraizados na genética sustentam as variações dos parâmetros sociais que tornam as línguas diferentes. O princípio sintático refere-se à gramática universal; o princípio semântico pode ser exemplificado por intermédio de um princípio geral que as pessoas têm de identificar e classificar objetos, por exemplo. O princípio pragmático refere-se à capacidade inata que as pessoas têm para se comunicar e para se adequarem à comunicação de forma objetiva e organizada.

(c) Princípio da Interatividade Comunicativa:

É uma conseqüência da sociabilidade natural mais a natureza da linguagem enquanto propriedade genética, para a expressão das línguas enquanto construções sociais. À medida que a interatividade escrita é mais rígida, a fala, pela presença dos interlocutores, é mais instável com relação à quantidade e à qualidade de informação: possui um grau de maior ou menor redundância, apresenta maior ou menor veracidade, apresenta baixo custo de

retificação. A veracidade não deve ser entendida da mesma forma que a verdade formal. Deve, sim, ser “tomada como verdade”, isto é, “assumida como verdade”, sem o ônus da prova.

(d) O Princípio da Adequação Descritiva e Explanatória da Lingüística nas Interfaces será abordado em detalhes na seção seguinte.

Em suma, o princípio da interconectividade sustenta que deve haver uma tendência inata para a conectividade, isto é, o cérebro possui uma direção orientada pela cognição para conexões comunicacionais.

Assim, concordamos com Costa (2005) quando afirma que a comunicação humana não parece ser incompatível com outros tipos de comunicação. Acreditamos que só se pode pensar em cooperação e relevância se aceitarmos a idéia de que tanto os seres humanos quanto os animais tendem a se comunicar e a interagir, sempre procurando a melhor forma de fazê-lo. O que ocorre é que a comunicação verbal é a forma mais forte de comunicação.

Para Costa, assim como para Sperber e Wilson, além de ser usada para cognição, a linguagem também serve para socializar, para pensar e, conseqüentemente, para inferir, isto é, raciocinar.

Em suma, a contribuição de Costa (1984, 2005) envolve vários refinamentos: o primeiro é o fato de ter elevado a Máxima da Relevância a uma “Megamáxima”, presente em todas as Máximas (Quantidade, Qualidade, Modo, Adequação); o segundo é ter criado um cálculo lógico-pragmático no qual essa “Megamáxima” é incluída em todas as Implicaturas; o terceiro é a introdução do Princípio da Conectividade, como hipótese inatista, e o último é ter apresentado uma crítica bem-fundamentada a Sperber e Wilson e a Levinson.

### 3.4 NA INTERFACE SEMÂNTICA-PRAGMÁTICA

A distinção entre Semântica e Pragmática tem sido proposta por vários autores. Entretanto, aquela que deu início a esse debate é a de Morris (1938), que pode ser resumida da seguinte forma: a Sintaxe é o estudo das relações entre os signos, a Semântica é o estudo da relação entre os signos e seus *designata* (ou signos capturados) e a Pragmática é o estudo da relação entre signos e seus intérpretes. É importante lembrar que Morris está inserido em um momento em que havia poucos estudos referente à Sintaxe, à Semântica e à Pragmática das línguas naturais. Em outras palavras, não havia uma lingüística instituída nos moldes atuais, especialmente em círculos anglo-saxônicos, dos quais Morris fazia parte.

Para entendermos a interface Semântica/Pragmática de uma forma mais profunda, precisaríamos avaliar um conjunto de fenômenos lingüísticos abordados, inicialmente, por Morris (1946), Strawson (1950) em *On Referring*, Austin (1962) em *How to do things with words*, Searle (1969) em *Speech Acts*, e Wittgenstein (1975) em *Investigações filosóficas*.

Pesquisadores atuais, tais como Carston (1999), Sperber e Wilson (1986, 1995) e Levinson (1983, 2000), diferentemente do que defendia Morris (1938), concordam que ao menos a Pragmática depende da Semântica, isto é, não é possível definir Pragmática apenas como a relação entre signos e intérpretes.

Para Carston e Sperber e Wilson, a Semântica se caracteriza pelo processo de decodificação da estrutura lingüística, enquanto que a Pragmática, como um processo inferencial que necessariamente complementa a proposição. Assim, para Carston, cabe à Pragmática a função de preencher as lacunas da forma lógica para que a proposição possa ser interpretada adequadamente. É uma Semântica que não segue os padrões de Condições-de-Verdade, apresentando uma forte interface com as ciências cognitivas que pressupõem a idéia de um cérebro/mente.

Já para Levinson (2000), há dois tipos de Pragmática: a primeira, que é representada pelas Implicaturas Conversacionais Generalizadas, ou pré-semântica, e a segunda, representada pelas Implicaturas Conversacionais Particularizadas, ou pós-semântica.

A idéia de que a Semântica depende da Pragmática parece ser menos difundida e aceita, embora muitos teóricos afirmem que a Semântica é dependente do contexto, sem perceberem que, dentro dessa concepção, ela (a Semântica) depende, então, da Pragmática.

A posição, aparentemente simples, de Gazdar (1979, p.2), “Pragmática é igual ao significado menos as Condições-de-Verdade”, é considerada uma das que mais contribuiu para definir o objeto da Pragmática. Entretanto, o teórico também reconhece que é muito difícil tratar da Semântica de maneira autônoma, e demonstra que o mesmo enunciado poderá apresentar proposições falsas ou verdadeiras de acordo com as informações do contexto. Vejamos os exemplos a seguir:

(46) Brutus traiu César.

(47) Até Brutus traiu César.

Observa-se que as Condições-de-Verdade são as mesmas para os dois enunciados, porém (47) implica que, além de Brutus, outras pessoas também traíram César, e que Brutus seria o menos provável de tê-lo traído. Assim, caberia à Semântica considerar as Condições-

de-Verdade e deixar para a Pragmática a descrição e a explicação do significado extra. Assim, tentamos defender aqui a tese de que a Semântica deve trabalhar de forma interativa com a Pragmática, tendo em vista que os aspectos significativos na constituição de um enunciado não se separam no estabelecimento das Condições-de-Verdade.

Por outro lado, o conteúdo semântico parece ser a base para o sentido de um enunciado. Isso quer dizer que a autonomia da Pragmática também é pouco provável. Vejamos novamente o exemplo (46):

(46) Brutus traiu César.

Se, substituindo o nome próprio ‘Brutus’ por uma descrição como “O homem de barba traiu César”, o enunciado

(48) “O homem de barba traiu César” apresentaria uma variação de sentido: uma interpretação com valor referencial (Brutus) e a segunda com valor atributivo da descrição (o homem de barba). Como as Condições-de-Verdade não se alteram, caberia à Pragmática esclarecer o sentido que vai além do dito.

Se as Condições-de-Verdade são apenas um elemento do conteúdo comunicacional, precisamos recorrer à Pragmática para dar conta das Implicaturas, sejam elas convencionais ou conversacionais.

Então, enquanto a Semântica ocupa-se das Condições-de-Verdade das sentenças, a Pragmática ocupa-se das condições de adequação comunicativa e de plausibilidade das sentenças em uso que são os enunciados.

Em outras palavras, a Pragmática se propõe a (i) estudar os princípios que regem o uso comunicativo da língua, sobretudo aqueles encontrados nos diálogos e a (ii) oferecer uma abordagem complementar à Semântica, em relação aos fenômenos lingüísticos influenciados pelo contexto.

Foi com Grice (1975) que o mapeamento dessas duas subteorias da Lingüística começou a ser tratado de forma mais sistemática, quando ele distingue o dito (semântico) do implicado (pragmático), embora a linha divisória entre Semântica e Pragmática seja uma questão ainda em aberto, pois apresenta pontos controversos amplamente discutidos por vários teóricos da linguagem.

Até aqui, apresentamos os fundamentos de algumas das Teorias Semânticas e Pragmáticas mais representativas para este estudo, os quais nos levam a concluir que é

praticamente impossível separar essas duas áreas da lingüística, como se ambas tratassem de assuntos absolutamente incompatíveis e excludentes. Pelo contrário, para que se possa fazer uma análise séria da Pragmática, há de se levar em conta aquilo que a Semântica tem para oferecer: o significado literal das palavras e das proposições, e, para compreender a semântica, não se pode esquecer de que a linguagem humana não é composta apenas de modelos estáticos e idealizados, que excluem o contexto e os usuários de uma língua (e suas intenções comunicativas).

Reconhecemos, obviamente, que apenas as intenções não são suficientes para determinar o que os enunciados significam literalmente, mas elas (as intenções) certamente são fundamentais para recuperar aquilo que o falante está tentando comunicar com os seus enunciados, o que freqüentemente difere do conteúdo literal.

Vejam os exemplos (49), que ilustra, de forma mais prática, a diferença entre uma explicação de uma Teoria Semântica e de uma Pragmática, respectivamente.

- (49) (a) Que dia é hoje?  
 (b) Já liguei para a Glessy.

Percebe-se que (b) inferiu adequadamente que ao perguntar “Que dia é hoje”, na verdade, (a) queria saber se (b) tinha lembrado de ligar para a sua madrinha, Glessy, para cumprimentá-la pelo Dia do Professor. Caso o contexto não fosse este, ou se (a) e (b) não tivessem o mesmo conhecimento de mundo, certamente a resposta de (b) seria inadequada.

Uma Teoria Semântica, certamente, não conseguiria explicar a provável Implicatura Pragmática contida na pergunta de (a), já que a explicação semântica depende apenas do dito, com seus significados literais.

Portanto, para uma Teoria Semântica, se (a) quisesse saber se (b) havia ligado para sua madrinha, deveria ter perguntado (a) “Tu já ligaste para a tua madrinha, pois hoje é o Dia do Professor e ela, que é professora, valoriza muito isso” ? Certamente, toda a intenção comunicativa contida em (49) não é transmitida quando da interpretação semântica. Há uma lacuna entre o que foi dito e o que foi efetivamente entendido. Uma Teoria Semântica não tem condições de explicar como é possível que algo seja comunicado sem que tenha sido dito explicitamente.

Costa (2005), conforme já citado, ao propor o Princípio da Adequação Descritiva e Explanatória da Lingüística nas Interfaces, pondera que, sendo a Semântica e a Pragmática

subdivisões da Lingüística, é plausível que elas tenham um ponto de intersecção, isto é, uma interface interna.

Assim, a Semântica comunicativa teria interface com as teorias da comunicação de natureza cognitiva e social ao mesmo tempo, e não com a Lógica dos Predicados, como é o caso da Lógica Formal.

Conforme já discutido neste trabalho, o Princípio da Conectividade Não-Trivial (TCNT) possui uma base inata e é constituído de estruturas fundamentais de natureza sintático-semântico e pragmática que representam a linguagem humana em sua forma mais elementar, caracterizando a interface entre o fenômeno lingüístico e o cognitivo. Enquanto a Sintaxe trata da boa-formação da sentença, a Semântica, do léxico e da proposição, e a Pragmática, do enunciado.

Outro aspecto que distingue a Semântica da Pragmática é o fato de que a Semântica desconsidera os contextos particulares, levando em conta o sistema convencional que sustenta a noção parcial do significado. A Pragmática, por outro lado, considera as variações contextuais, à medida que se estabelece o contexto como função, que leva da unidade semântica básica para uma significação mais abrangente, considerando as condições de adequação.

Assim, de acordo com a TCNT, as inferências poderiam ser divididas em dois tipos: (1) convencionais (ou semânticas), e, por isso, necessárias, que dependem de interpretação *default* e (2) específicas (ou pragmáticas), que estão ligadas à ação contextual, canceláveis ou não-necessárias.

A seguir, ilustramos a interface Pragmática/comunicação e Semântica/comunicação, em que (IS) representa a Interpretação Semântica e (IP) a Interpretação Pragmática.

(A) Você tem uma calculadora? (dito)

(B) Está aqui. (dito)

(B') Tenho. (dito)

(A) Dito (em forma de pergunta) = Você tem uma calculadora?

(A') IP: Tu podes me emprestar a tua calculadora?(conteúdo) / expectativa de resposta (forma)

(B) *Dito*: Está aqui.

(B) IS: não-satisfação da expectativa de resposta em termos de *forma*

(B) IP: satisfação de expectativa em termos de *conteúdo*.

O diálogo poderia ser modelado da seguinte forma:

(B) inferindo

- 1 (A) disse E
- 2 (A) disse E em forma de pergunta
- 3 E está de acordo com as formas comunicativas
- 4 (A) implicou que estava precisando de uma calculadora
- 5 (A) implicou que tem expectativa de resposta

(A) inferindo

- 1 (B) disse E
- 2 (B) disse E em forma de resposta
- 3 E está de acordo com as condições comunicativas
- 4 (B) implicou que E satisfaz às expectativas de resposta em termos de *forma* e *adequação/conteúdo*.
- 5 (B) disse E
- 6 (B) disse E em forma de resposta, e está de acordo com as condições comunicativas quanto à *forma* e ao *conteúdo*.

- 1 (B') disse E
- 2 (B') disse E em forma de resposta e por isso está de acordo com as condições comunicativas quanto à *forma*.
- 3 (B') E *não* satisfaz à expectativa em termos de *adequação*.
- 4 (B') disse E, e satisfaz à expectativa de resposta em termos de *forma*.

Ao dizer “Você tem uma calculadora?”, (A) implica que está precisando de uma calculadora, e (B) ao dizer “Está aqui”, implica que não apenas tem uma calculadora, mas que pode emprestá-la. Entretanto, ao responder simplesmente “Tenho”, (B') não está satisfazendo, pragmaticamente, a pergunta de (A), demonstrando que não compreendeu a Implicatura de que (A) precisava de uma calculadora, gerada pela pergunta.

O contexto possível para fazer as inferências mencionadas acima poderia ser o seguinte: um aluno resolvendo uma prova de Estatística e que tenha esquecido de trazer a calculadora para a aula. Ele se vira para seu colega e pergunta: “Você tem uma calculadora?” Na verdade, o que a pessoa estava querendo era pedir emprestada a calculadora do outro e não

simplesmente saber se ele possuía uma ou não. Entretanto, se o contexto fosse outro, como, por exemplo, um levantamento estatístico de quantas pessoas naquela sala de aula possuíam uma calculadora, o implicado certamente não poderia ser: “Você pode me emprestar sua calculadora?”. A pergunta deveria, nesse caso, ser entendida literalmente, ou seja, ter ou não ter calculadora. Neste caso, a resposta de (B’) seria adequada.

É justamente esse tipo de abordagem Semântica/Pragmática, conforme já mencionamos, que parece não ser suficientemente explorada nos livros didáticos nem em atividades em salas de aula, pois ambos parecem priorizar mais a sintaxe (a boa-formação do enunciado), dando maior ênfase à forma “*Yes, I do*” para uma pergunta do tipo “*Do you have a calculator?*” do que a resposta pragmaticamente adequada “*Here you are*”, no caso de livros didáticos da língua inglesa e “Onde você mora?” “Em Porto Alegre”, no caso do português. A resposta “Em Porto Alegre” é pouco informativa, no caso de todos os colegas morarem em Porto Alegre. O que a pessoa, na verdade, quer saber é a rua ou o bairro em que o colega mora, e não a cidade. Essa lacuna metodológica provavelmente acarretará sérias dificuldades de comunicação para aqueles que virtualmente estarão em contato com linguagem autêntica,<sup>41</sup> pelo fato de ser rica em implícitos.

Para essa discussão foram eleitas a Teoria da Relevância de S e W (1984,1995), a Teoria das Implicaturas Generalizadas, de Levinson (2000), a Teoria das Implicaturas de Grice (1975) e a Teoria de Grice ampliada por Costa em 1984 e 2005.

Optamos pela Teoria de Grice, localizada na interface externa Lingüística/Comunicação e na interface interna Semântica (dito)/Pragmática (implícado), levando em consideração a complementação apresentada por Costa (1984, 2005), por duas razões: primeiro, porque ambas apresentam uma aproximação teórica; segundo, pela capacidade, não só de descrever o implícito em linguagem natural, especificamente os diálogos, mas também pela capacidade explanatória que oferecem, conforme poderemos verificar no Capítulo 5, ao avaliarmos as interfaces.

Percebemos que a Pragmática recebe informações de uma grande variedade de disciplinas acadêmicas, tais como a psicologia cognitiva (Sperber e Wilson), filosofia (Grice), lógica, semântica (Quine, Robyn Carston, Pustejovsky, Kempson), dentre outras. As próprias definições de Pragmática indicam que é um ramo da Lingüística que apresenta fronteiras com essas áreas. Por exemplo, no que se refere ao processamento da informação, faz fronteira com as ciências cognitivas, como o fazem Sperber e Wilson. E a abordagem cognitiva do

---

<sup>41</sup> Do inglês, “authentic language”: é o ato comunicativo que não tem como objetivo o ensino de línguas, i.e. a língua usada fora da sala e aula para a comunicação.

processamento de informação pressupõe uma visão filosófica da mente, como o faz Robyn Carston.

Com esse embasamento teórico, pretendemos contribuir com a formação dos professores de L2, auxiliando-os a se conscientizarem da importância de uma abordagem pragmática no processo de aprendizagem de L2, indicando que as incluam em seus projetos de ensino de L2. Isso significa dizer que o papel dos professores de L2, na verdade, é duplo, isto é, eles devem, além de ensinar a segunda língua, também interagir com o aluno, como faz um usuário da língua, e não apenas falando sobre a língua, por metalinguagem. Como grande parte do material pedagógico de ensino de L2 parece se basear fortemente no modelo de código e não em um modelo de interface Semântica/Pragmática, o professor que estiver ciente da importância de explorar essa interface poderá fazer a ponte entre o material didático utilizado e a sua prática pedagógica.

Se tudo o que foi apresentado até aqui é verdade, então a contribuição deste trabalho é mostrar como funciona esta distinção nos capítulos que seguem.

## 4. SOBRE SIGNIFICAÇÃO IMPLÍCITA E APRENDIZAGEM DE L2

O objetivo deste capítulo é apresentar a posição de alguns teóricos sobre a Aquisição de L2, como, por exemplo, Stephen Krashen (1982), Kasper e Rose (2002) e Bardovi-Harlig (1996), relacionando-as com as abordagens pedagógicas de L2, para, finalmente defender a necessidade de incluir uma abordagem pragmática em qualquer projeto de ensino/aprendizagem de L2.

### 4.1 AQUISIÇÃO DE L2

A aquisição de uma língua, tanto a materna quanto L2, constitui-se em um dos aspectos mais complexos do desenvolvimento humano, fato que tem atraído a atenção de lingüistas e psicólogos há várias décadas. As teorias de aquisição de L2, apesar de suas especificidades, como, por exemplo, a importância da idade do aprendiz, o tempo de exposição à língua-alvo e a motivação, estão fortemente relacionadas às teorias de aquisição de língua materna. Isto é, algumas teorias atribuem maior importância às características inatas do aprendiz, enquanto que outras enfatizam o papel do ambiente onde se dá a aprendizagem, e ainda há outras que procuram integrar os dois fatores acima, para explicar de que forma a aquisição de L2 ocorre.

Certamente, aprender uma segunda língua é diferente de adquirir a língua materna. A maioria dos teóricos acredita que as crianças são mais bem-sucedidas na tarefa de aprender uma segunda língua, pelo fato de apresentarem maior plasticidade no seu cérebro, fato que as permite fazer conexões com maior flexibilidade e rapidez. Por isso, alguns pesquisadores, como Slama-Cazacu (1979), por exemplo, acreditam que a aquisição de L2 depende fundamentalmente da idade do aprendiz. Isto é, as estratégias de ensino/aprendizado para aprendizes adultos deverão ser diferentes daquelas utilizadas para crianças.

Os teóricos que se propõem a explicar a aquisição de L2 destacam vários fatores que interferem no seu aprendizado. Chomsky (1959), por exemplo, defende que as características inatas do aprendiz são determinantes no aprendizado de uma língua, pois, segundo ele, toda criança é biologicamente programada para a linguagem, da mesma forma que é programada para outras funções biológicas, como caminhar, por exemplo. Isto é, todas as crianças aprendem a caminhar, mais ou menos com a mesma idade, seguindo estágios semelhantes.

Para esse teórico, o mesmo fenômeno ocorre com a aquisição da linguagem, inicialmente, denominado de *language acquisition device* (LAD) e posteriormente, Gramática Universal (CHOMSKY, 1981), que explica como todas as crianças, independentemente da classe social a que pertencem e ao *input* que recebem, aprendem sua língua materna em um mesmo período de suas vidas.

Para Chomsky, certamente o ambiente exerce influência em alguns aspectos da aprendizagem, como, por exemplo, a rapidez com que algumas crianças aprendem, mas a competência lingüística de um adulto (i.e. o conhecimento de como a linguagem funciona) é muito semelhante para todos os falantes de uma língua.

Algumas evidências que corroboram a hipótese inatista de Chomsky são: (a) todas as crianças aprendem a sua língua materna, aproximadamente com a mesma idade, (b) apesar dos diferentes níveis de vocabulário e criatividade, todas as crianças atingem o mesmo domínio da estrutura (sintaxe) de sua língua materna, (c) apesar de serem expostas a um número limitado de modelos lingüísticos, todas as crianças são capazes de elaborar frases nunca ouvidas anteriormente, (d) mesmo sem instrução formal, todas as crianças aprendem a sua língua materna.

Apesar de Chomsky não ter apresentado argumentos específicos sobre as implicações dos princípios de sua teoria da Gramática Universal para o aprendizado de L2, sua teoria teve forte influência nas abordagens pedagógicas para o ensino de L2.

Stephen Krashen (1982) propôs uma teoria de base inatista para a aquisição de L2, que exerceu grande influência no ensino de segunda língua. Sua teoria, originalmente denominada *Monitor Model*, baseia-se em cinco hipóteses, a saber: (i) *the acquisition-learning hypothesis*, (ii) *the monitor hypothesis*, (iii) *the natural order hypothesis*, (iv) *the input hypothesis*, (v) *the affective filter hypothesis*.<sup>42</sup>

Para esse estudioso, aprendizes adultos poderão desenvolver o conhecimento de L2 de duas formas: por meio da “aquisição” e da “aprendizagem”. Para o teórico, a aquisição de L2 passa pelo mesmo processo de aquisição da língua materna, caracterizada fundamentalmente por ser um processo inconsciente, de assimilação natural, fruto de interação em situações de convívio humano, sem especial atenção à forma. O aprendizado, por outro lado, é um processo consciente, com foco na forma e em regras gramaticais, que se caracteriza como um processo cumulativo, normalmente ligado a um plano didático predeterminado.

---

<sup>42</sup> (i) a hipótese aprendizagem-aquisição, (ii) a hipótese do monitor, (iii) a hipótese da ordem natural, (iv) a hipótese do insumo, (v) a hipótese do filtro afetivo.

Com relação à hipótese do monitor, Krashen afirma que o adulto usa dois sistemas distintos, com funções específicas ao aprender uma L2. Tais sistemas referem-se à aquisição, que são processos inconscientes, e à aprendizagem, que diz respeito aos processos conscientes. A aquisição é responsável pela geração do enunciado e pela fluência, enquanto que o aprendizado tem a função de monitorar a forma do enunciado antes ou depois de ter sido produzido. A hipótese do monitor estabelece que o aprendizado consciente possui um papel limitado no desempenho de L2 porque o monitor nem sempre é usado, ou, quando o é, poderá haver um “superuso” (*overuse*).

Há três condições necessárias que devem estar sintonizadas para que o aprendiz de L2 possa acessar o monitor: (i) disponibilidade de tempo, (ii) concentração no aspecto formal da linguagem e (iii) conhecimento da regra que deverá ser aplicada.

Com relação à disponibilidade de tempo, observamos que o desempenho dos aprendizes de L2 em situações de diálogos orais fica aquém do desempenho obtido através de diálogos escritos, como, por exemplo, diálogos na internet (*chat*) ou mesmo em testes escritos. Em outras palavras, o desempenho é melhor quando há mais tempo para pensar.

Com relação à hipótese da “ordem natural”, Krashen observa que, assim como na aquisição da língua materna, aprendizes adultos de L2 parecem adquirir aspectos da língua-alvo em uma seqüência previsível. Contrariamente à intuição, as regras mais fáceis de serem explicadas não são necessariamente as mais fáceis de serem adquiridas/assimiladas, como é o caso do ‘s’ da terceira pessoa do presente do indicativo do inglês (*he/she speaks ...*), pois mesmo aprendizes em nível avançado da língua freqüentemente esquecem de acrescentar o ‘s’ em situações de conversação real. O teórico também observa que a “ordem natural” não está diretamente relacionada à ordem em que as regras foram ensinadas na sala de aula.

Sobre a hipótese do *input*, Krashen assevera que as pessoas adquirem uma língua por intermédio de uma exposição a um *input* compreensível (*comprehensive input*).<sup>43</sup> Ou seja, se o *input* contém forma e estrutura um nível acima do nível de competência do aprendiz, o que Krashen chama de *i+1*, então tanto a compreensão quanto a aquisição ocorrerão. Em suma, quanto mais exposição à língua-alvo, maiores serão as chances de aquisição.

A hipótese do filtro afetivo analisa a influência de fatores emocionais no processo de aquisição/aprendizagem. Entre as variáveis que compõem o filtro afetivo, podemos citar a motivação, as necessidades, as atitudes, a ansiedade e a autoconfiança. Assim, se o aprendiz

---

<sup>43</sup> Por *input* devemos entender o conjunto de dados lingüísticos aos quais o aprendiz de uma língua estrangeira está exposto.

estiver tenso ou desmotivado, o filtro bloqueará o *input*, impedindo a aquisição e, se o aprendiz estiver descontraído e motivado, o filtro favorecerá a aquisição.

A teoria de Krashen influenciou fortemente a abordagem comunicativa de ensino de L2, sobretudo na América do Norte. Entretanto, mais recentemente, teorias psicológicas, como o conexionismo, atribuem maior importância ao papel do ambiente, na aquisição da linguagem, ao argumentar que o que é inato é simplesmente a habilidade para aprender e não especificamente a estrutura lingüística.

Os conexionistas argumentam que os aprendizes constroem o seu conhecimento da língua alvo pela exposição a inúmeras instâncias de uso dessa língua, até efetivamente a aprenderem. Assim, enquanto os inatistas percebem o *input* lingüístico como um mero “gatilho” que ativa o conhecimento inato, os conexionistas o percebem como a principal fonte de conhecimento lingüístico. Depois de ouvir elementos lingüísticos repetidamente em situações específicas, os aprendizes desenvolvem conexões mentais e neurológicas entre esses elementos cada vez mais fortes. Por exemplo, a aprendizagem da estrutura Sujeito-Verbo-Objeto (SVO) ocorrerá não pelo fato de o aprendiz conhecer a regra, mas porque, ao ouvir esta ordem tantas vezes, a forma correta será ativada automaticamente.

Os falantes nativos de uma língua se expressam não apenas por meio de suas falas individuais, mas também pelo conhecimento estabelecido pela comunidade e pela sociedade as quais pertencem, e ao conjunto de metáforas que representam suas experiências. Isso faz com que as trocas comunicacionais entre falantes nativos de uma mesma língua sejam de uma certa forma previsíveis, diferentemente do que ocorre com falantes não-nativos, justamente pelo fato desses não compartilharem o mesmo conhecimento de mundo de uma comunidade nativa, ainda que dominem a sintaxe e o léxico de uma L2, encontrarão dificuldades para entender aspectos de uso pragmático, como metáforas e expressões formulaicas, por exemplo.

Neste trabalho, procuraremos verificar até que ponto o tempo de exposição à língua influenciou no aprendizado de alunos chineses em intercâmbio acadêmico no Brasil.

A seguir, apresentaremos um breve histórico das abordagens de ensino de L2 que tiveram como referente teórico as teorias de aquisição citadas acima.

## 4.2 HISTÓRICO DAS ABORDAGENS DE ENSINO DE L2

A preocupação central do ensino de L2, até o final do século XX, foi com relação aos métodos, no sentido de verificar qual seria o método mais eficiente de ensino, conforme

afirma Jack Richards (2002). Entretanto, estudos mais recentes apontam para a importância de haver uma abordagem que não se preocupe tanto com os métodos de ensino propriamente ditos, mas, sim, com uma proposta mais complexa e abrangente do ensino de línguas que abarque uma compreensão multifacetada do processo ensino-aprendizagem.

Brown (1997) sugere que o termo “método” seja substituído por “pedagogia”, pelo fato de que os métodos se caracterizam por serem altamente prescritivos e apresentarem o contexto antes mesmo de ele ser identificado, isto é, eles impõem visões de ensino, onde a função do professor como indivíduo é desrespeitada, ou seja, seu papel é simplesmente o de adotar um determinado método, moldando o seu estilo próprio de ensinar de acordo com as exigências de tal método, sem fazer nenhum diagnóstico *a priori*, como quais são as reais necessidades dos alunos, por exemplo. Além disso, os métodos implicam um conjunto de procedimentos estáticos, enquanto que um princípio sugere uma interação dinâmica entre professores, aprendizes e material didático com relação ao processo ensino-aprendizagem.

Concordamos com Brown (1997) quando ele afirma que uma pedagogia de ensino de L2 deve contemplar princípios e não métodos, justamente pelo fato de os últimos apresentarem essa supergeneralização em sua aplicação potencial para situações práticas. Entretanto, Brown (1997) destaca que uma abordagem pedagógica não se restringe apenas a um conjunto de princípios estáticos, como se poderia interpretar. Ela é, sim, uma composição dinâmica de energias entre o professor, que deve estar aberto às constantes mudanças resultantes de sua experiência.

Não há como pensar em um princípio pedagógico para o ensino de uma segunda língua desvinculado de teorias lingüísticas que tentam descrever e explicar como o significado implícito é apreendido. Por isso, sugerimos que os professores de L2 se familiarizem com teorias do significado implícito, como, por exemplo, a Teoria das Implicaturas de Grice (TIG), complementada pelo trabalho de Costa (1984, 2005), pelo fato de ambas serem teorias da comunicação lingüística, de interface cognitiva.

Portanto, adotar uma abordagem comunicativa é de fundamental importância para o ensino/aprendizagem de L2, mas até chegar ao que hoje se entende por abordagem comunicativa, várias teorias de ensino de L2 foram propostas, conforme apresentamos a seguir.

A preocupação com métodos de ensino surgiu por volta de 1880, com a publicação de *The Art of Teaching and Learning Foreign Languages*, de François Gouin, pelo método denominado *Series Method*. Logo após, no início do século XX, surgiram outros métodos, tais como o *Direct Method*, o *Audiolingual Method*, o *Community Language Learning*, *Silent Way*,

o *Total Physical Response*, o *Communicative Approach*, o *Lexical Approach* e o *Task-Based Approach*, para citar os principais.

A premissa básica do *Direct Method* é a de que os alunos aprendem a se comunicar na L2, em parte, por aprender a “pensar” em L2, e não por envolver a L1 no processo de aprendizagem da língua. Assim, um dos objetivos desse Método é ensinar os alunos a usarem a língua de forma espontânea e oral, associando o significado da L2 por meio do uso de gravuras e pantomima, indicando haver uma conexão “direta” entre os conceitos e a língua a ser aprendida. Esse Método representou uma virada muito importante na história do ensino de línguas estrangeiras, pois já tinha como objetivo o desenvolvimento da competência comunicativa nos aprendizes.

O método conhecido como *Community Language Learning* procura ensinar o aluno a usar a língua de forma comunicativa, além de estimulá-lo a ser mais responsável pela sua própria aprendizagem e a aprender sobre o seu aprendizado, isto é, ter consciência do que aprende e como aprende. O ambiente de aprendizagem entre o professor-conselheiro (*teacher-counselor*) e o aluno-cliente (*learner-client*) deve ser de apoio e confiança mútuos. O Método foi um dos primeiros a focar fatores afetivos no processo de aprendizagem, especialmente com aprendizes adultos. Foi o primeiro Método a combinar aprendizagem de línguas com a dinâmica e os princípios de aconselhamento.

O *Silent Way*, como o próprio nome já indica, é um método em que o professor fica em silêncio a maior parte do tempo, já que seu papel é de facilitador e estimulador, e não de transmissor de conhecimento. O aprendizado da língua é visto como uma atividade de resolução de problemas que pode ser realizada individualmente ou em grupos, onde o professor precisa ficar “fora” do processo tanto quanto possível. Foi o primeiro método que, efetivamente, concentrou-se nos princípios cognitivos encontrados na aprendizagem de línguas.

Para o método chamado de *Total Physical Response*, o processo de aprendizagem deve ser o mais agradável e o menos estressante possível. Uma maneira natural de realizar isso era recriar a forma natural pela qual as crianças aprendem a sua língua materna, oportunizando aos alunos um período de exposição à língua e estimulando-os a responderem utilizando as habilidades motoras do lado direito do cérebro, e não as do processamento da linguagem localizadas no lado esquerdo do cérebro. Uma das principais limitações desse Método é que nem tudo o que fazemos é possível de demonstrar fisicamente, nem sempre o nosso raciocínio é orientado para o que pode ser visto.

O *Audiolingual Method*, baseado no Behaviorismo, caracterizado pela repetição e memorização de estruturas e pronúncia consideradas como “ideais”, talvez tenha sido o que mais seguidores teve, pois foi o primeiro a enfatizar a importância da fala na aprendizagem de L2. Acreditava-se que, por meio da repetição sistemática de padrões lingüísticos, as pessoas teriam melhores condições de internalizar as regras e padrões lingüísticos, e conseqüentemente estariam habilitadas a se “comunicar”.

Independentemente do método escolhido, professores e lingüistas começaram a perceber que os alunos não estavam aprendendo a L2 de forma suficientemente realística, porque não sabiam usar a linguagem social apropriada para cada situação, nem gestos e expressões próprios para cada ocasião. Em suma, eles pareciam estar perdidos quando precisavam se comunicar na cultura da língua estudada.

Com o intuito de preencher essa lacuna comunicativa, surgiu uma abordagem que incluía a competência comunicativa, complementar à estrutural, cujo objetivo era, como o próprio nome diz, a comunicação e não a gramática, que Richards (1970) denominou Abordagem Comunicativa. De acordo com essa abordagem, o professor deve criar situações semelhantes às encontradas na vida real e, diferentemente do método audiolingual, que se baseava em repetições e *drills*, os alunos devem ser expostos a situações autênticas de uso da língua, em que a comunicação não-planejada tenha um papel importante.

O grande desafio que se impõe aos professores, agora, é oferecer oportunidades que promovam o desenvolvimento da competência pragmática no ensino de L2 em sala de aula. Aqui, citamos Kathleen Bardovi-Harlig, em *Pragmatics in Language Teaching* (2001, p.30): “Although improving input to learners is undoubtedly more easily said than done, providing authentic, representative language to learners is a basic responsibility of classroom instruction”.<sup>44</sup>

Os professores deveriam, então, propor situações que forçassem a necessidade de comunicação, por meio de diálogos semelhantes aos que ocorrem fora da sala de aula, proporcionando, dessa forma, integração social. A ênfase muda de direção, isto é, o foco deixa de ser na acurácia e na boa formação das sentenças (sintaxe) e passa para a compreensão do significado e adequação (semântica e pragmática).

Apesar de todos os méritos da Abordagem Comunicativa concordamos com Lamb<sup>45</sup> (2002) quando ela aponta para algumas limitações que essa abordagem apresenta: a primeira

---

<sup>44</sup> Tradução nossa: embora seja mais fácil falar do que agir, o aumento de *input* por meio de material autêntico, e de linguagem representativa é uma responsabilidade básica de instrução em sala de aula.

<sup>45</sup> Doutor em Letras pela Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

delas é que, embora defendam a necessidade de incluir os princípios da abordagem comunicativa no ensino de L2, na prática, professores e materiais didáticos ainda apresentam a linguagem dissociada de aspectos pragmáticos.

Outra limitação identificada diz respeito à noção de competência lingüística *versus performance*, pois o que a Abordagem Comunicativa desenvolve, na verdade, é desempenho lingüístico (*performance*), e não competência. Se o conhecimento de processos cognitivos e estratégias de comunicação (isto é, competência) devem ser desenvolvidos, então os livros didáticos e as atividades de sala de aula em geral deveriam incluir aspectos pragmáticos (uso + contexto) complementares à sintaxe, visto que o principal papel da Pragmática é mostrar que a interpretação do significado vai muito além da tradução literal dos enunciados. Finalmente, Lamb (2002) afirma que o termo Abordagem Comunicativa perdeu seu valor descritivo pelo fato de ter sido usado de forma superficial, já que a comunicação é composta de aspectos ligados à *performance* (dependentes da codificação e decodificação dos enunciados) e aspectos ligados à competência (relativos a processos cognitivos).

Mais recentemente (1993), surge o *Lexical Approach* que tem como foco a compreensão do que é o Léxico. A partir daí chega-se Itens Lexicais (*Lexical Items*). Isto porque, no *Lexical Approach*, o vocabulário de uma língua estrangeira não é visto como uma lista de palavras isoladas e, na maioria das vezes, desorganizadas, mas sim, como algo organizado e passível de ser incluído em categorias diferentes. Logo, quando o termo Léxico é usado por teóricos do *Lexical Approach*, a referência se faz não apenas a palavras isoladas, mas também a combinações de palavras que estão armazenadas no nosso Léxico Mental, ou seja, os *Lexical Items*.

Os principais Itens Lexicais são: palavras isoladas, expressões institucionalizadas, sentenças-esqueleto, estruturas textuais fixas e combinação de palavras (*Collocation*), conforme a seguir:

Palavras Isoladas – simples palavras que podem ser adquiridas no dia-a-dia e são as que mais recebem grande ênfase no ensino/aprendizado de idiomas. São exemplos desta categoria, palavras como *casa, livro, escola, lápis, caderno, etc.*

Expressões Institucionalizadas – são frases ou sentenças usadas como que instantaneamente e sem alterações pelos falantes nativos de uma língua. Expressões como “*acredito que sim*”, “*às ordens*”, “*de jeito nenhum*”, “*mas nem sonhando*”, “*sinto muito*” e “*pois não*” são excelentes exemplos de sentenças institucionalizadas em nossa língua portuguesa. Ao se adquirir expressões como estas em uma segunda língua o aprendiz se sentirá muito mais à vontade em determinadas situações.

Sentenças-Esqueleto – são estruturas que se mantêm relativamente fixas e que são alteradas apenas em uma parte ou outra. A sentença: “*não é tão (...) o quanto parece*” é um exemplo típico de sentença-esqueleto. Observe que na parte entre parênteses podemos completar com qualquer adjetivo. Desta forma, podemos completar a estrutura com termos como *difícil, tarde, velho, etc.* Se os aprendizes de língua estrangeira adquirem e fazem uso de estruturas como estas, provavelmente, eles terão uma desenvoltura muito maior com a língua.

Estruturas Textuais fixas – são estruturas lexicais fixas e que fazem parte da elaboração de textos, sejam eles formais ou informais. Vale lembrar que textos formais apresentam estruturas muito mais fixas do que textos informais. Na língua portuguesa podemos citar as estruturas “*venho por meio desta...*”, “*sem mais para o momento...*”, “*ao cumprimentá-lo, solicito que...*”, etc.

Combinações de palavras – (*Collocations*) refere-se às combinações de palavras freqüentemente usadas e conhecidas pelos falantes nativos de uma língua. Em português, temos como exemplos as seguintes combinações: *redondamente enganado, terreno baldio, óbvio ululante, etc.* Não dizemos, em português, algo como “*redondamente linda*”, “*edifício baldio*”, “*engano ululante*”. Combinações assim podem até ser possíveis para fins poéticos ou para causar risos em quem houve. As *Collocations* em uma língua são simplesmente infindáveis; porém, uma palavra tem um número limitado de combinações. Muitas vezes uma expressão do tipo *Collocation* não pode ser traduzida ao pé da letra de uma língua para outra. É o caso de “*chance remota*”, por exemplo, cujo equivalente em inglês é “*outside chance*”, e não *chance de fora*, como seria a tradução literal.

Como conseqüência da globalização, pessoas de diferentes culturas e línguas precisam comunicarem-se entre si, com maior rapidez e eficácia do que em épocas passadas. Neste contexto cultural, as pessoas precisam, cada vez mais, aprender línguas diferentes de sua língua materna. Nesse sentido, a busca por novos métodos de ensino de L2 que trouxessem resultados mais eficazes surge como uma conseqüência de nossa organização social atual.

Novas abordagens de ensino surgem, mas não de forma repentina, já que por um período de tempo elas sobrepõem-se com práticas correntes existentes, como é o caso do *Task-Based Approach*, que nasce a partir da abordagem comunicativa.

O *Task-Based Approach* é uma abordagem de ensino fortemente ligada à Pragmática que surge no final do século XX, cuja característica principal é o foco no significado, que é apresentado através de atividades ou tarefas (*tasks*) realizadas em sala de aula. Essas atividades procuram reproduzir os mesmos tipos de atividades práticas que realizamos na nossa vida fora do contexto de ensino-aprendizagem institucional, como, por exemplo,

preencher um formulário, comprar uma mercadoria, fazer uma ligação telefônica, pedir informações, etc.

Percebendo que as abordagens que antecedem a abordagem comunicativa e o *Task-Based Approach* não enfatizam os aspectos contextuais na aprendizagem de L2, consideramos oportuno apresentar a Pragmática como uma abordagem adequada ao ensino/aprendizagem de L2, pois, conforme Hymes, “the key to understanding language in context is to start not with language, but with context”.<sup>46</sup> Ou seja, a escolha lingüística está atrelada ao contexto ao qual elas serão usadas. E por contexto podemos entender o contexto social, cultural, geográfico, lingüístico, histórico, situacional, etc. O indivíduo demonstra possuir *competência* se sabe quando falar, quando não falar, e a quem falar, com quem, onde e de que maneira. Deve-se a Hymes (1978) igualmente, a ampliação do conceito de *competência* para incluir a idéia de “capacidade para usar”, unindo desta forma as noções de *competência* e *desempenho* que estavam bem distintas na dicotomia proposta por Chomsky em 1965. A partir de Hymes, e aparentemente inspirados por ele, vários autores enfrentaram a difícil tarefa de conceituar *competência comunicativa*.

Considerando que a linguagem pode ser analisada, descrita e ensinada como um sistema para expressar significados, e não como um sistema de regras a serem seguidas, concluímos, pois, que parece praticamente impossível pensar em um princípio pedagógico para o ensino de L2 sem pensar em teorias lingüísticas que tratem dos implícitos, que descrevam e expliquem como o significado implícito é apreendido.

#### 4.3 A PRAGMÁTICA COMO UMA ABORDAGEM DE APRENDIZAGEM DE L2

O interesse pelos estudos pragmáticos e o seu desenvolvimento devem-se muito a estudos realizados inicialmente por filósofos e filósofos da linguagem, conforme citamos no início deste estudo. Entretanto, percebe-se que ainda hoje não há uma delimitação clara do campo de investigação da Pragmática. Trata-se, sem dúvida, de um ramo da lingüística, mais precisamente da lingüística aplicada, que enfoca em primeiro lugar a linguagem como forma de comunicação humana, sendo relevantes aqui os chamados *jogos de linguagem* de

---

<sup>46</sup> A chave para a compreensão da língua em contexto é começar não com a língua, mas com o contexto.

Wittgenstein, como em um jogo em que as regras não estão explícitas, mas o jogador as vai aprendendo a medida que o jogo avança.

No estudo de línguas, a abordagem pragmática tem se revelado um instrumento de grande valia, não só para professores como também para aprendizes, seja no estudo da aquisição de língua materna seja na aprendizagem de L2.

Neste trabalho, tratamos do ‘*ensino/aprendizagem*’ do português como L2 para falantes do mandarim, em intercâmbio acadêmico no Brasil, no qual a abordagem pragmática é fundamental, pelo fato de estarem em situação de imersão lingüística, o que favorece a interação comunicativa em ambiente autêntico (fora do uso instrumental utilizado em sala de aula, por exemplo).

Voltamos a destacar que o processo inferencial é automático quando se trata de língua materna, ao passo que em L2, especialmente no caso de aprendizes adultos, ele precisa ser desenvolvido pelo fato de que compreender uma segunda língua pragmaticamente é diferente de compreendê-la semanticamente, visto que aspectos sociais, culturais e contextuais estão envolvidos. Para compreendê-los, os aprendizes precisam que o professor os auxilie, de forma interativa, fornecendo maior *input* de linguagem implícita e os auxiliando a desenvolver estratégias de interpretação. Para isso, o professor deve estar ciente de que o processo ensino/aprendizagem de L2 vai além do ensino da codificação e decodificação. A tarefa dos professores é auxiliar os aprendizes a se conscientizarem das conseqüências das escolhas pragmáticas, mas a escolha de uma ou de outra forma é responsabilidade dos próprios alunos.

Kasper e Rose (2002), afirmam que as salas de aula oferecem basicamente dois tipos de oportunidade para o aprendizado da pragmática de L2: os alunos podem aprender como resultado de uma ação pedagógica dirigida para o desenvolvimento pragmático ou a partir de exposição ao *input* e produção de *output* pelo uso da língua-alvo, mesmo quando o objetivo não for o aprendizado do uso pragmático da língua. Em outras palavras, os alunos tanto podem aprender pela instrução direcionada para o uso pragmático da língua ou por exposição não focada no aspecto pragmático. Isso parece comprovar o Princípio Pragmático Universal.

O Princípio Pragmático Universal, apresentado por Kasper e Rose em *Pragmatic Development in a Second language* (2002, p. 163-167), oferece-nos informações esclarecedoras. Os teóricos postulam que o mito de que o ensino da gramática deve vir antes do ensino da pragmática lingüística ainda persiste, tanto nos conteúdos curriculares quanto nos próprios materiais de ensino de L2, mesmo quando o principal objetivo é a “comunicação”. Esse mito desconsidera o fato de que aprendizes adultos, diferentemente das crianças, já são pragmaticamente competentes em pelo menos uma língua, a materna. Portanto, crianças e

adultos deparam-se com duas situações diferentes: enquanto as crianças precisam desenvolver primeiramente as representações analíticas pragmático-lingüísticas e o conhecimento sociopragmático, os adultos precisam adquirir controle de processamento sobre as representações que já têm.

Independentemente de suas especificidades étnico-lingüísticas, adultos de qualquer comunidade lingüística trazem consigo (a) um conhecimento pragmático universal bastante rico e (b) habilidades para o aprendizado da pragmática de outra língua (Blum-Kulka, 1991). Embora esse conhecimento pragmático universal seja conceitualizado de formas diferentes, dependendo da teoria pragmática, ele está de acordo com princípios mais gerais da pragmática e com as teorias que incluem aspectos específicos do conhecimento pragmático, tais como o conhecimento implícito e a habilidade de usar, por exemplo, princípios de tomada de turno, atos de fala, implicaturas conversacionais, estratégias de polidez, expressões formulaicas e diferenciar os distintos registros de fala (formal/informal), dentre outros.

Em *Pragmatics in Language Teaching* (2001), Kathleen Bardovi-Harlig apresenta um estudo da evidência empírica que mostra que falantes nativos e não-nativos de uma determinada língua-alvo parecem ter sistemas pragmáticos diferentes. A partir daí, apresenta uma discussão sobre os fatores que influenciam o desenvolvimento dos sistemas pragmáticos de L2, para finalmente investigar se as diferenças nos sistemas pragmáticos aceitam um tratamento instrucional, isto é, se é possível ensinar pragmática em L2. A partir de seus estudos, Bardovi-Harlig concluiu que mesmo os aprendizes com proficiência gramatical em nível avançado não apresentam, necessariamente, a mesma competência pragmática, ou seja, ter competência gramatical não significa ter competência pragmática. Entretanto, a falta de competência gramatical pode prejudicar a competência pragmática.

Para a teórica acima citada, os falantes não-nativos não apresentam uniformidade pragmática em seu desempenho, sejam eles desempenhos positivos ou negativos, e há, ainda, maior probabilidade de terem menos sucesso como grupo, do que os falantes nativos, quando realizam a mesma tarefa, na qual informações contextuais são apresentadas/dadas, como, por exemplo, em conversas autênticas.

As diferenças pragmáticas entre falantes nativos e não-nativos apresentadas por Bardovi-Harlig são relativas ao *input*, influência do tipo de instrução, proficiência, tempo de exposição à língua e transferência. Vejamos do que trata cada um desses fatores.

O *input* pragmático relevante apresenta uma importância significativa para o estudo de uma pragmática pedagógica, tanto em situações de sala de aula quanto nos livros-texto adotados. A teórica considera que o registro da fala do professor (*teacher talk*) não oferece

condições de representar um modelo pragmático genuíno para os aprendizes, pela própria hierarquia institucional existente entre professores e alunos, por exemplo. Sendo assim, então, os diálogos apresentados nos livros-texto deveriam servir de modelo para os alunos, entretanto eles via de regra também não apresentam suficiente *input* pragmático relevante. Embora existam alguns livros que buscam apresentar informação relevante para os aprendizes, Bardovi-Harlig (1996) destaca a importância de reconhecer que, em geral, os livros-texto não são a melhor fonte de *input* pragmático.<sup>47</sup>

Além do *input*, o tipo de instrução apresentada tanto pelo professor quanto pelos livros adotados influencia na aprendizagem pragmática de L2. O que se percebe frequentemente na instrução é uma ênfase na gramática ou em fórmulas semânticas, fazendo com que aspectos pragmáticos sejam negligenciados.<sup>48</sup> Uma evidência de que a instrução é orientada para a acurácia gramatical é o fato de que o sucesso da aprendizagem é ainda medido por testes que avaliam mais questões gramaticais do que pragmáticas. À medida que as avaliações incluírem questões pragmáticas, essa situação poderá mudar.

Até que ponto o nível de proficiência de L2 exerce influência sobre a competência e o desempenho pragmáticos ainda não foi amplamente pesquisado, mas Bardovi-Harlig (1996), citando Kasper e Schmidt (1996), destaca que os teóricos acreditam que a proficiência possa ter pouco efeito com relação às estratégias usadas pelos aprendizes.

Estudos realizados pelas teóricas indicaram que a proficiência pouco influi nas estratégias escolhidas pelos falantes não-nativos: tanto aprendizes intermediários quanto avançados usam o mesmo leque de estratégias empregadas por falantes nativos.

Consideramos importante, neste momento, definir e delimitar o termo ‘proficiência’, apesar de reconhecermos que não é tarefa fácil, devido à abrangência de seus propósitos e significados.

Hadley (1993, p. 2) afirma que “ser proficiente implica que alguém sabe uma língua”, e, ao mesmo tempo em que faz essa afirmação, acrescenta que há graus de conhecimento. Isto é, conhecer uma língua para “sobreviver” no país em que ela é falada, como faz o turista, é bem diferente de conhecer uma língua para desenvolver trabalhos acadêmicos ou para manter relações profissionais. Por isso, a autora considera o conceito de proficiência muito vago e abrangente.

---

<sup>47</sup> Para maiores detalhes sobre a pedagogia da pragmática, consultar Bardovi-Harlig (1992,1996).

<sup>48</sup> Informação mais aprofundada sobre a ênfase instrucional, consultar Cohen (1997).

Scaramucci (2000, p. 12), na tentativa de diminuir a vaguidade do termo, diz que “proficiência pode ser vista como o resultado da aprendizagem, uma meta, definida em termos de objetivos e padrões”, e continua, postulando que

[...] embora pareça consensual que proficiência signifique domínio, conhecimento [...], não podemos dizer que haja acordo na definição desses termos [...] as divergências maiores não residem na interpretação do termo ‘proficiência’, mas nas concepções do que é saber uma língua, que o termo representa.

O tempo de exposição à língua, para Bardovi-Harlig, é mais um fator que influencia no desempenho pragmático de L2. Mesmo vivendo por períodos curtos de tempo no país onde a língua-alvo é falada, o desempenho dos aprendizes torna-se mais próximo do desempenho dos falantes nativos, principalmente em funções conversacionais mais salientes, como em saudações, por exemplo.

A transferência pragmática, definida por Kasper (1997b, p.119), como o uso do conhecimento pragmático de L1 para compreender e realizar um ato de fala em L2, pode apresentar resultados positivos ou negativos.<sup>49</sup> Os fatores mais amplamente investigados que influenciam na realização dos atos de fala são a L1 e a cultura. A transferência positiva resulta em trocas comunicacionais de sucesso; enquanto que a transferência negativa, fruto da suposição de que a L1 e a L2 são semelhantes, quando, de fato, elas não o são, pode resultar em um uso artificial da língua (aquilo que normalmente identifica o falante não-nativo). Ressaltamos que, apesar de reconhecermos a importância dos fatores culturais no processo de aprendizagem de L2, não desenvolveremos esse tema, por fugir do escopo do nosso trabalho.<sup>50</sup>

Kasper e Rose (2001, p.6) destacam que aprendizes adultos recebem uma quantidade considerável de conhecimento pragmático “gratuitamente” (*for free*), visto que, pelo fato de o conhecimento pragmático ter características universais, certas estratégias e o conhecimento da L1 podem ser transferidos para a L2 com sucesso.

Pesquisas e teorias atuais sugerem haver várias características universais tanto no discurso como na pragmática. Por exemplo, a organização conversacional por meio da tomada de turno e a seqüência das contribuições é uma propriedade universal do discurso interativo, mesmo que questões culturais e contextuais variem. Princípios básicos para a eficácia e a

<sup>49</sup> No original: “use of L1 pragmatic knowledge to understand or carry out linguistic action in L2 may have positive and negative outcomes” Kasper (1997b, p.119).

<sup>50</sup> Para maiores detalhes sobre cultura e pragmática, consultar: WIERZBICKA, Ana. Cross-cultural pragmatics: the semantics of human interaction. Berlin, New York: Mouton de Gruyter. 2003.

adequação social do ato comunicativo, tais como o Princípio Cooperativo de Grice (1975) e o Princípio da Polidez, de Brown e Levinson (1987), regulam o ato comunicativo e a interação nas diferentes comunidades lingüísticas, mesmo quando aquilo que for considerado cooperativo e polido seja diferente de cultura para cultura.

Para as teóricas acima citadas, infelizmente, os aprendizes não tiram proveito desse conhecimento pragmático que já possuem, pois eles não costumam transferi-lo para novas situações, pois os aprendizes de uma L2, como consequência do tipo de abordagens de ensino utilizadas, freqüentemente tendem a fazer uma interpretação literal dos enunciados, em vez de inferir o que foi dito, além de não usarem as informações contextuais como recurso que contribui para uma melhor compreensão.

Se é verdade que os aprendizes não usam o conhecimento pragmático que já trazem consigo, então a intervenção do professor é indispensável, não com o objetivo de lhes fornecer mais informações, mas fazer com que eles percebam que já sabem muito e, assim, incentivá-los a usar o seu conhecimento pragmático universal em contextos de L2.

Neste capítulo apresentamos os posicionamentos de alguns teóricos com relação à aquisição de L2. Vimos que a teoria da Gramática Universal de Chomsky (1959), apesar de focar na aquisição da L1, influenciou teorias de aquisição de L2, principalmente a teoria do Modelo Monitor, de Stephen Krashen (1982), porque, para ele, a aquisição de uma segunda língua passa pelo mesmo processo de aquisição da língua materna, que é um processo inconsciente, enquanto que no aprendizado o processo é consciente. A hipótese do monitor estabelece que o aprendizado consciente possui um papel limitado no desempenho de L2 porque o monitor nem sempre é usado, ou, ainda, se usado, poderá ser de forma inadequada.

Destacamos, também, a hipótese do *input*, de Krashen (1982), principalmente por enfatizar a sua importância no processo de aprendizagem de L2. Assim como Krashen (1982), Richards (1970) Kasper e Rose (2002) e Bardovi-Harlig (1996) também reconhecem que o *input* e o tempo de exposição à L2 são fatores decisivos no seu aprendizado, principalmente quando se tem em mente a língua em uso. Outro fator considerado de relevância para Kasper e Rose (2001) é o caráter universal dos aspectos pragmáticos de uma língua, seja ela a língua materna ou uma segunda língua, dentre os quais destacam o Princípio Cooperativo de Grice, que funciona como um alicerce pragmático por excelência.

Citamos algumas abordagens de ensino de L2 mais utilizadas no século XX, e enfatizamos a importância do Método Audiolingual, baseado na repetição de estruturas-modelo, pelo fato de ter sido o primeiro a dar ênfase à oralidade lingüística, ainda que de uma forma muito presa à estrutura gramatical. Após algumas décadas, como uma tentativa de

incluir aspectos comunicacionais ao ensino de L2, surge a Abordagem Comunicativa, direcionando a ênfase do ensino para a comunicação. Entretanto, essa abordagem está ainda muito ligada a aspectos estruturais e semânticos, dando pouca atenção ao aspecto pragmático, principalmente às inferências pragmáticas tão freqüentes na linguagem natural.

Por meio desse embasamento teórico, pretendemos contribuir com a formação dos professores de L2, no sentido de auxiliá-los a se conscientizarem da importância de uma abordagem pragmática no processo de aprendizagem da segunda língua, indicando que as incluam em seus projetos de ensino de L2. Isso significa dizer que o papel dos professores de segunda língua, é, na verdade, duplo, isto é, eles devem, além de ensinar a L2, também interagir com o aluno, como faz um usuário da língua, e não apenas falar sobre a língua, pela metalinguagem. Como grande parte do material pedagógico de ensino de L2 parece se basear fortemente no modelo de código e não em um modelo de interface Semântica/Pragmática, o professor que estiver ciente da importância de explorar essa interface estará, com certeza, apto a fazer a ponte entre o material didático utilizado e a sua prática pedagógica.

O próximo capítulo propõe um estudo empírico que visa avaliar o alcance das Teorias apresentadas, a saber, Teoria das Implicaturas de Grice (1975), Teoria da Relevância de Sperber e Wilson (1986,1995), Levinson (2000) e Costa (1984,2005) para explicar de que forma o significado não-literal é inferido como, por exemplo, em casos de ambigüidade, de ironia, de hipérbole, de metáfora e de tautologia, exemplificado aqui por meio de diálogos extraídos do cotidiano.

Além disso, pretendemos verificar se há graus de dificuldade na compreensão dos Implícitos gerados pelas Implicaturas Convencionais e aqueles gerados pelas Implicaturas Conversacionais (Generalizadas e Particularizadas). Finalmente, compararemos o desempenho de falantes adultos nativos do português com falantes adultos proficientes não-nativos do português, referente às inferências pragmáticas do tipo Implicatura, em diálogos extraídos do cotidiano.

## **5. UMA ABORDAGEM EMPÍRICA DO PORTUGUÊS COMO L2: CORROBORANDO O PAPEL DA PRAGMÁTICA**

Este capítulo propõe-se a apresentar um estudo empírico e comparativo do grau de compreensão implícita do português como L2 e do português como língua materna. Para tanto, elaboramos um teste composto por 21 diálogos extraídos de situações do cotidiano que incluem Implicaturas Convencionais e Implicaturas Conversacionais (Generalizadas e Particularizadas). Responderam ao questionário falantes nativos do português, alunos do curso de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e falantes do mandarim, em intercâmbio acadêmico na mesma Universidade.

### **5.1 OBJETIVOS**

A partir da revisão da literatura, estabelecemos um objetivo teórico e dois empíricos, a saber:

Objetivo teórico: avaliar o alcance das teorias apresentadas, a saber, Teoria das Implicaturas de Grice (1975), Teoria da Relevância de Sperber e Wilson (1986,1995), Levinson (2000) e Costa (1984,2005) para explicar de que forma o significado não-literal é inferido como, por exemplo, em casos de ambigüidade, de ironia, de hipérbole, de metáfora e de tautologia, exemplificado aqui por meio de diálogos do cotidiano.

Objetivo empírico 1: verificar se há graus de dificuldade na compreensão do Implícito gerado pelas Implicaturas Convencionais e aquele gerado pelas Implicaturas Conversacionais (Generalizadas e Particularizadas).

Objetivo empírico 2: comparar o desempenho de falantes adultos nativos do português com falantes adultos proficientes não-nativos do português, referentes às inferências pragmáticas do tipo Implicatura, em diálogos extraídos do cotidiano.

### **5.2 HIPÓTESES**

As hipóteses que seguem foram formuladas com base nos objetivos apresentados.

Hipótese 1 - As Inferências derivadas das *Implicaturas Convencionais* são mais fáceis de serem realizadas pelo fato de dependerem do significado convencional ou literal das palavras. Por exemplo, ao dizer “João é gaúcho, *mas* não toma chimarrão” ou “João é gaúcho, *mas* não é machista”, inferimos, a partir do uso convencional da palavra “*mas*”, que, por ser gaúcho, esperar-se-ia que tivesse o hábito de tomar chimarrão e que fosse machista.

Hipótese 1.1 – Existem diferenças significativas entre nativos e não-nativos no que se refere à compreensão das inferências derivadas das *Implicaturas Convencionais*.

Hipótese 2 - As Inferências derivadas das *Implicaturas Conversacionais Generalizadas* apresentam um grau médio de dificuldade, pelo fato de não dependerem de contextos muito específicos, embora não estejam presas ao léxico. Por exemplo, a partir do enunciado “Maria foi a uma festa ontem”, infere-se que a festa não era de sua avó, pois, se assim o fosse, o enunciado seria dito de forma diferente, como, por exemplo, “Maria foi à festa de *sua* avó”.

Hipótese 2.1. – Existem diferenças significativas entre nativos e não-nativos no que se refere à compreensão das inferências derivadas das *Implicaturas Conversacionais Generalizadas*.

Hipótese 3 - As Inferências derivadas das *Implicaturas Conversacionais Particularizadas* apresentam um grau de dificuldade mais complexo, pois, além de dependerem de contextos muito particularizados, não estão presas ao léxico. Exemplo oferecido por Sperber e Wilson (1985): (a) “Aceitas um café” ? (b) “Café me manteria acordada”. Ao responder “Café me manteria acordada”, (b) tanto poderá estar aceitando ou negando a taça de café; e, para saber se a resposta é positiva ou não, precisamos ter um conhecimento específico do contexto, isto é, saber se (b) precisaria ficar acordado, pois ainda teria um trabalho a terminar ou se (b) precisaria dormir porque deveria acordar cedo no outro dia, por exemplo.

Hipótese 3.1. – Existem diferenças significativas entre nativos e não-nativos no que se refere à compreensão das inferências derivadas das *Implicaturas Conversacionais Particularizadas*.

As hipóteses 1, 2 e 3 serão corroboradas se o resultado do questionário confirmar que existem graus de complexidade na interpretação do implícito (sendo que o maior número de acertos equivale ao grupo de questões de menor complexidade) e que existem diferenças significativas entre falantes nativos e não-nativos do português.

### 5.3 SUJEITOS

Participaram do estudo 36 alunos da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com idade entre 18 e 22 anos. Dentre os participantes da pesquisa, encontram-se 18 alunos brasileiros do quinto semestre do curso de Letras da mesma instituição e 18 alunos chineses em intercâmbio acadêmico na Universidade, durante um ano (de agosto de 2005 a agosto de 2006) e que já haviam residido em Macau, China, por dois anos. Portanto, já possuíam conhecimento da língua portuguesa antes de virem ao Brasil. Destaca-se que os 18 alunos chineses realizaram o Exame CELPE-BRAS<sup>51</sup> nos dias 26 e 27 de abril de 2006, sendo que 6 (seis) alunos obtiveram o nível intermediário, 6 (seis), o nível intermediário superior e 2 (dois), o nível avançado; quatro alunos não foram classificados. Esse resultado indica que 14 dos 18 alunos chineses já demonstraram domínio da língua portuguesa, tanto em termos lexicais quanto gramaticais e pragmáticos.

### 5.4 DESCRIÇÃO DO INSTRUMENTO

Para fins ilustrativos da Teoria das Implicaturas de Grice (1975), foi elaborado um questionário (ANEXO A), contendo 21 questões, criado para uso específico desta pesquisa. No questionário, apresentam-se diálogos que reproduzem situações do cotidiano, com diferentes graus de dificuldade, conforme referimos em nossas hipóteses. Da primeira à sétima questão, há exemplos de Implicaturas Convencionais (nível básico), que são aquelas

---

<sup>51</sup> Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros, desenvolvido e outorgado pelo Ministério de Educação (MEC), aplicado no Brasil e em outros países com o apoio do Ministério das Relações Exteriores (MRE). O exame de proficiência CELPE-BRAS não é elaborado com o objetivo de avaliar o que um candidato aprendeu em um determinado curso, mas o que esse candidato consegue ou não fazer na língua-alvo quando se submete ao exame, independentemente de onde, quando ou como essa língua foi adquirida/aprendida. Essa aprendizagem pode ter ocorrido durante toda sua vida, pela convivência com falantes dessa língua, ou durante um determinado período em uma situação formal de ensino. In : *Manual do Exame CELPE-BRAS*.

convencionalmente presas a itens lexicais específicos, como, por exemplo, o “mas”, “até”, “entretanto”, “ainda”, “já”, etc. Da oitava à décima quarta, situam-se as Implicaturas Conversacionais Generalizadas (nível intermediário), aquelas que não estão necessariamente presas ao léxico nem ao contexto específico. E da décima quinta à vigésima primeira, encontram-se as Implicaturas Conversacionais Particularizadas (nível avançado), que exigem do interlocutor/leitor um cálculo processual inferencial mais complexo, pois dependem de contextos muito particularizados.

## 5.5 PROCEDIMENTOS

Para a realização do estudo empírico, 18 estudantes brasileiros e 18 estudantes chineses foram informados dos objetivos da pesquisa e convidados a participar da mesma pelos respectivos professores de cada turma e aceitaram o convite. O questionário foi aplicado eletronicamente, por intermédio de um projeto – *Electronic Research* desenvolvido no Centro de Inovação da *Microsoft*, localizado no Parque Tecnológico (TECNO PUC), da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), em Porto Alegre-RS. O instrumento foi aplicado no Laboratório de Línguas da Faculdade de Letras, tanto com os falantes nativos do português quanto com os chineses falantes do mandarim, em momentos distintos. Todos preencheram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO B) e logo após começaram a responder ao questionário eletronicamente, com o suporte técnico de um funcionário de laboratório, sempre que necessário.

O projeto, *Electronic Research*, na época de sua elaboração, foi coordenado pela professora Lúcia Giraffa, então coordenadora do Centro de Inovação Microsoft, e desenvolvido e executado pelos seus alunos bolsistas da Faculdade de Informática da PUCRS. O referido projeto desenvolveu-se em três fases, sendo que obtivemos acesso somente à última, pelo fato de as demais serem meramente técnicas. O objetivo da terceira fase foi criar e anexar um módulo que fosse capaz de elaborar um novo tipo de pesquisa, que estendesse as funções normais de um formulário e que cronometrasse <sup>52</sup> o tempo de resposta de cada usuário.

---

<sup>52</sup> Por questões técnicas, não foi possível cronometrar o tempo de todos os sujeitos, razão pela qual, essa variável não foi levada em consideração.

## 5.6 PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DOS DADOS

Em um primeiro momento, procedemos a uma análise qualitativa, que está fundamentada em interpretação argumentada e baseia-se nos resultados e os avalia de acordo com as expectativas da teoria.

Em seguida, fizemos uma avaliação quantitativa, estatística, que tem um papel complementar, corroborando, ou falseando, a abordagem qualitativa.

A análise qualitativa, descritiva, assim como a discussão dos resultados foram feitas com base na Teoria das Implicaturas de Grice - TIG (1975), refinada por Costa (1984, 2005), apresentada nos segundo e terceiro capítulos deste trabalho. Tentaremos demonstrar a consistência da proposta de Grice para descrever e explicar as Implicaturas derivadas de fragmentos da linguagem natural, representada aqui pelos diálogos do cotidiano, que serão utilizados apenas como um exemplo de aplicação da TIG, pois não temos a pretensão de fazer um estudo exaustivo de todas as possibilidades de sua aplicação. Complementaremos a descrição e a explicação à luz de Grice, com cálculo lógico-pragmático proposto por Costa (1984) aplicado às Implicaturas Particularizadas, questões de 15 a 21. Complementarmente, também faremos alguns comentários levando em conta a Teoria da Relevância de Sperber e Wilson (1986, 1995) e a proposta de Levinson (2000) para as Implicaturas Generalizadas.

Consideramos que o percentual de acertos igual ou maior do que 70% indica que a Implicatura apresenta um nível de compreensão fácil. O percentual entre 69 e 50% indica que apresenta um nível de compreensão intermediário (médio) e menor do que 50%, o grau de compreensão é mais complexo.

Posteriormente, com o intuito de verificar se há diferenças estatísticas significativas entre brasileiros e chineses no que se refere à compreensão do implícito, foi utilizado o Teste Qui-Quadrado (ANEXO C), que é uma medida estatística usada para comparar grupos.

## 5.7 APRESENTAÇÃO DAS QUESTÕES E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS À LUZ DE GRICE, SPERBER E WILSON, LEVINSON E COSTA

Para tornar a leitura operacionalmente mais acessível, optamos por incluir as questões do questionário aqui, com a discussão dos resultados. O questionário aparece na íntegra no ANEXO A.

Lembramos que o questionário está dividido em três níveis de dificuldade. Também incluímos o contexto em que cada um ocorre, devido ao seu papel central na produção das Implicaturas, sobretudo nas Particularizadas. Logo após, apresentamos a descrição e a análise dos resultados.

Diálogo 1: (Implicatura Convencional)

Contexto: alunos conversando sobre a festa de aniversário de Matheus.

- (A) E a festa do Matheus, estava boa?  
 (B) Bárbara! Até o Pedro foi.

Ao responder “até o Pedro foi”, (B) quis dizer que:

- a) Havia muita gente na festa.  
 b) Pedro sempre vai às festas do Matheus.  
 c) Pedro raramente vai às festas.

Dos 18 alunos chineses, 14 marcaram a letra “c” que é a mais provável, dois marcaram a letra “a” e apenas um marcou a letra “b”. Um não respondeu. O percentual de acertos<sup>53</sup> foi de 77,77% e o de erros foi de 22,22%.

Todos os alunos brasileiros marcaram a letra “c”, perfazendo um percentual de 100% de acertos, corroborando a hipótese 1.

Conforme Grice (1975), as Implicaturas *Convencionais* são: (i) presas à força convencional do significado das palavras; (ii) reconhecidas pelo interlocutor mediante a sua intuição lingüística, não dependendo de um trabalho de cálculo dedutivo. Ao dizer “Até Pedro foi”, (B) implica *convencionalmente* que a presença de Pedro na festa seria a menos esperada.

Esse alto percentual de acertos demonstra que a maior parte dos alunos chineses entendeu a Implicatura gerada pelo significado convencional da palavra “até”, corroborando a hipótese 1.

Diálogo 2: (Implicatura Convencional)

Contexto: duas amigas falando sobre o novo namorado de (B).

- (A) Me fala sobre o teu namorado.  
 (B) Ah, ele é gaúcho, mas não sabe dançar a Chula.

---

<sup>53</sup> Neste questionário, as palavras “acertos” e “erros” devem ser entendidos como “resposta provável” e “resposta improvável”, respectivamente.

Ao dizer “ele é gaúcho, mas não sabe dançar a Chula”, tu entendes que:

- a) Por ser gaúcho, deveria saber dançar a Chula.
- b) É uma pena que ele não saiba dançar Chula.
- c) A música típica do Rio Grande do Sul é a Chula.

Dos 18 alunos chineses, 14 marcaram a letra “a” que é a mais provável, dois marcaram a letra “b” dois marcaram a letra “c”. O percentual de acertos foi de 77,77% e o de erros foi de 22,22%.

Dos 18 alunos brasileiros, 14 marcaram a letra “a”, que é a mais provável e quatro erraram, marcando a letra “c”. O percentual de acertos foi de 77,77% e o de erros de 22,22%.

Esse alto percentual de acertos demonstra que a maioria dos alunos, tanto chineses quanto brasileiros, entendeu a Implicatura gerada pelo significado convencional da palavra “mas”, corroborando a hipótese 1, de que as Implicaturas Convencionais são mais fáceis de compreender.

### Diálogo 3: (Implicatura Convencional)

Contexto: duas amigas falando sobre o avô de (B)

(A) É verdade que o teu avô sabe usar o computador?

(B) Inclusive participa de um *Blog*!

Ao responder “Inclusive participa de um *Blog*”, (B) quis dizer que:

- a) Hoje em dia, quase todas as pessoas sabem usar o computador.
- b) O avô sabe muito mais do que apenas usar o computador.
- c) Quem sabe usar o computador, também sabe usar a internet.

Dos 18 alunos chineses, quatorze 14 marcaram a letra “b”, que é a mais provável, três marcaram a letra “a”, e nenhum marcou a letra “c”. Um aluno não respondeu. O percentual de acertos foi de 77,77% e o de erros, de 22,22%.

Todos os alunos brasileiros marcaram a resposta “b”, perfazendo assim um percentual de 100% de acertos.

Esse alto percentual de acertos demonstra que a maior parte dos alunos, tanto chineses quanto brasileiros, entendeu a Implicatura gerada pelo significado da palavra

“inclusive”, corroborando a hipótese 1, de que as Implicaturas Convencionais são mais fáceis de serem capturadas, pois estão mais próximas da decodificação do que da inferenciação.

Diálogo 4: (Implicatura Convencional)

Contexto: crianças se arrumando para ir à escola.

- (A) Vocês ainda não estão prontos?
- (B) Só mais um pouquinho, mãe!

Ao perguntar “Vocês ainda não estão prontos”, a mãe quis:

- a) Apenas saber se ela já poderia tirar o carro da garagem.
- b) Dizer que os seus filhos estavam demorando muito para se aprontar.
- c) Dizer para os seus filhos que estavam atrasados.

Dos 18 alunos chineses, 11 marcaram a letra “c” que é a mais provável, cinco marcaram a letra “b”, um marcou a letra “a” e um não respondeu. O percentual de acertos foi de 61,11% e o de erros foi de 38,88%. Esse percentual demonstra que uma boa parte dos chineses entendeu a Implicatura Convencional gerada pelo significado convencional da expressão “ainda não”, embora não tenham alcançado o percentual de 70%, considerado, pedagogicamente, um percentual satisfatório de compreensão.

Dos 18 alunos brasileiros, 16 marcaram a letra “c” e dois marcaram a letra “b”. O percentual de acertos foi de 88,88 e o de erros de 11,11%.

Diálogo 5: (Implicatura Convencional)

Contexto: repórter entrevistando o diretor de uma escola que proibiu que os funcionários tomassem chimarrão nas dependências da escola.

- (A) Repórter – Você gosta de chimarrão?
- (B) Diretor – Não, mas uso bota e espora. Sou maluco pela minha terra.

Ao responder, “não, mas uso bota e espora”, o diretor quis dizer que:

- a) Não usa sapato comum.
- b) Não é apenas o chimarrão que identifica um gaúcho.
- c) Só usa bota se tiver espora.

Dos 18 alunos chineses, 10 marcaram a letra “b” que é a mais provável, cinco marcaram a letra “a”, dois assinalaram a letra “c”, e um não respondeu. O percentual de acertos foi de 55,55% e o de erros, de 44,44%. Esse percentual demonstra que quase a metade dos chineses não entendeu a Implicatura Convencional gerada pelo significado da expressão “mas”, *não* corroborando a hipótese 1, de que as Implicaturas Convencionais são mais fáceis de serem capturadas.

Todos os alunos brasileiros marcaram a letra “b”, resposta mais provável, perfazendo, assim, 100% de acertos, corroborando a hipótese de que as Implicaturas Convencionais são mais fáceis de serem capturadas.

A Implicatura aqui é gerada pelo uso convencional do “mas”, assim como na questão 2. Entretanto, o resultado se mostrou diferente: na questão 2 houve um percentual de acertos de 77,77%, por parte dos chineses, enquanto que aqui o percentual foi de 55,55%.

Uma provável interpretação para esse resultado pode ser associada à falta de conhecimento do léxico, visto que a palavra “espora” não é tão usual quanto a palavra “chimarrão”, principalmente no contexto urbano. E o fato de não terem entendido todas as palavras do enunciado pode ter interferido na sua compreensão total. A suposição de que a inferência falhou pela falta de conhecimento do léxico prova haver uma forte relação entre a Semântica e a Pragmática para o processo de inferenciação, isto é, os alunos não conseguiram decodificar o enunciado e isso pode ter bloqueado a compreensão.

#### Diálogo 6: (Implicatura Convencional)

Contexto: duas colegas de trabalho comentam sobre a nova funcionária.

(A) E que tal a nova secretária?

(B) Dizem que é muito eficiente, só que não sabe usar o Excel.

Ao responder, “só que não sabe usar o Excel”, (B) quis dizer que:

- a) Toda secretária deveria dominar os principais programas de computação.
- b) A nova funcionária deveria aprender a usar o Excel.
- c) A nova secretária não é tão boa assim como dizem.

Dos 18 alunos chineses, apenas um marcou a letra “c”, que é a mais provável, 12 marcaram a letra “b”, quatro assinalaram a letra “a”, e um não respondeu. O percentual de acertos foi de 5,55% e o de erros foi de 94,44%. Esse alto percentual de erros demonstra que quase 100% dos chineses não entendeu a Implicatura Convencional gerada pelo significado da

expressão “só que não...”, *não* corroborando a hipótese 1, de que as Implicaturas Convencionais são mais fáceis de serem capturadas.

Dos 18 alunos brasileiros, nove marcaram a letra “c, que é a mais provável”. Cinco marcaram a letra “b” e quatro marcaram a letra “a”. O percentual de acertos foi de 50% e o de erros também.

Embora o percentual de acertos dos brasileiros tenha sido muito maior do que o dos chineses, ainda assim, foi um percentual baixo, considerando que a expressão “só que”, representa um caso de Implicatura Convencional, teoricamente mais fácil de ser compreendida.

Poder-se-ia explicar esse resultado se levarmos em conta o que Grice (1975) diz sobre a propriedade da indeterminação das Implicaturas, que diz haver um leque aberto de interpretações para cada enunciado, dependendo do contexto e das intenções do falante. Parece ser esse o caso aqui, visto que a letra “b” poderia ser plausível também. Entretanto, se formos capazes de relacionar o sentido irônico de “Dizem que”, no início do enunciado, com seu final “não é tão boa assim”, podemos inferir que a letra “c” é a mais provável, principalmente em sua forma oral, influenciada pela entoação usada.

Diálogo7: (Implicatura Convencional)

Contexto: duas amigas comentam sobre Iolanda, viúva recentemente.

(A) Como vai a Iolanda?

(B) Agora, que perdeu o marido, está bem magrinha! Até frequenta a academia!

Ao responder “agora, que ela perdeu o marido, está bem magrinha! Até frequenta a academia”, (B) quis dizer que:

- a) Iolanda está mais vaidosa do que antes.
- b) O sofrimento emagrece.
- c) Iolanda era gorda porque o seu marido fazia comida muito gostosa.

Dos 18 alunos chineses, 14 marcaram a letra “a” que é a mais provável, quatro marcaram a letra “b”. O percentual de acertos foi de 77,77% e o de erros, de 22,22%. Esse alto percentual de acertos demonstra que a maior parte dos chineses entendeu a Implicatura Convencional gerada pelo significado da expressão “agora” e “até”, corroborando a hipótese 1, de que as Implicaturas Convencionais são mais fáceis de serem capturadas.

Dos 18 alunos brasileiros, todos marcaram a letra “a”, que é a mais provável, perfazendo um percentual de 100%, o que corrobora a hipótese de que as Implicaturas Convencionais são mais fáceis de serem capturadas.

Diálogo 8: (Implicatura Conversacional Generalizada)

Contexto: duas amigas se encontram na faculdade.

(A) Te liguei ontem e tu não atendeste.

(B) Fui a um casamento.

Ao dizer “Fui a um casamento”, podemos entender que o casamento:

- a) Não poderia ter sido da irmã de (B).
- b) Poderia ter sido da irmã de (B).
- c) Poderia ter sido da filha de (B).

A Implicatura gerada pelo enunciado (B), de que o casamento não era da irmã de (B), é produzida pelo uso do artigo indefinido “um”. Essa Implicatura não é o resultado de um contexto particular, ele, sim, deriva do uso do artigo indefinido “um”. De acordo com Gazdar (1979) e reforçado por Levinson (2000), o referente do nome que é modificado pelo artigo indefinido “um” *não* está intimamente associado a qualquer pessoa que possa ser contextualmente identificada. Entretanto, enquanto essa Implicatura for gerada pelo artigo indefinido, não é, em hipótese alguma, parte do significado convencional desse artigo. Por exemplo, a mesma Implicatura não é gerada pelo artigo indefinido “uma” no enunciado “Bill tem mulher”. Aqui, na verdade, presume-se que a referida “mulher” seja ou a namorada de Bill ou a sua esposa.

Além de ser uma Implicatura Generalizada por não depender de contexto específico, conforme sugere Levinson (1983, p. 120-121), a interpretação de indeterminação do artigo indefinido é uma característica universal das línguas.<sup>54</sup>

---

<sup>54</sup> No original: “A further important feature of generalized conversational implicatures is that we would expect them to be universal. Universality follows from the theory: if the maxims are derivable from considerations of rational co-operation, we should expect them to be universal in application, at least in co-operative kinds of interaction. This feature has not been put to extensive use but may turn out to be one of the clearest indications of the presence of conversational implicature”. Levinson (1983, p. 120-121).

Nesta questão, dos 18 alunos chineses, 12 marcaram a resposta “a”, que é a mais provável. Cinco assinalaram a letra “b” e um (1) não respondeu. Verifica-se que o percentual de acertos foi de 66,66% e o de erros foi de 33,33%.

Dos 18 alunos brasileiros, 14 marcaram a letra “a”, que é a mais provável. Dois marcaram a letra “b” e dois assinalaram a letra “c”. O percentual de acertos foi de 77,77% e o de erros 22,22%.

Apesar de os brasileiros terem tido um percentual ligeiramente maior do que o dos chineses, o resultado revela que a maioria dos sujeitos entendeu o uso pragmático do artigo indefinido “um”, corroborando a idéia de universalidade do uso do artigo indefinido.

Diálogo 9: (Implicatura Conversacional Generalizada)

Contexto: dois amigos comentando sobre o aprendizado da língua inglesa.

- (A) Aprender inglês é fácil?
- (B) Tão fácil quanto abrir um coco.

Ao dizer “tão fácil quanto abrir um coco”, (B) quis dizer que:

- a) Aprender inglês é difícil.
- b) Aprender inglês é fácil.
- c) Aprender inglês não é muito difícil.

Ao responder “tão fácil quanto abrir um coco”, (B) quebra a Máxima da Qualidade (diga a verdade em suas trocas comunicativas), pelo uso de uma metáfora irônica, afirmando o contrário do que pensa, para gerar a Implicatura de que aprender inglês é difícil.

Nesta questão, dos 18 alunos chineses, 10 marcaram a resposta “a”, que é a resposta mais provável. Quatro marcaram a letra “b”, três marcaram a letra “c”; um não respondeu. Verifica-se que o percentual de acertos foi de 55,55% e o de erros, de 44,44%. O alto percentual de erros revela que muitos alunos tiveram dificuldade de inferir que tanto aprender inglês como abrir um coco são atividades difíceis, talvez pelo fato de essa metáfora não fazer parte do conhecimento de mundo deles, apesar de Levinson (1983, p. 127-128) sugerir que ironias requerem *background knowledge* particularizado, enquanto que tautologias e metáforas são relativamente independentes de contexto. Para Sperber e Wilson (1995, p.15), um contexto é um *construto psicológico*, um subconjunto das suposições do ouvinte sobre o mundo. São

essas suposições, mais do que o “estado real das coisas”,<sup>55</sup> que afetam a interpretação de um enunciado. Assim, *crenças e experiências pessoais*, por exemplo, desempenham um papel importante na interpretação de um ato de fala.

Aqui identificamos um dos problemas enfrentados na aprendizagem de L2, porque, como já dissemos, os aprendizes trazem com eles crenças e experiências diferentes daquelas do contexto da língua alvo. Esse resultado corrobora a idéia de que a noção da Teoria da Relevância em relação à competência pragmática de falantes não-nativos de uma língua é limitada. Aqui, o ouvinte/leitor não conseguiu selecionar aquilo que era mais relevante, devido ao alto custo operacional.

Dos 18 alunos brasileiros, 13 marcaram a letra “a”, que é a mais provável, um marcou a letra “b” e quatro marcaram a letra “c”. O percentual de acertos foi de 72,22 e o de erros de 27,77%.

O percentual de acertos dos brasileiros (72,22%) foi bem maior do que o dos chineses (55,55%). A diferença indica que a grande maioria dos falantes nativos do português do Brasil entendeu a metáfora utilizada, justamente por terem o conhecimento de que abrir um coco requer utensílio apropriado, além de habilidade e experiência.

#### Diálogo 10: (Implicatura Conversacional Generalizada)

Contexto: dois amigos comentando sobre os empregados da empresa.

(A) O que você falou para o seu funcionário?

(B) O de sempre. Mas parece que eles nunca aprendem. Funcionário é funcionário.

A resposta de (B) quis dizer que:

- a) Ele tem dificuldade de explicar bem as coisas.
- b) Os funcionários dele têm problemas de aprendizagem.
- c) Não adianta insistir, pois todo funcionário age dessa forma.

Ao dizer “funcionário é funcionário”, (B) quebra, voluntariamente, a Máxima da Quantidade, através de uma tautologia, respondendo de forma redundante e, por isso, aparentemente pouco informativa, para implicar que, estereotipicamente, todo funcionário tem um comportamento característico: o de seguir fazendo sempre as mesmas coisas.

Nesta questão, 18 alunos chineses, 10 marcaram a resposta “c”, que é a resposta mais provável. Sete marcaram a letra “b”, e um não respondeu. Verifica-se que o percentual de

---

<sup>55</sup> “The real state of the world”.

acertos foi de 55,55% e o de erros, de 44,44%. O alto percentual de erros revela que muitos respondentes tiveram dificuldade de entender a redundância da resposta tautológica, corroborando a hipótese de que as Implicaturas Conversacionais Generalizadas apresentam um nível intermediário de dificuldade.

Dos 18 alunos brasileiros, todos marcaram a letra “c”, que é a mais provável, perfazendo 100% de acertos.

Diálogo 11: (Implicatura Conversacional Generalizada)

Contexto: conversa telefônica.

(A) Alô, Maria está?

(B) Quem gostaria?

Ao perguntar “quem gostaria”, (B) quis dizer que:

- a) Maria gostaria de falar com ela.
- b) Maria não estava em casa.
- c) Precisava saber o nome da pessoa que estava ligando.

Aparentemente, a resposta “Quem gostaria”? parece quebrar a Máxima de Relação porque aparenta não responder à pergunta, “Maria está”? Entretanto, é uma resposta freqüentemente usada no contexto de uma conversa telefônica, que deve ser entendida da seguinte forma: “você poderia me dizer o seu nome para que eu possa informar a (A) quem gostaria de falar com ela”?

Nesta questão, dos 18 alunos chineses, 16 marcaram a resposta “c”, que é a resposta mais provável. Apenas um marcou a letra “b”, e um não respondeu. Verifica-se que o percentual de acertos foi de 88,88% e o de erros de apenas 11,11%. O alto percentual de acertos revela que a grande maioria dos chineses fez uma inferência pragmática adequada, isto é, entendeu que ao proferir “quem gostaria?”, a pessoa deseja que o interlocutor diga o nome da pessoa que está ligando.

Dos 18 alunos brasileiros, todos marcaram a letra “c”, que é a mais provável, perfazendo 100% de acertos.

Diálogo 12: (Implicatura Conversacional Generalizada)

Contexto: dois amigos conversam sobre a cor da casa de (B).

(A) Qual é a cor da tua casa, mesmo?

(B) Azul.

Ao responder “azul” (B) quis dizer que:

- a) Sua casa é toda azul.
- b) Sua casa é predominantemente azul.
- c) Sua casa não é verde.

É um caso de inferência *default* (padrão), conforme Levinson (1983). Na verdade, não há nada explicitamente dito para que o interlocutor infira que “a casa é totalmente azul”, resposta (a). Dos 18 alunos chineses, apenas um marcou a resposta “a”, que é a mais provável. Como houve um percentual de 94,44% de erros, podemos chegar a duas possíveis conclusões. A primeira é a de que o exemplo realmente não foi bom, pois, com base no nosso conhecimento de mundo, sabemos que dificilmente uma casa será toda azul: há o telhado, portas e janelas geralmente de outras cores. Esse conhecimento de mundo refletiu-se nas respostas-16 alunos chineses marcaram a letra “b”, que não era a resposta esperada por interpretação *default*, representando uma porcentagem de apenas 5,55%. A segunda conclusão é a de que a inferência *default*, ou preferida, para certos casos, realmente é frágil, corroborando o princípio da indeterminabilidade das Implicaturas, que diz que pode haver um leque aberto de possíveis interpretações.

Dos 18 alunos brasileiros, quatro marcaram a letra “a”, que é a mais provável, segundo Levinson, conforme já explicamos. Oito alunos marcaram a letra “b” e seis, a letra “c”. O percentual de erros, de 77,77%, foi consideravelmente maior do que o de acertos, 22,22%.

Embora apresentando um percentual de acertos maior do que o dos chineses, os brasileiros também não apresentaram facilidade nem homogeneidade na escolha da interpretação *default*.

#### Diálogo 13: (Implicatura Conversacional Generalizada)

Contexto: duas amigas se encontram. Uma delas faz um elogio sobre a roupa da outra.

- (A) Que bonita a tua blusa!
- (B) Às ordens.

Ao dizer “às ordens”, (B) quis:

- a) Simplesmente agradecer.
- b) Oferecer sua blusa para (A) vestir.
- c) Emprestar a sua blusa.

Nesta questão, dos 18 alunos chineses, 16 marcaram a resposta “a”, que é a resposta mais provável. Apenas um marcou a letra “b”, e um não respondeu. Verifica-se que o percentual de acertos foi de 88,88% e o de erros de apenas 11,11%.

O alto percentual de acertos revela que a grande maioria dos chineses entende, empiricamente, que na expressão “às ordens”, o conteúdo pragmático e o semântico não coincidem. Em outras palavras, dizer “às ordens”, no sentido pragmático, *não* significa, necessariamente, que a pessoa esteja disponibilizando os seus pertences para o outro usar, embora esse seja o seu significado literal. Os chineses foram capazes de inferir o seu uso pragmático adequadamente.

É possível, também, que os chineses, achando as opções (b) e (c) muito improváveis, para a cultura deles, tenham suposto que só poderia ser a opção (a), que seria uma forma de agradecimento, mesmo desconhecida para eles.

Dos 18 alunos brasileiros, nove marcaram a letra “a”, três assinalaram letra “b” e seis a letra “c”. O percentual de acertos foi de 50% e o de erros 50% também.

O alto percentual de erros por parte dos brasileiros é surpreendente, principalmente se comparado ao dos chineses. Uma possível explicação para isso é que a expressão “às ordens”, além de ser altamente vaga, talvez não faça parte da linguagem da maioria dos jovens brasileiros de hoje em dia. Como os chineses aprenderam português primeiramente em Macau, talvez eles tenham conhecido esta expressão naquele contexto. É provável que esta expressão também tenha aparecido em algum material didático de português como L2 ao qual foram expostos.

#### Diálogo 14 (Implicatura Conversacional Generalizada)

Contexto: coordenadora pedagógica perguntando à secretária sobre os alunos que haviam assistido à palestra.

(A) Coordenadora - Ana estava presente na palestra?

(B) Secretária - Bem, ela estava presente, mas eu não sei se ela estava presente mesmo.

A secretária quis dizer que:

- a) Ana estava presente.

- b) Não tinha certeza. Havia uma assinatura ao lado do nome de Ana, mas ela não podia garantir se realmente era a assinatura de Ana.
- c) Ana estava ausente.

A resposta de (B) é aparentemente contraditória, porque ela afirma e nega a mesma coisa. Entretanto, como em condições normais de comunicação, especialmente nas de trabalho, as pessoas não são e nem devem ser contraditórias, (A) infere que a contradição deva ser bloqueada nesse contexto, buscando uma outra interpretação mais plausível: o que constava na folha de chamada, na verdade, era a assinatura de Ana, mas mesmo assim (B) ficou em dúvida, visto que sabia que Ana estava com hepatite e, portanto, impedida de freqüentar as aulas. Pelo acréscimo da oração “mas eu não sei se ela estava presente mesmo”, (B) cancela as opções das letras “a” e “c”, já que, conforme apresentado anteriormente, uma das propriedades das Implicaturas, segundo Grice, é a cancelabilidade. A Implicatura é compreendida, na medida em que seu conceito fornece uma explicação para o fato de que o falante transmite algo para o ouvinte além do que contém o sentido convencional das palavras do seu enunciado.

Nesta questão, verifica-se que todos os alunos chineses (18) marcaram a letra “b”, que é a mais provável. O percentual de acertos de 100% é uma evidência de que os chineses foram capazes de compreender a aparente contradição da resposta. Uma teoria puramente semântica, certamente, não conseguiria explicar como que algo é dito e imediatamente negado. É um caso nítido de interface Semântica/Pragmática, isto é, a Pragmática surge para dar conta daquilo que semanticamente seria impossível.

Dos 18 alunos brasileiros, 14 marcaram a letra “b”, que é a mais provável. Três marcaram a letra “a” e um, a letra “c”. O percentual de acertos foi de 77,77% e o de erros, de 22,22%.

Embora tendo atingido um percentual de acertos de 77,77%, os brasileiros não demonstraram ter inferido tão bem quantos os chineses a Implicatura gerada pela aparente falta de lógica do enunciado b.

#### Diálogo 15: (Implicatura Conversacional Particularizada)

Contexto: duas amigas conversam sobre a festa de João.

(A) Por que tu não foste à festa de João?

(B) Eu sempre aprendi que as pessoas vão a festas quando são convidadas.

Ao responder “Eu sempre aprendi que as pessoas vão a festas quando são convidadas”, entendemos que (B):

- a) Não conhecia muito bem o dono da festa.
- b) Não recebeu nenhum convite.
- c) É uma pessoa educada.

Nessa questão, dos 18 alunos chineses, 17 marcaram a resposta “b”, que é a resposta mais provável. Apenas um marcou a letra “a”. Verifica-se que o percentual de acertos foi de 94,44% e o de erros de apenas 5,55%. O alto percentual de acertos revela que a grande maioria dos chineses fez uma inferência pragmática adequada, apesar da aparente quebra da Máxima de Modo, pois demonstraram ter entendido que ao proferir “Eu sempre aprendi que as pessoas vão a festas quando são convidadas”, na verdade a pessoa quis dizer, de uma maneira irônica, que não havia sido convidada para a festa.

Dos dezoito (18) alunos brasileiros, 16 marcaram a letra “b”, que é a mais provável. Dois alunos marcaram a letra “c”. O percentual de acertos foi de 88,88% e o de erros, 11,11%.

Poderíamos, inclusive, explicar a Implicatura gerada, por meio do cálculo lógico-pragmático, proposto por Costa (1984), conforme se vê a seguir:

- (A) e (B) – interlocutores
- (C) – Contexto
- (E) – Enunciado (o dito)
- (Q) – Implicatura por quebra da Máxima de Modo,
- (Q1) “Não fui à festa porque não fui convidado”.

(B) disse (E) (“Eu sempre aprendi que as pessoas vão a festas quando são convidadas”)

- (B) não deu todas as informações requeridas.
- (B) ainda assim, está cooperando.
- (B) supõe que (A) saiba (C: C1, C2, C3, C4, ...)
- (C1) João estava dando uma festa.
- (C2) Uma festa envolve convites e convidados.
- (C3) As pessoas vão a festas quando são convidados.
- (C4) Quem não é convidado não deve ir à festa.

(B) só será o mais relevante possível pretender que (A) pense (Q1).

(B) disse (E) e implicou (Q1).

Diálogo 16: (Implicatura Conversacional Particularizada)

Contexto: duas pessoas comentando sobre o jogador de futebol, Ronaldo.

(A) O que tu achas do Ronaldo?

(B) É fera!

Ao responder “é fera”, (B) quis dizer que Ronaldo:

- a) Fica furioso facilmente.
- b) Joga muito bem.
- c) Tem um comportamento irracional.

Esse é um exemplo de ambigüidade, que comprova que a Semântica precisa ser complementada pela Pragmática.

Aqui, observa-se uma das propriedades das Implicaturas, a indeterminabilidade, pois o léxico, “fera”, por ser ambíguo, apresenta mais de uma interpretação possível, conforme explicamos a seguir.

Ao dizer que o jogador “é fera”, (B) quebra a Máxima da Qualidade, pois ele sabe que Ronaldo não é uma pessoa agressiva. Através do uso de uma metáfora, gera, neste contexto específico, a Implicatura positiva de que Ronaldo é um excelente jogador de futebol. Entretanto, em outro contexto, poder-se-ia inferir que Ronaldo realmente pudesse ser uma pessoa de comportamento agressivo e irracional.

Nesta questão, dos 18 chineses, 12 marcaram a letra “b”, que é a mais provável, quatro marcaram a “c” e dois marcaram a letra “a”. O percentual de acertos foi de 66,66% e o de erros, de 33,33%. Verifica-se que os chineses apresentaram certa dificuldade de capturar essa Implicatura, justamente por exigir um maior conhecimento do contexto, já que saber o significado literal da palavra “fera”, aqui, não é o suficiente.

Todos alunos brasileiros marcaram a letra “b”, perfazendo um percentual de 100%.

Poderíamos, inclusive, explicar a Implicatura gerada, por meio do cálculo lógico-pragmático, proposto por Costa (1984), conforme a seguir:

(A) e (B) – interlocutores

(C) – Contexto

(E) – Enunciado (o dito)

(Q)– Implicatura por quebra da Máxima da Qualidade, por afirmar algo que não é literalmente verdadeiro.

(Q1) “Ser fera” é ser forte e esforçado como um animal.

(B) disse (E) (“é fera”)

(B) não deu todas as informações requeridas.

(B), ainda assim, está cooperando.

(B) supõe que (A) saiba (C: C1, C2, C3, C4, ...)

(C1) Ronaldo é um jogador de futebol.

(C2) Um jogador de futebol não é um animal irracional.

(C3) Fera é sinônimo de animal irracional.

(C4) Ser fera é ter espírito de luta e de vencedor.

(B) Só será o mais relevante possível pretender que (A) pense (Q1).

(B) Disse (E) e implicou (Q1)

Diálogo17: (Implicatura Conversacional Particularizada)

Contexto: duas amigas falando sobre o bebê da rainha Victoria.

(A) Como é o bebê da rainha Victoria?

(B) É um príncipe!

Ao responder “é um príncipe”, (B) quis dizer que o bebê de Victoria:

a) É uma criança muito linda.

b) Só poderia ser um príncipe, pois é filho de uma rainha.

c) Nasceu em uma família nobre.

A expressão “é um príncipe” é uma metáfora comum na língua portuguesa que contém o significado figurado de alguém “ser belo, encantador”. Neste caso, novamente observamos a interface Semântica/Pragmática, já que o significado literal (semântico) precisou ser complementado pelo extraliteral (pragmático).

Há uma quebra da Máxima da Quantidade, pois (B) respondendo de forma redundante e, por isso, aparentemente pouco informativa, implica que deseja comunicar algo

diferente do tautológico, que é o óbvio: filho de uma rainha só poderia ser um príncipe e, conseqüentemente, pertencente à nobreza.

A Implicatura de “beleza”, para a criança, vem do fato de que o enunciado “é um príncipe” seria trivial (lógico) sem a inferência. Portanto a obviedade de (b) e (c) faz com que o interlocutor procure outro significado para (B), já que, de acordo com o princípio tácito da comunicação, “ninguém fala para não dizer nada”, isto é, se é filho de rainha, só pode ser príncipe. Portanto, as respostas (b) e (c) devem ser refutadas.

Dos 18 alunos chineses, verifica-se que 10 chineses marcaram a resposta “a”, que é a mais provável, sete marcaram a resposta “b” e um assinalou a resposta “c”, perfazendo um percentual de 55,55% de acertos e 44,44% de erros.

O resultado mostra que uma grande parte dos chineses não entendeu a metáfora de que ser um príncipe significa ter uma beleza incomum. Ficaram presos à semântica, isto é, ao significado literal de “príncipe”, que é ser filho de rei/rainha e pertencer à nobreza.

Dos 18 alunos brasileiros, 16 marcaram a letra “a”, que é a mais provável, dois (2) marcaram a letra “b”. O percentual de acertos foi de 88,88% e o de erros 11,11%.

Poderíamos, ainda, explicar esta inferência pelo cálculo lógico-pragmático, proposto por Costa (1984), conforme a seguir:

(A) e (B) – interlocutores

(C) – Contexto

(E) – Enunciado (o dito)

(Q)– Implicatura por quebra da Máxima da Quantidade, por falta de informação e de Modo, por falta de clareza.

(Q1) Beleza é um atributo de príncipe.

(B) disse (E) (“é um príncipe”);

(B) não deu todas as informações requeridas;

(B) ainda assim, está cooperando;

(B) supõe que (A) saiba (C: C1, C2, C3, ...);

C 1.filho de rainha é literalmente um príncipe;

C2. príncipe pertence à realeza;

C3. ser um príncipe é sinônimo de ser belo;

(B) só será o mais relevante possível pretender que (A) pense (Q1);

(B) disse (E) e implicou (Q1).

Diálogo 18: (Implicatura Conversacional Particularizada)

Contexto: (A) e (B) comentam sobre um sorteio.

(A) Como é que tu foste ganhar aquele sorteio?

(B) Sorte é sorte!

Ao responder “sorte é sorte”(B) quis dizer que:

- a) É uma pessoa de sorte.
- b) Isso não é surpresa para ele.
- c) Não há explicação para isso.

Conforme vimos, Grice afirma que ao nos comunicarmos temos um compromisso tácito com a informatividade, isto quer dizer que “ninguém fala para não dizer nada”.

Ao dizer “sorte é sorte”, (B) quebra, voluntariamente, a Máxima da Quantidade, através de uma tautologia, respondendo de forma redundante e por isso, aparentemente, pouco informativa, para implicar que não adianta querer entender de forma racional como certas coisas acontecem, no caso, ter ganho o sorteio.

Nesta questão, dos 18 alunos chineses, 14 marcaram a resposta “c”, que é a mais provável. Três 3 marcaram a letra “b”, e um marcou a “a”. Verifica-se que o percentual de acertos foi de 77,77% e o de erros alcançou 22,22 %.

Tal resultado mostra que grande parte dos chineses entendeu a redundância da tautologia, entretanto, não demonstrou o mesmo nível de compreensão na questão 10, que também é um exemplo de tautologia. A possível explicação para essa diferença talvez seja pelo fato de “sorte é sorte” ser mais universal do que “funcionário é funcionário”, pois esse último exemplo envolve fatores culturais, como, por exemplo, as diferenças de comportamento e postura entre funcionários do Ocidente e do Oriente.

Dos 18 alunos brasileiros, 13 marcaram “c”, que é a mais provável, e cinco (5) assinalaram a letra “a”. O percentual de acertos foi de 72,22% e o de erros, de 27,77%.

Para descrever e explicar esta interpretação de maneira mais sistemática, poderíamos, mais uma vez, aplicar o cálculo lógico-pragmático, proposto por Costa (1984), conforme a seguir:

(A) e (B) – interlocutores

(C) – Contexto

(E) – Enunciado (o dito)

(Q)– Implicatura por quebra da Máxima da Quantidade, por falta de informação.

(Q1) Não há explicação lógica para a sorte.

(B) disse (E) (“sorte é sorte”)

(B) não deu todas as informações requeridas.

(B), ainda assim, está cooperando.

(B) supõe que (A) saiba (C: C1, C2, C3, ...)

(C1) ganhar na loteria é muito difícil;

(C2) não é fácil explicar o quase impossível;

(C3) a sorte não segue uma lógica; etc...

(B) só será o mais relevante possível pretender que (A) pense (Q1).

(B) disse (E) e implicou (Q1)

#### Diálogo 19: (Implicatura Conversacional Particularizada)

Contexto: duas pessoas falando sobre preferências de sobremesa.

(A) Tu gostas de chocolate?

(B) Os pássaros têm asas?

Ao perguntar “os pássaros têm asas?”, (B) quis dizer que:

- a) É óbvio que ele gosta de chocolate.
- b) Não entendeu bem a pergunta de (A) e mudou de assunto.
- c) Não tem certeza se os pássaros possuem asas.

No exemplo, (B) quebra, ostensivamente, a Máxima de Relação, mudando o tópico. Faz isso porque deseja que (A) entenda que sua resposta está comunicando um significado adicional ao dito, gerando a Implicatura “gostar de chocolate é tão óbvio quanto os pássaros possuírem asas”.

(B) Responde com uma pergunta aparentemente irrelevante para o contexto, cuja resposta não é apenas positiva, é *obviamente* positiva. Se isso é verdade, (A) deverá ter condições de inferir que a relevância dessa “resposta-pergunta” é que a resposta verdadeira para a sua pergunta é obviamente positiva. Portanto, a resposta de (B) implica não apenas “sim”, mas também, “você já deveria saber a resposta”.

Aqui, todos os 18 alunos chineses marcaram a resposta “a”, que é a mais provável, perfazendo um percentual de 100% de acertos, prova de que capturaram plenamente a Implicatura produzida pela quebra da Máxima da Relação.

Dos 18 alunos brasileiros, 17 marcaram a letra “a”, que é a mais provável e um marcou a letra “b”. Nenhum marcou “c”. O percentual de acertos foi de 94,44% e o de erros, de 5,55%.

O cálculo lógico-pragmático, proposto por Costa (1984), demonstra de forma sistemática como esta inferência é realizada:

- (A) e (B) – interlocutores
- (C) – Contexto
- (E) – Enunciado (o dito)
- (Q) – Implicatura por quebra da Máxima da Relação, por mudança de tópico.

(B) disse (E) (“Os pássaros têm asas”?) e foi aparentemente inadequado, pois não há aparente relação entre o que foi perguntado e o respondido.

- (B) não respondeu à pergunta de (A).
- (B), ainda assim, está cooperando.
- (B) supõe que (A) saiba (C: C1, C2, C3, ...)
- (C1) chocolate é a sobremesa favorita de quase todas as pessoas;
- (C2) (B) sempre come chocolate de sobremesa;
- (C3) gostar de chocolate é muito comum.
- (Q1) Gostar de chocolate é tão óbvio quanto os pássaros terem asas.

(B) só será o mais relevante possível pretender que (A) pense (Q1).

(B) disse (E) e implicou (Q1)

#### Diálogo 20: (Implicatura Conversacional Particularizada)

Contexto: A esposa chega em casa com uma estufa na mão. O marido pergunta sobre o preço da estufa, na frente da empregada.

- (A) Quanto tu pagaste por esta estufa?
- (B) Como está quente hoje!

Ao responder “como está quente hoje”, (B) deseja que (A) entenda que:

- a) Não é necessário ligar a estufa porque ainda não está frio o suficiente.

- b) Não é conveniente falar de dinheiro agora.
- c) A estufa custou caro.

Se a intenção dos interlocutores é se comunicar, como se explica que mesmo mudando de tópico a comunicação ainda pode ser eficaz? Como já referimos, as pessoas observam algumas regras naturais da linguagem humana que constituem o que Grice denomina Princípio Cooperativo.

Ao dizer “como está quente hoje”, (B) quebra, propositadamente, a Máxima da Relação, mudando de tópico, para implicar que aquele não era o momento adequado de falar em dinheiro, provavelmente por estar na presença de sua funcionária doméstica, por exemplo.

Nesse diálogo, dos 18 chineses, quatro alunos marcaram “b”, que é a resposta mais provável, 10 marcaram “c” e quatro marcaram a letra “a”. O percentual de acertos foi de 22,22% e o de erros, 77,77%.

Esse resultado indica que os chineses não foram capazes de inferir adequadamente a Implicatura por quebra da Máxima da Relação, provavelmente por não estarem acostumados a esse tipo de comunicação, que apresenta aspectos culturais muito fortes, corroborando a tese de que crenças e experiências pessoais, por exemplo, desempenham um papel importante na interpretação de um ato de fala.

Dos 18 alunos brasileiros, nove alunos marcaram a letra “b”, que é a mais provável, oito marcaram “c” e um, a letra “a”. O percentual de acertos e de erros foi o mesmo: 50%.

Podemos também demonstrar esse raciocínio por meio do cálculo lógico-pragmático, proposto por Costa (1984), conforme a seguir:

- (A) e (B) – interlocutores
- (C) – Contexto
- (E) – Enunciado (o dito)
- (Q) – Implicatura por quebra da Máxima da Relação, por aparente falta de relevância.
- (Q1) – Não é adequado falar de preço na frente dos empregados.

(B) disse (E) (“como está quente hoje”) e foi aparentemente inadequado, pois não há relação entre a pergunta e a resposta.

- (B) não respondeu a pergunta conforme requerido.
- (B), ainda assim, está cooperando.
- (B) sabe que (A) sabe (C: C1, C2, C3, C4, ...)
- (C1) falar sobre o preço de uma compra é um assunto privado;

- (C2) não se deve falar de dinheiro na frente de terceiros;
- (C3) mudar de assunto é uma forma de não responder o que foi perguntado;
- (C4) é inadequado revelar o preço da estufa naquele momento; etc....
- (B) só será o mais relevante possível pretender que (A) pense (Q1).
- (B) disse (E) e implicou (Q1)

Diálogo 21: (Implicatura Conversacional Particularizada)

Contexto: a filha de 18 anos pergunta para a sua mãe:

- (A) Posso sair hoje à noite?
- (B) N-A-O til.

A mãe, (B), respondeu N-A-O til, por que:

- a) Quis fazer uma brincadeira com a filha.
- b) Quis deixar claro para a filha que não adiantaria insistir.
- c) É uma forma de negar.

Ao soletrar a palavra “não”, (B) quis, ostensivamente, implicar que a sua resposta não era apenas negativa, mas que era “definitivamente” negativa, isto é, uma proibição que deveria ser obedecida pela filha e que não adiantaria nada insistir. É como se fosse um “não e ponto-final”. Para entender esse tipo de Implicatura, é necessária uma familiaridade fonológica da expressão, por isso mais difícil de ser inferida em um questionário escrito.

Dos dezoito chineses, sete marcaram a letra “b”, que é a mais provável, nove marcaram a “c” e dois marcaram a letra “a”. O percentual de acertos foi de apenas 38,88% e o de erros foi de 61,11%. Esse alto índice de erros indica que os chineses desconhecem o sentido pragmático que os falantes nativos do português atribuem ao soletrar a palavra “não”, que é dar maior ênfase à negação.

Dos 18 alunos brasileiros, 17 marcaram a letra “b”, que é a mais provável e um marcou a letra “c”. O percentual de acertos foi de 94,44 e o de erros, de 5,55%. Esse alto percentual de acertos mostra que os brasileiros estão bastante familiarizados com o uso pragmático da soletração do “não”, isto é, n-a-o til.

Abaixo, a título de esclarecimento e para facilitar a compreensão, apresentamos a tabela 1 com as porcentagens de acertos e erros

Chineses		Brasileiros	
Acertos	Erros	Acertos	Erros
1. 77,77%	22,22%	100%	0%
2. 77,77%	22,22%	77,77%	22,22%
3. 77,77%	22,22%	100%	0%
4. 61,11%	38,88%	88,88%	11,11%
5. 55,55%	44,44%	100%	0%
6. 5,55%	94,44%	50%	50%
7. 77,77%	22,22%	100%	0%
8. 66,66%	33,33%	77,77%	22,22%
9. 55,55%	44,44%	72,22%	27,77%
10. 55,55%	44,44%	100%	0%
11. 88,88%	11,11%	77,77%	22,22%
12. 5,55%	94,44%	22,22%	77,77%
13. 88,88%	11,11%	50%	50%
14. 100%	0%	77,77%	22,22%
15. 94,44%	5,55%	88,88%	11,11%
16. 66,66%	33,33%	100%	0%
17. 55,55%	44,44%	88,88%	11,11%
18. 77,77%	22,22%	72,22%	27,77%
19. 100%	0%	94,44%	5,55%
20. 22,77%	77,77%	50%	50%
21. 38,88%	61,11%	94,44%	5,55%

Tabela 1 - Porcentagens de acertos e erros de chineses e brasileiros

### 5.7.1 Análise descritiva da tabela

#### Chineses

Questões de 1 a 7, Implicaturas Convencionais: quatro questões tiveram mais do que 70% de acertos, e duas tiveram mais do que 50% de acertos, corroborando, parcialmente, a hipótese de que este tipo de Implicatura é mais fácil de ser compreendida. Uma questão teve menos do que 50% de acertos.

Questões de 8 a 14, Implicaturas Conversacionais Generalizadas: seis questões tiveram mais do que 50% de acertos, sendo que, dessas seis, três tiveram mais do que 70%. Uma questão teve menos do que 50% de acertos, indicando que este tipo de Implicatura apresenta um grau fácil de compreensão e não intermediário, conforme nossa hipótese.

Questões de 15 a 21, Implicaturas Conversacionais Particularizadas: cinco questões apresentaram mais do que 50% de acertos e apenas duas apresentaram menos do que 50% de acertos, *não* corroborando a hipótese de que são mais difíceis de serem compreendidas.

#### Brasileiros

Questões de 1 a 7, Implicaturas Convencionais: seis questões tiveram mais do que 70% de acertos, e uma teve 50% de acertos, corroborando a hipótese de que este tipo de Implicatura é mais fácil de ser compreendida.

Questões de 8 a 14, Implicaturas Conversacionais Generalizadas: cinco questões tiveram mais do que 50% de acertos, sendo que quatro apresentaram mais do que 70%. Uma questão teve menos do que 50% de acertos. O resultado indica que este tipo de Implicatura apresenta um grau fácil de compreensão, *não* corroborando a nossa hipótese de que apresentam um nível intermediário de compreensão.

Questões de 15 a 21, Implicaturas Conversacionais Particularizadas: seis questões apresentaram mais do que 70% de acertos, *não* corroborando a hipótese de que apresentam um grau de dificuldade mais complexo.

### 5.7.2 Discussão dos resultados por meio da Teoria das Implicaturas de Grice

Comentaremos a seguir apenas aqueles resultados mais relevantes para o nosso estudo.

Dentre as questões que envolvem Implicaturas Convencionais (1 a 7), o resultado que chamou mais atenção, considerando os alunos chineses, foi o da questão 5, visto que apresenta um mesmo tipo de Implicatura que o da questão 2, gerada pelo uso do “mas”. Na questão 2, houve um percentual de acertos de 77,77% e na 5, de 55,55%. Tal diferença de resultado poderá ser associada ao conhecimento do léxico, ou seja, é provável que todas as palavras que compõem o enunciado da questão 2 sejam do conhecimento dos chineses, enquanto que no enunciado da questão 5, não. Em suma, entender o significado do todo depende do conhecimento do significado das partes, corroborando a teoria do significado composicional.

Dentre as questões que envolvem Implicaturas Conversacionais Generalizadas (8 a 14), a questão número 12 apresentou um resultado que fragiliza a idéia de Interpretação *default*, ou padrão, de Levinson (2000), pois tanto chineses quanto brasileiros não escolheram a interpretação *default*, de que o enunciado “minha casa é azul” gera a inferência de que a casa é “totalmente” azul. Esse resultado indica que o conhecimento de mundo dos sujeitos determinou a escolha da resposta mais plausível, já que se sabe que dificilmente uma casa é toda de uma cor só, pois o telhado, as portas e as janelas, geralmente são de outras cores.

Na questão 13, o resultado favorece os alunos chineses, pois foram capazes de inferir, melhor do que os brasileiros, que o significado pragmático da expressão “às ordens”, no contexto apresentado, era diferente do seu significado semântico. Tal resultado sugere-nos que os brasileiros apenas decodificaram a expressão “às ordens”, ao passo que os chineses a inferiram.

Os diálogos 14 e 19 apresentaram a maior porcentagem de acertos, isto é, 100% dos chineses marcaram a resposta mais adequada em ambos. Enquanto o diálogo 14 apresenta um caso de Implicatura Generalizada, o 19 é um exemplo de Implicatura Particularizada. O resultado obtido no diálogo 14 não corrobora a hipótese de que as Implicaturas Generalizadas

apresentam um nível intermediário de compreensão. Aqui, foi demonstrado que elas apresentam um nível de compreensão fácil. Uma provável justificativa dessa facilidade de compreensão inferencial é o fato de que a maioria dos chineses obteve a classificação “Intermediário” e “Intermediário Superior” no exame de proficiência CELPE-Bras.

Entretanto, o resultado do diálogo 19 não corrobora a hipótese de que as Implicaturas Particularizadas são mais difíceis de compreender. Podemos tentar explicar esse alto índice de acertos, considerando-se que essa particularidade possa ser, na verdade, universal. Isto é, talvez haja uma situação equivalente, se traduzir o diálogo 19 para o mandarim. Deixamos aqui uma sugestão para outra pesquisa que examine essa hipótese.<sup>56</sup>

O diálogo que apresentou a maior percentagem de erros da parte dos alunos chineses foi o de número 21, que ilustra um tipo de Implicatura Conversacional Particularizada, perfazendo um percentual de 61,11% de erros. Esse resultado parcial corrobora a nossa hipótese de que as Implicaturas Particularizadas realmente são mais difíceis de serem compreendidas, pois exigem do interlocutor um cálculo inferencial mais complexo, por serem altamente dependentes de contexto. Além disso, como o ato de soletrar é mais freqüentemente utilizado em linguagem oral, acreditamos poder atribuir o alto percentual de erros a esse aspecto fonético, não contemplado no questionário.

## 5.8 ANÁLISE INFERENCIAL DOS RESULTADOS POR MEIO DO TESTE QUI-QUADRADO

O delineamento do presente estudo permite uma análise comparativa dos resultados do número de acertos e de erros entre os alunos chineses em intercâmbio acadêmico de um ano no Brasil e os alunos brasileiros. Foi aplicado o teste Qui-Quadrado nos resultados do questionário, por meio do *software* Minitab, versão 1.5. Para efeito de decisão, será adotado um nível de significância de 5% (0,05) nas comparações. Os resultados encontrados foram divididos em dois grupos: Grupo 1 e Grupo 2.

---

<sup>56</sup> Para maiores detalhes sobre o mandarim, consultar o artigo de FENG, Zongxin- “The Pragmatics of English Dialogues in the Chinese Context”. Post-doctoral researcher, Foreign Languages Research Center, Beijing, Foreign Studies University. Disponível em: [zxfeng@bj.col.com.cn](mailto:zxfeng@bj.col.com.cn). Acesso em: 20 jun. 2007.

Grupo 1: questões que não foram encontradas associação (P-Valor  $>0,05$ ) entre os resultados dos alunos chineses e brasileiros, todas provenientes de uma tabela cruzada 2x2 com um grau de liberdade. A inexistência de associação permite afirmar que não existe diferença significativa dos resultados de ponto de vista estatístico.

Grupo 2: questões que foram encontradas associação (P-Valor  $<$  ou igual a  $0,05$ ) entre os resultados dos alunos chineses e brasileiros, todas provenientes de uma tabela cruzada 2x2 com um grau de liberdade. A existência de associação permite afirmar que existe diferença significativa dos resultados do ponto de vista estatístico.

Dentre as Implicaturas *Convencionais*, (questões de 1 a 7), três mostraram haver diferença significativa entre falantes nativos e não-nativos do português, confirmando a hipótese de que esse tipo de Implicatura é mais fácil de ser compreendida por falantes não-nativos, se comparado a falantes nativos.

O resultado também nos mostra que *não* há diferença significativa, em termos estatísticos, em quatro questões, *não* corroborando a hipótese de que esse tipo de Implicatura é mais fácil de ser compreendida por falantes não-nativos, se comparado a falantes nativos.

Nas questões com exemplos de Implicatura Conversacional *Generalizada* (questões de 8 a 14), o resultado nos mostra que há diferença em termos estatísticos em quatro questões, confirmando a hipótese de que esse tipo de Implicatura é mais difícil de ser compreendida por falantes não-nativos, se comparado a falantes nativos. O resultado também nos mostra que *não* há diferença significativa, em termos estatísticos, em três (3) questões com exemplos de Implicatura Conversacional *Generalizada*, *não* corroborando a hipótese de que esse tipo de Implicatura é mais difícil de ser compreendida por falantes não-nativos, se comparado a falantes nativos.

Nas questões com exemplos de Implicatura Conversacional *Particularizada* (questões de 15 a 21), o resultado nos mostra que há diferença significativa, em termos estatísticos, em três questões, corroborando a hipótese de que esse tipo de Implicatura é mais difícil de ser compreendida por falantes não-nativos, se comparado a falantes nativos. O resultado também nos mostra que *não* há diferença significativa, em termos estatísticos, em quatro questões, *não* corroborando a hipótese de que esse tipo de Implicatura é mais difícil de ser compreendida por falantes não-nativos, se comparado a falantes nativos.

Considerando que as Implicaturas Conversacionais *Particularizadas* dependem menos do significado literal do léxico e mais de aspectos contextuais que incluem elementos históricos e culturais, por exemplo, espera-se que os falantes nativos da uma língua tenham mais facilidade em processar a inferência.

Nas questões 13 e 14 (Implicatura Conversacional Generalizada) o resultado é surpreendente, pois os chineses apresentaram um desempenho melhor do que o dos brasileiros. Isso quer dizer que a diferença significativa favorece os chineses.

Em suma, das 21 questões, 11 não mostraram diferença estatística significativa entre brasileiros e chineses (questões 1, 2, 3, 4, 8, 11, 12, 15, 18, 19 e 20), enquanto 10 mostraram diferença significativa (questões 5, 6, 7, 9, 10, 13, 14, 16, 17 e 21).

Esse resultado geral sugere-nos que, pelo fato de terem tido imersão de três anos em país de língua portuguesa (dois anos em Macau e um ano no Brasil), os chineses conseguiram compreender os implícitos, mesmo aqueles considerados mais difíceis de serem capturados, como é o caso das Implicaturas Conversacionais Particularizadas. Isso vem a confirmar a teoria de Krashen (1982) de que o *input*, juntamente com o tempo de exposição à língua, conforme advoga Kathleen Bardovi-Harlig (2002), são fatores de extrema relevância no aprendizado de L2.

Como o conhecimento pragmático de uma língua requer uma experiência e um contato com a mesma, foi comprovado que os chineses tiveram tempo suficiente de exposição a ela, o que favoreceu esse conhecimento. Trata-se de um conhecimento que é aprendido de modo indireto por meio dos mais variados contextos naturais possíveis. Os alunos chineses tiveram a oportunidade de vivenciar esse tipo de contexto de aprendizado, por isso sua capacidade inferencial para figuras de linguagem, como metáforas e tautologias, por exemplo, não ficou restrito ao conhecimento semântico da língua, conforme ficou demonstrado.

Além do tempo de exposição à língua e ao *input* pragmático, podemos concluir que o tipo de instrução e o nível de proficiência também contribuíram com o bom desempenho desses alunos chineses.

Considerando que as Implicaturas Conversacionais Particularizadas dependem menos do significado literal do léxico e mais de aspectos contextuais que incluem elementos históricos e culturais e situacionais, dentre outros, espera-se que os falantes nativos da uma língua tenham mais facilidade em processar a inferência. Como não foi isso o que o resultado do questionário exibiu, ou seja, o desempenho dos aprendizes chineses mostrou-se muito próximo do desempenho dos falantes nativos, principalmente em funções conversacionais de ordem pragmática, nossa conclusão final é de que as inferências pragmáticas realizadas por adultos proficientes são universais.

## CONCLUSÃO

Este trabalho abordou questões referentes ao significado em linguagem natural. Para tanto, apresentamos, no primeiro capítulo, os fundamentos da Semântica Lexical e da Semântica das Condições-de-Verdade, que tratam do significado explícito. Concluimos que a Semântica das Condições-de-Verdade, por tratar de processos inferenciais necessários, livres de contexto, não é adequada para descrever e explicar as inferências pragmáticas, que incluem a língua em uso (falantes mais contexto). A Semântica Lexical, por tratar das propriedades do significado do léxico apenas, não dá conta do significado dos enunciados, embora contribua para o seu entendimento como um todo. Como a linguagem é constituída por aspectos semânticos e pragmáticos, concluimos que a abordagem meramente semântica é insatisfatória para explicar problemas dependentes de contexto, como o caso das figuras de linguagem (metáforas, tautologias, hipérbole, ironia, etc.), por serem altamente ambíguas e imprecisas, apresentando problemas de compreensão impossíveis de ser resolvidos apenas pela semântica.

No segundo capítulo, apresentamos os fundamentos da Pragmática e significação implícita. Adotamos a definição de pragmática como o estudo da relação entre os signos lingüísticos e seus intérpretes (que inclui contexto e usuários).

Ainda no segundo capítulo, descrevemos e explicamos como o significado implícito é alcançado, por meio da Teoria das Implicaturas de Grice (1975), conforme o Princípio Cooperativo, subjacente à comunicação humana, e suas Máximas da Conversação: quantidade, qualidade, relação e modo. Também vimos as propriedades das implicaturas: calculabilidade, cancelabilidade, indeterminabilidade, não-destacabilidade e não-convencionabilidade.

Considerando haver uma relação entre o significado semântico (o dito) e o pragmático (implicado a partir do dito), propusemo-nos a examinar esta relação, no terceiro capítulo, para entendermos de que forma o significado em linguagem natural é entendido.

O terceiro capítulo discutiu a interface Semântica/Pragmática, a partir da Teoria da Relevância, de Sperber e Wilson (1986, 1995), Costa (1984, 2005) e Levinson (2000), e apresentamos as críticas desses teóricos sobre a proposta de Grice.

No quarto capítulo, discutimos algumas orientações teóricas sobre a aquisição de L2, como, por exemplo, a Teoria do Monitor de Stephen Krashen (1982), baseada em cinco hipóteses, a saber: a dicotomia aquisição/aprendizado, a hipótese do monitor, a hipótese da

ordem natural, a hipótese do *input* e a hipótese do filtro afetivo. Também revisamos os princípios de algumas abordagens de ensino de L2 mais conhecidas, desde o Método Direto (*Direct Method*) até a Abordagem Comunicativa, tendo esta última sofrido grande influência da teoria de Krashen. Ainda no quarto capítulo, referimos o Princípio Pragmático Universal, apresentado por Kasper e Rose (2002), que inclui o conhecimento implícito e a habilidade de usar: (i) registros diferentes de fala (formal/informal, por exemplo), (ii) atos de fala específicos (convidar, saudar, despedir-se, aceitar, recusar, etc.), (iii) implicaturas conversacionais, inferências; (iv) a polidez como uma estratégia de “salvar a face”, etc. Finalizamos o quarto capítulo com Bardovi-Harlig, apresentando as diferenças pragmáticas entre falantes-nativos e não-nativos, que são relativas ao *input*, influência do tipo de instrução, proficiência, tempo de exposição à língua e transferência.

Indicamos existir uma carência de aspectos pragmáticos tanto nas abordagens apresentadas quanto nos materiais didáticos utilizados em sala de aula e na própria prática docente. Sendo assim, sugerimos a elaboração de material didático orientado por uma abordagem comunicativa pragmática, que desenvolva o ensino/aprendizagem por meio de tarefas que respondam às exigências da comunicação, conforme os parâmetros exemplificados pelo exame CELPE-Bras, no qual a competência do candidato é avaliada pelo seu desempenho em tarefas que se assemelham às situações que possam ocorrer na via real.

No quinto e último capítulo, por meio de um estudo empírico, buscamos testar a potencialidade da Teoria das Implicaturas de Grice (1975), complementada por Costa (1984, 2005), para explicar, de forma sistemática, a compreensão do implícito do português como L2. Para tanto, elaboramos um questionário composto de 21 diálogos, constituídos contendo tipos de Implicaturas: as Convencionais, e as Conversacionais Generalizadas e as Conversacionais Particularizadas. Chegamos à conclusão de que é possível modelar a lógica intuitiva da linguagem natural segundo um cálculo lógico-pragmático, devido à base lógica subjacente à comunicação. Finalizamos este capítulo com algumas implicações pedagógicas que poderão auxiliar o professor de L2 na sua formação, bem como na escolha e na elaboração de seu material didático.

Ainda no último capítulo, procuramos verificar se realmente há graus de dificuldade de compreensão do implícito gerado pelos diferentes tipos de Implicaturas e comparamos o desempenho dos falantes nativos do português com o dos falantes não-nativos, todos alunos do curso de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS.

Para fins de análise qualitativa dos dados, utilizamos as teorias apresentadas nos três primeiros capítulos, especialmente a TIG, e, posteriormente, aplicamos o Teste Qui-Quadrado, para verificar como o cálculo estatístico interpreta os resultados.

Como nossas hipóteses foram corroboradas parcialmente, apresentamos a seguinte conclusão:

Apesar de não ter sido comprovado estatisticamente que há uma diferença significativa na compreensão dos implícitos entre falantes nativos e não-nativos do português, observa-se empiricamente que, na verdade, há uma diferença que não pode ser desprezada. Esta diferença é mais facilmente observada quando se trata de conversa oral, pois fatores como a entonação, a rapidez da fala, a supressão de algumas sílabas, o uso de gírias e expressões coloquiais certamente interferem na compreensão em geral. Portanto, sugerimos um estudo complementar a este, que inclua a compreensão oral dos diálogos, visto que fatores relacionados à fonética, na compreensão de L2, têm apontado que os falantes não-nativos do Português como L2 não a compreendem com a mesma proficiência, comprovada através de testes escritos, conforme mostraram os resultados do CELPE-Bras e do próprio questionário utilizado neste trabalho.

O resultado, entretanto, parece comprovar a hipótese de que aspectos pragmáticos envolvidos no Princípio Cooperativo são universais e, para isso, citamos um estudo realizado por Zonxin Feng <http://www.ling.gu.se/k>, na Universidade de Beijing, China. A partir da análise de diálogos do cotidiano, com dois grupos de falantes, chineses (falantes do inglês) e falantes nativos do inglês, Feng teve como objetivo identificar de que forma o Princípio Cooperativo de Grice (1975) influi nas escolhas das estratégias de fala e como as Máximas funcionam para explicar o que é dito literalmente em um contexto específico de interação verbal. A conclusão a que ela chegou é de que, em circunstâncias interculturais, os valores normativos e prescritivos de um código abstrato de cooperação e de polidez podem ir além dos aspectos culturais. A suposição de uma cooperação mútua entre os participantes de uma conversação é um ponto-chave para uma compreensão das intenções comunicativas. Portanto, a mensagem social que realmente pesa são as intenções – boas ou más - do falante, determinando se o ato de fala é adequado em termos de polidez, ou não.

Apesar das diferenças culturais, conforme observa Feng, parece haver normas implícitas para que o Princípio Cooperativo seja observado, sendo as Máximas violadas ou não. O que podemos concluir do estudo é que o Princípio Cooperativo pode ser considerado como um princípio ético de comunicação, o que o torna mais universal.

Com o embasamento teórico apresentado, procuramos fazer uma interface com o ensino de L2, sugerindo que os professores busquem conhecer as teorias fortes do significado, a fim de se conscientizarem da importância de trabalhar os aspectos pragmáticos (linguagem implícita) de forma mais enfática e sistemática em sala de aula, enriquecendo, assim, a abordagem tradicional adotada. Isso, em hipótese alguma, significa que se deva abandonar a sintaxe e a semântica, já que funcionam como um alicerce da língua. Entretanto, não se pode esquecer que o alicerce tem uma função que, neste caso, é a comunicação. Daí, a importância de estudarmos o significado nas interfaces da Sintaxe, da Semântica e da Pragmática.

Devemos destacar que não pretendíamos resolver todos os problemas que envolvem a compreensão implícita, especialmente aqueles relativos a uma segunda língua, mas pelo menos buscamos sinalizar uma direção de investigação que consideramos digna de ser aprofundada. Sugerimos que um estudo que inclua diálogos orais seja feito para que possamos verificar até que ponto a velocidade da fala, a pronúncia e os ruídos do ambiente interferem na compreensão, principalmente a inferencial.

## REFERÊNCIAS

AUSTIN, J.L. *How to do things with words*. Oxford: Claredon Press, 1962.

BARDOVI-HARLIG, K. Empirical evidence of the need for instruction in pragmatics. In: K. R. Rose & G. Kasper (Eds.). *Pragmatics in language teaching*. New York: Cambridge University Press, 2001. p.13-32.

BAR-HILLEL, Y. Expressões indiciais. In: Dascal, M. (Org). *Fundamentos metodológicos da lingüística*. Vol. IV, Campinas, 1982 (p.23-49)

BLUM-KULKA, S. Interlanguage pragmatics: The case of requests. In: R. Phillipson, E. Kellerman, L. Selinker, M. Sharwood Smith, M. Swain (Eds.). *Foreign/second language pedagogy research*. Clevedon, Avon: Multilingual Matters, 1991. p. 255-72

BROWN, Douglas. English language teaching in the “post-method” era: toward better diagnosis, treatment and assessment. In: Richards, J. & Renandya, W. *Methodology in Language Teaching*. Cambridge University Press, 2002.

\_\_\_\_\_. *Principles of language learning and teaching*. 3<sup>rd</sup> ed. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall Regents, 1994a.

BROWN, P & LEVINSON, S. *Politeness: some universal in language*. Cambridge University Press, 1987.

CARSTON, Robyn. Implicature, explicature, and truth-theoretic semantics. In: KEMPSON, Ruth. *Mental representations*. Cambridge University Press, 1988, p.155-181.

\_\_\_\_\_. The Semantics/Pragmatics Distinction: A View from Relevance Theory. In: TURNER, K (Ed.). *The Semantics/Pragmatics Interface from Different Points of View*. p.85-125. Oxford: Elsevier Science, 1999.

CHOMSKY, Noam. *Language and responsibility*. New York: Panteon Books, 1979.

\_\_\_\_\_. *Lectures on Government and binding*, 1981. In: SPADA, Nina & LIGHTBOWN, Patsy. Oxford: University Press, 1999.

CHOON-KYU OH & DINNEN, David. *Syntax and semantics*. New York: Academic Press, 1979, v. 11.

CLARK, Herbert H. *Using language*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1996.

COLE, Peter (Ed). *Syntax and semantics*. v. 9, Pragmatics. New York: Academic Press, 1978.

COLE, P. & Morgan, J. (Eds). *Syntax and semantics*. v.3, Speech acts. New York: Academic Press, 1975.

COSTA, Jorge Campos. *A relevância da pragmática na pragmática da relevância* (A lógica não-trivial da linguagem natural). 1984. 188 folhas. Dissertação (mestrado em Lingüística) – Faculdade de Letras, PUCRS, Porto Alegre, 1984.

\_\_\_\_\_. Comunicação e inferência em linguagem natural. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 40, n.139, p.105-133, mar. 2005.

CRISTAL, David. *Dicionário de lingüística e fonética*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

DASCAL, Marcelo (Org). *Fundamentos metodológicos da lingüística*. São Paulo, Unicamp. Vol. III e IV, 1978/1982.

DAVIS, Steven (Ed) *Pragmatics: a reader*. Oxford: Oxford University Press, 1991.

DEUTSCHER, Guy. *The unfolding of language*. William Heinemann: London, 2005.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

\_\_\_\_\_. La pragmatique et l'étude sémantique de la langue. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 32, n.107, p. 9-21, mar. 1997.

FENG, Zongxin. *The Pragmatics of English Dialogues in the Chinese Context*. Disponível em: <[www.ling.gu.se/konferenser/gotalog2000/FinalP/feng.pdf](http://www.ling.gu.se/konferenser/gotalog2000/FinalP/feng.pdf)>. Acesso em: 15 mai. 2007.

FELTES, H.A. *A Teoria dos modelos cognitivos idealizados por George Lakoff*: um projeto experimentalista para a semântica do conceito. 1992. 303f. Dissertação. (Mestrado em Lingüística) - Faculdade de Letras, PUCRS, Porto Alegre, 1992.

FIORIN (Org). *Introdução à Lingüística*. I. Objetos Teóricos. São Paulo: Contexto, 2004.

\_\_\_\_\_. *Introdução à Lingüística*. II. Princípios e Análise. São Paulo: Contexto, 2004.

FODOR, J.A. *The modularity of mind*. Cambridge, MA: MIT Press, 1983.

FREGE, G. On sense and reference. In: GEACH, P.T. & BLACK, M. *Translations from the Philosophical Writings of Gottlob Frege*. Oxford: Blackwell, 1952.

GAZDAR, Gerald. *Pragmatics: implicature, presupposition, and logical form*. New York: Academic Press, 1979.

GRICE, H Paul. *Meaning*. *Philosophical Review*, 67, 1957. Reprinted in: Steinberg & Jakobovits (1971, p.53-59) e in: Strawson (1971, p.39-48)

\_\_\_\_\_. Logic and conversation. In: COLE, Peter; MORGAN, Jerry L. (Ed.) *Syntax and semantics*. v. 3. *Speech Acts* (p.41-58) New York: Academic Press, 1975.

\_\_\_\_\_. Presuppositions and conversational implicature. In: COLE, P. (Ed.) *Syntax and semantics*. New York: Academic Press, v.9 1981, p.183-198.

\_\_\_\_\_. Meaning. In: \_\_\_\_\_, *Studies in the way of words*. Cambridge, MA: Harvard University Press 1989, p. 213-223.

HADLEY, Alice Omaggio. *Teaching language in context*. Boston, Mass., Heinle & Heinle, 1986/1993.

HYMES, D. H. *On Communicative Competence*. In: BRUMFIT, C. J. & JOHNSON, K. *The Communicative Approach to Language Teaching*. Oxford: Oxford University Press, 1979. Postcript. In: *Applied Linguistics*, 10 (2), 1989. p. 244-250.

JACKENDOFF, R. *Semantic and cognition*. Cambridge: MIT Press, 1985.

KASPER, Gabriele & ROSE, Kenneth. *Pragmatics in Language Teaching*. Cambridge University Press, 2001.

\_\_\_\_\_. *Pragmatic Development in a Second Language*. Blackwell Publishing, Oxford, UK, 2002.

KASPER, G. & SCHMIDT, R. (1996). *Developmental issues in interlanguage pragmatics*. *Studies in Second Language Acquisition*, 18 (p. 149-169).

KEMPSON, Ruth. *Semantic theory*. London: Cambridge University Press, 1977

KLEIN, Wolfgang. *Second Language Acquisition*. Cambridge University Press, 1986.

KRASHEN, Stephen D. *Principles and practice in second language acquisition*. New York: Pergamon Institute of English, 1982.

LACKOFF, George. *Women, Fire and Dangerous Things*. University of Chicago Press, Chicago, IL., 1987.

LAMB, C. *The inferential process of the English language learner. A study of the Communicative Approach*. 2002. 129f. Tese. (Doutorado em Lingüística Aplicada) - Faculdade de Letras, PUCRS, 2002.

LEECH, Geoffrey. *Principles of pragmatics*. London/New York: Longman, 1983.

LEVINSON, Stephen C. *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

\_\_\_\_\_. *Presumptive meanings: the theory of generalized conversational implicature*. Massachusetts: Institute of Technology, 2000.

LEWIS, Michael. *The Lexical Approach: The State of ELT and a Way Forward*. Hove, UK: Language Teaching Publications. 1993.

LIGHTBOWN, P.M. & SPADA, N. *How languages are learned*. Oxford University Press, 1998.

LYONS, John. *Semantics*. Cambridge: University Press, v. 2. 1977.

MORRIS, C.W. *Foundations on the Theory of Signs*. In: O. Neurath, R. Carnap, C. Morris (Eds.). *International Encyclopedia of Unified Science*. Chicago: University of Chicago Press, 1938 pp. 77-138.

PEIRCE, C.S. *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

PUSTEJOVSKY, J. *The Generative Lexicon*. Cambridge: The MIT Press, 1995.

READY, Michael. The conduit metaphor. A case of frame conflict in our language about language. In: ORTONY, A. (Org.) *Metaphor and Thought*. Cambridge University Press, 1979, p.284-324.

RICHARDS, Jack et al. *Longman Dictionary of language teaching & applied linguistics*. London: Longman, 1985/1992.

ROSSA, Carlos. *Na Interface Semântica/Pragmática*. Edipucrs. Porto Alegre, 2002, p.319-346.

RUSSELL, B. *On denoting*. *Mind*,12, 479-93, 1905.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1971.

SEARLE, J. Indirect Speech Acts. In P. Cole & Morgan (Eds). *Syntax and Semantics*, vol.3: *Speech Acts* (p.59-82) New York: Academic Press.

SCARAMUCCI, Matilde V. R. *Proficiência em LE: considerações terminológicas e conceituais*. *Trabalhos de Lingüística Aplicada*, 2000, p. 36-26.

SLAMA-CAZACU, Tatiana. *Psicolingüística aplicada ao ensino de línguas*. São Paulo: Pioneira, 1979.

SPADA, Nina & LIGHTBOWN, Patsy. *How languages are learned*. Oxford University Press, 1999.

SPERBER, D, & WILSON, D. *Relevance: Communication and Cognition*. Oxford, Blackwell, Second edition, 1995.

\_\_\_\_\_. Précis of Relevance: Communication and Cognition. In: *Behavioral and Brain Sciences*.10, pp 697-754. New York, Cambridge University Press, 1987.

STALNAKER, R.C. Pragmatics. In: Davidson & Harman (Eds.). *Semantics of natural languages*. Dordrecht, Reidel Publishing Co., 1972.

SWAN, Michael. *Practical English usage*. Oxford: University Press, 1980.

THOMASON, R. H. Where pragmatics fits in. In: Rogers, A, Wall, B. & Murphy, J.P.(Eds) *Proceedings of the Texas Conference on performatives, presupposition and implicatures*. Washington Center for Applied Linguistics. 1977, p. 161-166.

VYGOTSKY, L.S. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

WALTON, Douglas. *The new dialectic*. Toronto: University of Toronto Press, 1998.

WILSON, Deirdre; SPERBER, Dan. Inference and implicature. In: DAVIS, Steven (Ed), *Pragmatics a reader*. Oxford University Press, 1991a, p.377-393.

\_\_\_\_\_. *Pragmatics and modularity*. In: DAVIS, Steven (Ed), *Pragmatics, a reader*. Oxford: Oxford University Press, 1991b, p. 583-595.

WIERZBICKA, Ana. *Cross-cultural pragmatics: the semantics of human interaction*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter. 2003

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. São Paulo: Abril Cultural, 1975. (Coleção Os Pensadores)

YULE, George. *Pragmatics*. Oxford University Press, 1996.

## **ANEXO A - Questionário**

## ANEXO A

### Questionário

Leia os diálogos abaixo e marque com um “X” a resposta mais adequada a cada situação, considerando o contexto dado. Marque apenas uma (1) resposta.

#### Diálogo 1:

Contexto: alunos conversando sobre a festa de aniversário de Matheus.

(A) E a festa do Matheus, estava boa?

(B) Bárbara! Até o Pedro foi.

Ao responder “até o Pedro foi”, (B) quis dizer que:

a) Havia muita gente na festa.

b) Pedro sempre vai às festas do Matheus.

c) Pedro raramente vai às festas.

#### Diálogo 2:

Contexto: duas amigas falando sobre o novo namorado de (B).

(A) Me fala sobre o teu namorado.

(B) Ah, ele é gaúcho. Agora, dançar a Chula ele não sabe!

Ao dizer “Agora, dançar a Chula ele não sabe!”, tu entendes que:

a) Por ser gaúcho, deveria saber dançar a Chula.

b) No momento ele não dança a Chula.

c) A música típica do Rio Grande do Sul é a Chula.

### Diálogo 3:

Contexto: duas amigas falando sobre o avô de (B)

(A) É verdade que o teu avô sabe usar o computador?

(B) Inclusive participa de um “Blog”!

Ao responder “Inclusive participa de um “Blog”, (B) quis dizer que:

- a) Hoje em dia, quase todas as pessoas sabem usar o computador.
- b) O avô sabe muito mais do que apenas usar o computador.
- c) Quem sabe usar o computador, também sabe usar a Internet.

### Diálogo 4:

Contexto: crianças se arrumando para ir à escola.

(A) Vocês ainda não estão prontos?

(B) Só mais um pouquinho, mãe!

Ao perguntar “Vocês ainda não estão prontos”, a mãe quis:

- a) Apenas saber se ela já poderia tirar o carro da garagem.
- b) Dizer que os seus filhos estavam demorando muito para se prontarem.
- c) Dizer para os seus filhos que estavam atrasados.

### Diálogo 5:

Contexto: repórter entrevistando o diretor de uma escola que proibiu que os funcionários tomassem chimarrão nas dependências da escola.

(A) Repórter – Você gosta de chimarrão?

(B) Diretor – Não, mas uso bota e espora. Sou maluco pela minha terra.

Ao responder, “não, mas uso bota e espora”, o diretor quis dizer que:

- a) Não usa sapato comum.
- b) Não é apenas o chimarrão que identifica um gaúcho.
- c) Só usa bota se tiver espora.

Diálogo 6:

Contexto: duas colegas de trabalho comentam sobre a nova funcionária.

(A) E que tal a nova secretária?

(B) Dizem que é muito eficiente, só que não sabe usar o Excel.

A responder, “só que não sabe usar o Excel”, (B) quis dizer que:

a) Toda secretária deveria dominar os principais programas de computação.

b) A nova funcionária deveria aprender a usar o Excel.

c) A nova secretária não é tão boa assim como dizem.

Diálogo 7:

Contexto: duas amigas comentam sobre Iolanda, viúva recentemente.

(A) Como vai a Iolanda?

(B) Agora, que perdeu o marido, está bem magrinha! Até frequenta academia!

Ao responder “agora, que perdeu o marido, está bem magrinha! Até frequenta a academia”, (B) quis dizer que:

a) Iolanda está mais vaidosa do que antes.

b) O sofrimento emagrece.

c) Iolanda era gorda porque o seu marido fazia comida muito gostosa.

Diálogo 8:

Contexto: duas amigas se encontram na faculdade.

(A) Te liguei ontem e tu não atendeste.

(B) Fui a um casamento.

Ao dizer “Fui a um casamento”, podemos entender que o casamento:

a) Não poderia ter sido da irmã de (B).

b) Poderia ter sido da irmã de (B).

c) Poderia ter sido da filha de (B).

Diálogo 9:

Contexto: dois amigos comentando sobre o aprendizado da língua inglesa.

- (A) Aprender inglês é fácil?
- (B) Tão fácil quanto abrir um côco.

Ao dizer “tão fácil quanto abrir um côco”, (B) quis dizer que:

- a) Aprender inglês é difícil.
- b) Aprender inglês é fácil.
- c) Aprender inglês não é muito difícil.

Diálogo 10:

Contexto: dois amigos comentando sobre os empregados da empresa.

- (A) O que você falou para o seu funcionário?
- (B) O de sempre. Mas parece que eles nunca aprendem. Funcionário é funcionário.

A resposta de (B) quis dizer que:

- a) Ele tem dificuldade de explicar bem as coisas.
- b) Os funcionários dele têm problemas de aprendizagem.
- c) Não adianta insistir, pois todo funcionário age dessa forma.

Diálogo 11:

Contexto: conversa telefônica.

- (A) Alô, Maria está?
- (B) Quem gostaria?

Ao perguntar “quem gostaria”, (B) quis dizer que:

- a) Maria gostaria de falar com ela.
- b) Maria não estava em casa.
- c) Precisava saber o nome da pessoa que estava ligando.

Diálogo 12:

Contexto: dois amigos conversam sobre a cor da casa de (B).

- (A) Qual é a cor da tua casa, mesmo?
- (B) Azul.

Ao responder “azul” (B) quis dizer que:

- a) Sua casa é toda azul.
- b) Sua casa é predominantemente azul.
- c) Sua casa não é verde.

Diálogo 13:

Contexto: duas amigas se encontram. Uma delas faz um elogio sobre a roupa da outra.

- (A) Que bonita a tua blusa!
- (B) Às ordens.

Ao dizer “às ordens”, (B) quis:

- a) Simplesmente agradecer.
- b) Oferecer sua blusa para (A) vestir.
- c) Emprestar a sua blusa.

Diálogo 14:

Contexto: coordenadora pedagógica perguntando à secretária sobre os alunos que haviam assistido à palestra.

- (A) Coordenadora - Ana estava presente na palestra?
- (B) Secretária - Bem, ela estava presente, mas eu não sei se ela estava presente mesmo.

A secretária quis dizer que:

- a) Ana estava presente.
- b) Não tinha certeza. Havia uma assinatura ao lado do nome de Ana, mas ela não podia garantir se realmente era a assinatura de Ana.
- c) Ana estava ausente.

Diálogo 15:

Contexto: duas amigas conversam sobre a festa de João.

(A) Por que tu não foste à festa de João?

(B) Eu sempre aprendi que as pessoas vão a festas quando são convidadas.

Ao responder “Eu sempre aprendi que as pessoas vão a festas quando são convidadas”, entendemos que (B):

a) Não conhecia muito bem o dono da festa.

b) Não recebeu nenhum convite.

c) É uma pessoa educada.

Diálogo 16:

Contexto: duas pessoas comentando sobre o jogador de futebol, Ronaldo.

(A) O que tu achas do Ronaldo?

(B) É fera!

Ao responder “é fera”, (B) quis dizer que Ronaldo:

a) Fica furioso facilmente.

b) Joga muito bem.

c) Tem um comportamento irracional.

Diálogo 17:

Contexto: duas amigas falando sobre o bebê da rainha Victoria.

(A) Como é o bebê da rainha Victoria?

(B) É um príncipe!

Ao responder “é um príncipe”, (B) quis dizer que o bebê de Victoria:

a) É uma criança muito linda.

b) Só poderia ser um príncipe, pois é filho de uma rainha.

c) Nasceu numa família nobre.

Diálogo 18:

Contexto: (A) e (B) comentam sobre um sorteio.

(A) Como é que tu foste ganhar aquele sorteio?

(B) Sorte é sorte!

Ao responder “sorte é sorte”, (B) quis dizer que:

- a) É uma pessoa de sorte.
- b) Isso não é surpresa para ele.
- c) Não há explicação para isso.

Diálogo 19:

Contexto: duas pessoas falando sobre preferências de sobremesa.

(A) Tu gostas de chocolate?

(B) Os pássaros têm asas?

Ao perguntar “os pássaros têm asas?”, (B) quis dizer que:

- a) É óbvio que ele gosta de chocolate.
- b) Não entendeu bem a pergunta de (A) e mudou de assunto.
- c) Não tem certeza se os pássaros têm asas.

Diálogo 20:

Contexto: A esposa chega em casa com uma estufa na mão. O marido pergunta sobre o preço da estufa, na frente da empregada.

(A) Quanto tu pagaste por esta estufa?

(B) Como está quente hoje!

Ao responder “como está quente hoje”, (B) deseja que (A) entenda que:

- a) Não é necessário ligar a estufa porque ainda não está frio o suficiente.
- b) Não é conveniente falar de dinheiro agora.
- c) A estufa custou caro.

Diálogo 21:

Contexto: a filha de 18 anos pergunta para a sua mãe:

(A) Posso sair hoje à noite?

(B) N-A-O til

A mãe, (B), respondeu N-A-O til, por quê:

a) Quis fazer uma brincadeira com a filha.

b) Quis deixar claro para a filha que não adiantaria insistir.

c) É uma forma de negar.

## **ANEXO B - Termo de consentimento**

## TERMO DE CONSENTIMENTO

Prezado informante,

Sua participação neste estudo é voluntária. A identificação de seu nome, idade e nacionalidade é necessária para podermos correlacionar os dados com informantes de outras nacionalidade e faxietária. Os dados coletados durante a sua participação serão identificados por um código, logo, seu nome não é divulgado no relatório de pesquisa.

Eu li as informações acima e concordo em participar deste estudo.

---

NOME

---

ASSINATURA

---

DATA

## **ANEXO C - Teste Qui-Quadrado**

## ANEXO C

### TESTE QUI-QUADRADO

Welcome to Minitab, press F1 for help.

#### Chi-Square Test: ACERTOS; ERROS QUESTÃO 1

Expected counts are printed below observed counts  
Chi-Square contributions are printed below expected counts

	ACERTOS	ERROS	Total
CHI	14	3	17
	15,54	1,46	
	0,153	1,634	
BRA	18	0	18
	16,46	1,54	
	0,145	1,543	
Total	32	3	35

Chi-Sq = 3,474; DF = 1; P-Value = 0,062 NÃO TEM ASSOCIAÇÃO  
2 cells with expected counts less than 5.

#### Chi-Square Test: ACERTOS; ERROS QUESTÃO 2

Expected counts are printed below observed counts  
Chi-Square contributions are printed below expected counts

	ACERTOS	ERROS	Total
CHI	14	4	18
	14,00	4,00	
	0,000	0,000	
BRA	14	4	18
	14,00	4,00	
	0,000	0,000	
Total	28	8	36

Chi-Sq = 0,000; DF = 1; P-Value = 1,000 NÃO TEM ASSOCIAÇÃO  
2 cells with expected counts less than 5.

#### Chi-Square Test: ACERTOS; ERROS QUESTÃO 3

Expected counts are printed below observed counts  
Chi-Square contributions are printed below expected counts

	ACERTOS	ERROS	Total
CHI	14	3	17
	15,54	1,46	
	0,153	1,634	
BRA	18	0	18
	16,46	1,54	
	0,145	1,543	
Total	32	3	35

Chi-Sq = 3,474; DF = 1; P-Value = 0,062 NÃO TEM ASSOCIAÇÃO  
2 cells with expected counts less than 5.

### Chi-Square Test: ACERTOS; ERROS QUESTÃO 4

Expected counts are printed below observed counts  
Chi-Square contributions are printed below expected counts

	ACERTOS	ERROS	Total
CHI	11	6	17
	13,11	3,89	
	0,341	1,150	
BRA	16	2	18
	13,89	4,11	
	0,322	1,087	
Total	27	8	35

Chi-Sq = 2,900; DF = 1; P-Value = 0,089                      NÃO TEM ASSOCIAÇÃO  
2 cells with expected counts less than 5.

### Chi-Square Test: ACERTOS; ERROS QUESTÃO 5

Expected counts are printed below observed counts  
Chi-Square contributions are printed below expected counts

	ACERTOS	ERROS	Total
CHI	10	7	17
	13,60	3,40	
	0,953	3,812	
BRA	18	0	18
	14,40	3,60	
	0,900	3,600	
Total	28	7	35

Chi-Sq = 9,265; DF = 1; P-Value = 0,002                      TEM ASSOCIAÇÃO  
2 cells with expected counts less than 5.

### Chi-Square Test: ACERTOS; ERROS QUESTÃO 6

Expected counts are printed below observed counts  
Chi-Square contributions are printed below expected counts

	ACERTOS	ERROS	Total
CHI	1	16	17
	4,86	12,14	
	3,063	1,225	
BRA	9	9	18
	5,14	12,86	
	2,893	1,157	
Total	10	25	35

Chi-Sq = 8,338; DF = 1; P-Value = 0,004                      TEM ASSOCIAÇÃO  
1 cells with expected counts less than 5.

### Chi-Square Test: ACERTOS; ERROS QUESTÃO 7

Expected counts are printed below observed counts  
Chi-Square contributions are printed below expected counts

	ACERTOS	ERROS	Total
CHI	14	4	18
	16,00	2,00	
	0,250	2,000	
BRA	18	0	18
	16,00	2,00	
	0,250	2,000	
Total	32	4	36

Chi-Sq = 4,500; DF = 1; P-Value = 0,034      **TEM ASSOCIAÇÃO**  
 2 cells with expected counts less than 5.

### Chi-Square Test: ACERTOS; ERROS      QUESTÃO 8

Expected counts are printed below observed counts  
 Chi-Square contributions are printed below expected counts

	ACERTOS	ERROS	Total
CHI	12	5	17
	12,63	4,37	
	0,031	0,090	
BRA	14	4	18
	13,37	4,63	
	0,030	0,085	
Total	26	9	35

Chi-Sq = 0,237; DF = 1; P-Value = 0,627      **NÃO TEM ASSOCIAÇÃO**  
 2 cells with expected counts less than 5.

### Chi-Square Test: ACERTOS; ERROS      QUESTÃO 9

Expected counts are printed below observed counts  
 Chi-Square contributions are printed below expected counts

	ACERTOS	ERROS	Total
CHI	10	7	17
	13,60	3,40	
	0,953	3,812	
BRA	18	0	18
	14,40	3,60	
	0,900	3,600	
Total	28	7	35

Chi-Sq = 9,265; DF = 1; P-Value = 0,002      **TEM ASSOCIAÇÃO**  
 2 cells with expected counts less than 5.

### Chi-Square Test: ACERTOS; ERROS      QUESTÃO 10

Expected counts are printed below observed counts  
 Chi-Square contributions are printed below expected counts

	ACERTOS	ERROS	Total
CHI	10	7	17
	13,60	3,40	

	0,953	3,812	
BRA	18	0	18
	14,40	3,60	
	0,900	3,600	
Total	28	7	35

Chi-Sq = 9,265; DF = 1; P-Value = 0,002      **TEM ASSOCIAÇÃO**  
 2 cells with expected counts less than 5.

### Chi-Square Test: ACERTOS; ERROS      QUESTÃO 11

Expected counts are printed below observed counts  
 Chi-Square contributions are printed below expected counts

	ACERTOS_10	ERROS_10	Total
1	16	1	17
	16,51	0,49	
	0,016	0,545	
2	18	0	18
	17,49	0,51	
	0,015	0,514	
Total	34	1	35

Chi-Sq = 1,090; DF = 1      P-Value > 0,25      **NÃO TEM ASSOCIAÇÃO**  
 2 cells with expected counts less than 5.

### Chi-Square Test: ACERTOS; ERROS      QUESTÃO 12

Expected counts are printed below observed counts  
 Chi-Square contributions are printed below expected counts

	ACERTOS	ERROS	Total
CHI	1	16	17
	2,43	14,57	
	0,840	0,140	
BRA	4	14	18
	2,57	15,43	
	0,794	0,132	
Total	5	30	35

Chi-Sq = 1,906; DF = 1; P-Value = 0,167      **NÃO TEM ASSOCIAÇÃO**  
 2 cells with expected counts less than 5.

### Chi-Square Test: ACERTOS; ERROS      QUESTÃO 13

Expected counts are printed below observed counts  
 Chi-Square contributions are printed below expected counts

	ACERTOS	ERROS	Total
CHI	16	1	17
	12,14	4,86	
	1,225	3,063	
BRA	9	9	18
	12,86	5,14	

	1,157	2,893	
Total	25	10	35

Chi-Sq = 8,338; DF = 1; P-Value = 0,004  
1 cells with expected counts less than 5.

**TEM ASSOCIAÇÃO**

### Chi-Square Test: ACERTOS; ERROS QUESTÃO 14

Expected counts are printed below observed counts  
Chi-Square contributions are printed below expected counts

	ACERTOS	ERROS	Total
CHI	18	0	18
	16,00	2,00	
	0,250	2,000	
BRA	14	4	18
	16,00	2,00	
	0,250	2,000	
Total	32	4	36

Chi-Sq = 4,500; DF = 1; 4 P-Value = 0,034  
2 cells with expected counts less than 5.

**TEM ASSOCIAÇÃO**

### Chi-Square Test: ACERTOS; ERROS QUESTÃO 15

Expected counts are printed below observed counts  
Chi-Square contributions are printed below expected counts

	ACERTOS	ERROS	Total
CHI	17	1	18
	16,50	1,50	
	0,015	0,167	
BRA	16	2	18
	16,50	1,50	
	0,015	0,167	
Total	33	3	36

Chi-Sq = 0,364; DF = 1; P-Value = 0,546  
2 cells with expected counts less than 5.

**NÃO TEM ASSOCIAÇÃO**

### Chi-Square Test: ACERTOS; ERROS QUESTÃO 16

Expected counts are printed below observed counts  
Chi-Square contributions are printed below expected counts

	ACERTOS	ERROS	Total
CHI	12	6	18
	15,00	3,00	
	0,600	3,000	
BRA	18	0	18
	15,00	3,00	
	0,600	3,000	
Total	30	6	36

Chi-Sq = 7,200; DF = 1; P-Value = 0,007

**TEM ASSOCIAÇÃO**

2 cells with expected counts less than 5.

### Chi-Square Test: ACERTOS; ERROS QUESTÃO 17

Expected counts are printed below observed counts  
Chi-Square contributions are printed below expected counts

	ACERTOS	ERROS	Total
CHI	10	8	18
	13,00	5,00	
	0,692	1,800	
BRA	16	2	18
	13,00	5,00	
	0,692	1,800	
Total	26	10	36

Chi-Sq = 4,985; DF = 1; P-Value = 0,026                      **TEM ASSOCIAÇÃO**

### Chi-Square Test: ACERTOS; ERROS QUESTÃO 18

Expected counts are printed below observed counts  
Chi-Square contributions are printed below expected counts

	ACERTOS	ERROS	Total
CHI	14	4	18
	13,50	4,50	
	0,019	0,056	
BRA	13	5	18
	13,50	4,50	
	0,019	0,056	
Total	27	9	36

Chi-Sq = 0,148; DF = 1; P-Value = 0,700                      **NÃO TEM ASSOCIAÇÃO**  
2 cells with expected counts less than 5.

### Chi-Square Test: ACERTOS; ERROS QUESTÃO 19

Expected counts are printed below observed counts  
Chi-Square contributions are printed below expected counts

	ACERTOS	ERROS	Total
CHI	18	0	18
	17,50	0,50	
	0,014	0,500	
BRA	17	1	18
	17,50	0,50	
	0,014	0,500	
Total	35	1	36

Chi-Sq = 1,029; DF = 1    P-Value > 0,25                      **NÃO TEM ASSOCIAÇÃO**

2 cells with expected counts less than 5.

### Chi-Square Test: ACERTOS; ERROS QUESTÃO 20

Expected counts are printed below observed counts  
Chi-Square contributions are printed below expected counts

	ACERTOS	ERROS	Total
CHI	4	14	18
	6,50	11,50	
	0,962	0,543	
BRA	9	9	18
	6,50	11,50	
	0,962	0,543	
Total	13	23	36

Chi-Sq = 3,010; DF = 1; P-Value = 0,083

NÃO TEM ASSOCIAÇÃO

### Chi-Square Test: ACERTOS; ERROS QUESTÃO 21

Expected counts are printed below observed counts  
Chi-Square contributions are printed below expected counts

	ACERTOS	ERROS	Total
CHI	7	11	18
	12,00	6,00	
	2,083	4,167	
BRA	17	1	18
	12,00	6,00	
	2,083	4,167	
Total	24	12	36

Chi-Sq = 12,500; DF = 1; P-Value = 0,000

TEM ASSOCIAÇÃO